



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE OLIVEIRA

**ENTRE SUBIDAS E DESCIDAS DAS ÀGUAS O LABOUR DAS
FLORES MATIZADAS: SUSTENTABILIDADE DA VIDA,
EDUCAÇÃO INFORMAL E PROTAGONISMO FEMININO**

Manaus, Am
2023

CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE OLIVEIRA

**ENTRE SUBIDAS E DESCIDAS DAS ÀGUAS O LABOUR DAS
FLORES MATIZADAS: SUSTENTABILIDADE DA VIDA,
EDUCAÇÃO INFORMAL E PROTAGONISMO FEMININO**

Dissertação elaborada pela discente Caroline do Socorro Silvestre Oliveira, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Helena da Silva, a fim de ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como requisito final para obtenção do título de Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Helena da Silva.

Manaus, AM
2023

**ENTRE SUBIDAS E DESCIDAS DAS ÀGUAS O LABOUR DAS FLORES
MATIZADAS: SUSTENTABILIDADE DA VIDA, EDUCAÇÃO INFORMAL E
PROTAGONISMO FEMININO**

Dissertação elaborada pela discente Caroline do Socorro Silvestre Oliveira, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Sandra Helena da Silva, a fim de ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como requisito final para obtenção do título de Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra Helena da Silva – Presidente
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Prof.^a Dr.^a Andreza Gomes Weil – Membro Interno
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof.^a Dr.^a Antônia Ivanilce Castro da Silva – Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Ficha Catalográfica

O48e Oliveira, Caroline do Socorro Silvestre
Entre Subidas e Descidas das Águas o Labour das Flores
Matizadas: sustentabilidade da vida, educação informal e
protagonismo feminino / Caroline do Socorro Silvestre
Oliveira .2023
135 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Sandra Helena da Silva
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Labour . 2. Mulheres. 3. Protagonismo feminino. 4.
Educação Informal. 5. Sustentabilidade. I. Silva, Sandra
Helena da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa às minhas mães, que me incentivaram, cada uma a partir da sua experiência de vida, a ser dona de mim e a superar os obstáculos, com honestidade e motivação. Ainda às mulheres da comunidade São Francisco do Arapapá, Manacapuru-Am que ajudaram-me a alinhar este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos Orixás, pelas fontes de energias divinas, que me auxiliam em todos os campos da minha vida, carnal e espiritual. Agradeço a Nossa Sra. Do Perpétuo Socorro e aos meus guias espirituais pelo socorro e direcionamento frente aos obstáculos.

Agradeço a minha avó/mãe, dona Mocinha, por tudo: pela criação exemplar, me ensinando desde muito cedo a buscar minha independência por meio dos estudos. “De algum modo devo meu feminismo a minha avó/mãe mesmo quando ela não se diz e nem seja feminista”.

Agradeço a minha Mãe Val, pelos incentivos/ compreensão e principalmente acolhimento, que me ajudaram a superar os problemas de saúde que se agravaram em meio a minha formação no mestrado. Gratidão por estar presente mesmo com a distância entre os estados, entre os rios que nos ligam.

Agradeço ao meu avô/pai, pelos momentos que se colocava a contar seus causos, suas histórias de vida, suas memórias. Ensinou-me a ouvir narrativas. Ele foi responsável por me ensinar na prática que as pessoas velhas são verdadeiros museus, bibliotecas vivas. E não poderia esquecer de mencionar que me ensinou a sorrir.

Agradeço aos meus tios Alexandre e Cláudio e à Silvania, por terem me recebido em Manaus, me acolhido, tornando mais leve a chegada e o processo de adaptação na cidade. Às minhas tias: Elza, Valda e Mara, por também serem orgulho e inspiração, o que me motivou desde criança, a tornar-me uma mulher honesta, que busca alcançar seus objetivos de vida, que busca sua independência.

Agradeço à Lidiany, por tudo: pelas partilhas poetizantes, pelos poemas, pela amizade, pela parceria na vida. Gratidão pelo incentivo para seguir, resistir, mesmo quando o adoecimento me colocava em inércia frente aos afazeres que antes eram cumpridos, que antes eram prazerosos, mas que no ápice, deixaram de ser. Contudo, resisti. “Bella Ciao”. Agora seguimos, eu na escrita e você ao lado, emanando boas energias. A metáfora do girassol é nossa: “para viver em estado de poesia (...)”.

Agradeço às minhas crianças, que estão diariamente comigo, que me acompanharam/acompanham em meio ao processo da escrita: a pequena Isis Lorena, a gatinha Anne, e o doguinho Roland Barthes, que chegou para movimentar o coreto. Tire-me do silêncio com toda inocência, afeto e alegria. Sem afeto e alegria é difícil sobreviver.

Agradeço aos profissionais da educação que passaram pela minha vida, em especial às professoras de Língua Portuguesa, Artes, Literatura e Redação, que por meio de suas

aulas, entusiasmaram-me, aguçaram-me a trilhar o caminho da licenciatura, e enxergar a vida, as pessoas, não só pelo viés das duras ciências, como também pelo viés da sensibilidade, dos textos e intertextos, escritos, orais e imagéticos.

Agradeço aos pesquisadores do Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social, COLINS/UFPA, pelos ensinamentos, pelas experiências intelectuais compartilhadas, em especial, ao Prof. Daniel Fernandes, por todo apoio, suporte científico, partilha de suas experiências em pesquisa, incentivos quando eu me preparava para passar pelo processo seletivo do mestrado, orientando-me para seguir pelo caminho da ciência, da pesquisa.

Agradeço aos professores e professoras do curso de Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM, em especial, às professoras Maria do Perpétuo Socorro Chaves, Marinez Nogueira, Kátia Valina e Lidiany Cavalcante, pelas aulas, pela partilha de experiências científicas, que me ajudaram-me a ver meu campo de pesquisa, os sujeitos e seus enfrentamentos do cotidiano por um ângulo ainda não antes percebido por mim.

Ademais, agradeço ao Adson Bulhões, pelo apoio na fase de preparação para adentrar ao mestrado, por ter-me mostrado caminhos para os estudos de gênero na Amazônia; agradeço também às colegas da minha turma: Marinete, Isabelly, Ralénice e Camila, por terem me dado apoio com palavras de incentivo para cumprir com as atividades e não desistir do meu propósito na pós-graduação.

Gratidão a minha orientadora, Profa. Sandra Helena, pelo acolhimento, pela empatia, compreensão e pelas orientações, que fizeram toda diferença na minha trajetória de pesquisa e escrita. Toda admiração à senhora, enquanto pessoa e profissional; às professoras Andreza Weil e Antônia Ivanilce, avaliadoras da pesquisa, muito obrigada por terem mostrados caminhos na qualificação, para seguir na pesquisa. Profa. Sandra, Andreza e Ivanilce, vocês são pesquisadoras, protagonistas na ágora da ciência na Amazônia que tem toda minha admiração.

Não poderia deixar de agradecer às mulheres da comunidade São Francisco do Arapapá, Manacapuru-Am, que colaboraram com a produção da pesquisa, com suas narrativas, com a partilha do seu dia-a-dia, seus saberes-fazer; por terem compartilhado suas memórias. Em especial, agradeço à dona Maria, Aderlane e Ariana, pelo acolhimento e suporte nas inúmeras idas a campo.

EPÍGRAFE



*Porque são os passos que fazem o
caminho. (Mário Quintana)*

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema central o trabalho de mulheres em comunidade de várzea amazônica, na perspectiva da educação informal como estratégia para assegurar a sustentabilidade da vida e segurança alimentar de suas unidades familiares. Nesse sentido, como objetivo central, analisou-se os processos de trabalho de mulheres agricultoras familiares da comunidade São Francisco do Arapapá, Manacapuru - AM, bem como as ações sustentáveis promotoras de segurança alimentar. Fez-se uma discussão acerca do *labour* de mulheres na produção agrícola na comunidade, verificou-se as práticas sustentáveis e seus alinhamentos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS -02 e ainda a correlação entre a produção agrícola, geração de renda monetária e a segurança alimentar nas unidades familiares pesquisadas. Para isso, utilizou-se o recorte de cinco mulheres que representam suas unidades familiares e que exercem atividades laborativas no setor primário (agricultura familiar) da comunidade em questão. Foi feita análise do material coletado e o tratamento desses dados, inferindo e interpretando as informações à luz das diretrizes sobre pesquisas com seres humanos vigentes no país. Os resultados apontaram que as mulheres estão à frente do *labour* com relevante protagonismo, na busca de repassar por meio da oralidade, a partir da intergeracionalidade, o conhecimento que permeia a educação informal, que ensina sobre a importância da terra e das águas, mesmo diante das questões contemporâneas de insustentabilidade do planeta. Ademais, a agricultura familiar na comunidade é potencial para segurança alimentar das famílias pesquisadas, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS-2, visto que o *labour* é exercido de forma menos agressiva aos ecossistemas, com materiais produzidos pelas próprias mulheres em consonância com os paradigmas da agroecologia na comunidade Amazônica.

Palavras-chaves: Labour. Mulheres. Protagonismo feminino. Educação informal. Sustentabilidade.

RESUMEN

Esta investigación tiene como tema central el trabajo de las mujeres en una comunidad de la llanura amazónica, desde la perspectiva de la educación informal como estrategia para garantizar la sostenibilidad de la vida y la seguridad alimentaria de sus unidades familiares. En este sentido, como objetivo central, analizamos los procesos de trabajo de las mujeres agricultoras familiares de la comunidad São Francisco do Arapapá, Manacapuru - AM, así como acciones sostenibles que promuevan la seguridad alimentaria. Se discutió sobre el trabajo de las mujeres en la producción agrícola en la comunidad, las prácticas sustentables y su alineamiento con los Objetivos de Desarrollo Sostenible del Milenio - ODS -02 y también la correlación entre la producción agrícola, la generación de ingresos monetarios y la seguridad alimentaria en las unidades familiares encuestadas. Para ello se utilizó una muestra de cinco mujeres que representan a sus unidades familiares y que desempeñan actividades laborales en el sector primario (agricultura familiar) de la comunidad en cuestión. Se realizó un análisis del material recolectado y el procesamiento de estos datos, infiriendo e interpretando la información a la luz de los lineamientos sobre investigación con seres humanos vigentes en el país. Los resultados mostraron que las mujeres están en la vanguardia laboral con un rol relevante, en la búsqueda de transmitir oralmente, a través de la intergeneracionalidad, los conocimientos que permean la educación informal, que enseña sobre la importancia de la tierra y el agua, incluso frente a las problemáticas contemporáneas de insostenibilidad del planeta. Además, la agricultura familiar en la comunidad tiene potencial para la seguridad alimentaria de las familias encuestadas, de acuerdo con los Objetivos de Desarrollo Sostenible del Milenio – ODS 2, ya que el trabajo se realiza de forma menos agresiva a los ecosistemas, con materiales producidos por las propias mujeres en línea con los paradigmas de la agroecología en la comunidad amazónica.

Palabras clave: Trabajo. Mujer. Protagonismo femenino. Educación informal. Sostenibilidad.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Proporção das áreas e dos números de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar _____	33
Imagem 2: Mapa da Amazônia Legal _____	37
Imagem 3: Mapa do Estado do Amazonas _____	37
Imagem 4: Terreno de Várzea, na costa do Rio Solimões, São Francisco do Arapapá, Manacapuru, Am _____	40
Imagem 5: Ponte de tábuas, no quintal _____	41
Imagem 6: A percepção da sazonalidade na várzea amazônica _____	42
Imagem 7: Pachamama _____	54
Imagem 8 – Mapa da Localização do Município de Manacapuru-AM _____	60
Imagem 9 – Percurso do rio Solimões via satélite, Manacapuru, Manaus – AMA _____	61
Imagem 10 - Os 17 Objetivos Sustentáveis - agenda global dos ODS – 2030 _____	64
Imagem 11: Mulher na pesca artesanal de camarão _____	70
Imagem 12: Mulher polinizando manualmente as flores de maracujá, acompanhada de seu filho _____	87
Imagem 13: Casa na Várzea amazônica em período de cheia _____	94
Imagem 14- Percurso do Rio Solimões, na comunidade São Francisco do Arapapá, Manacapuru, AM _____	95
Imagem 15 – Mulher com rede de pesca _____	96
Imagem 16 - Mulher manuseando rede de pesca em flutuante _____	97
Imagem 17 –Polinizador de flores de maracujá produzido por colaboradora da pesquisa _____	99
Imagem 18 – Ciclo de vida do Maracujá no terreno _____	100
Imagem 19: Flor de Maracujá _____	101
Imagem 20 – Plantação de Maracujá _____	102
Imagem 21 - Quintal de uma das unidades familiares pertencentes à pesquisa _____	106
Imagem 22 Cultivo de Plantas em Local Suspenso _____	107
Imagem 23 Cultivo de Plantas _____	108
Imagem 24 – Canteiro Suspenso _____	109
Imagem 25 – Pequenos Animais _____	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados referente a Agricultura Familiar e não familiar entre os anos 2016 a 2017 _____	32
Gráfico 2 – Investimento nas ações da ODS- 02 no Brasil, entre 2021 -2022 _____	65
Gráfico 3 Parcerias e vinculações _____	66
Gráfico 4 - Letalidade das populações vulneráveis por agrotóxicos nos estados brasileiros em 2014 _____	68
Gráfico 5 Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável _____	82
Gráfico 6 Indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável _____	83
Gráfico 7 – Escolaridades das colaboradoras da pesquisa _____	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Espaços Agrícolas das famílias _____	103
Quadro 2 - Produção e espaço agrícola das unidades familiares _____	104
Quadro 3 - Espécies capturadas no ecossistema pesqueiro da comunidade _____	111
Quadro 4 – Produtos utilizados nas refeições _____	111

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABNT – Associação Brasileira de Normas
Técnicas AM – Amazonas
CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
COLINS – Colaboratório de Interculturalidades Inclusão de Saberes e Inovação Social
CONAFER – Confederação de Agricultura Familiar
COVID – Doença do coronavírus
IBDEM – Na mesma obra, capítulo ou página
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDMS – Desenvolvimento Municipal Sustentável
IFHC – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PPGEAA – Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia
PPGSS – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazonia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas
SINAN – Sistema de Informação de Agravos

de Notificação SUDAM – Superintendência de
Desenvolvimento da Amazônia SUAS – Sistema Único
de Assistência Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

Introdução	17
CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR: O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS	29
1.1 Agricultura Familiar e suas Particularidades na Amazônia	29
1.2 O Labour de mulheres na agricultura familiar	45
1.3 Ecofeminismo e Agroecologia: algumas perspectivas	52
1.4 Comunidade de várzea São Francisco do Arapapá, Manacapuru, AM e as flores matizadas	59
CAPÍTULO II – AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO ARAPAPÁ – MANACAPURU-AM E SUAS RELAÇÕES COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): ALGUMAS REFLEXÕES	63
2.1 Práticas Sustentáveis e os Alinhamentos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS-02 na Amazônia: breves considerações sobre a comunidade São Francisco do Arapapá	63
2.2 Políticas Públicas, suas Relações com a ODS-02 e a Segurança Alimentar: entre acordos de ações sustentáveis e educação informal	79
CAPÍTULO III – SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: AS PARTICULARIDADES NA COMUNIDADE	91
3.1 Segurança Alimentar e Sustentabilidade na Várzea Amazônica: estratégias para garantir a alimentação à família	91
3.2. Organização do Trabalho de Mulheres da comunidade São Francisco do Arapapá: “cada qual tem a sua função”?	114
Considerações Finais	118
Referências	121
Apêndices	128
Anexo	134

INTRODUÇÃO

A provocação e o interesse que redundaram a pesquisa vêm sendo construído desde a realização do trabalho de conclusão de curso da graduação, com o estudo em uma comunidade remanescente de quilombo da Amazônia Paraense. Na ocasião, o estudo se deu a partir das narrativas memorialísticas e trajetória de vida da narradora, que ao longo do tempo, repassou aos filhos e netos, por meio da oralidade, seus saberes e experiências voltadas para a relação com a terra, no trabalho com a roça, bem como com as águas, na pesca, para subsistência de consumo e venda.

A relação das mulheres com a natureza, com a Terra, é um dos traços culturais fortes em comunidades rurais. Logo, a oportunidade de aproximação para conhecer as mulheres, a comunidade, bem como estudos, pesquisas e leituras no curso das disciplinas do programa de mestrado, proporcionaram-me a construção do problema, uma vez que, comumente o contexto desses povos é marcado e agravado pelo desmonte das políticas públicas e ameaças constantes de intervenção, corroboradas pelo governo aliado aos apelos da ordem capitalista, de práticas destrutivas em nome de um pseudo progresso no âmbito do desenvolvimento econômico.

Já despertada para continuar a pesquisar em comunidades tradicionais, em oportunidade e motivada pelos estudos no Colaboratório de Interculturalidades, Inclusão de Saberes e Inovação Social (COLINS - PPGEAA/UFGA), a partir de leituras e discussões que se encaminharam para pensar ações de transformação ou de minimização de problemas socioambientais junto aos povos tradicionais¹ e comunidades rurais, interessei-me por pesquisar na comunidade São Francisco do Arapapá. Lá tive oportunidade de dialogar com algumas mulheres acerca do trabalho com a pesca de camarão, plantios, assim como acerca de suas histórias de vida e cotidiano na comunidade.

Justificativa da Pesquisa

Esta proposta de pesquisa assume vertente da perspectiva de gênero, trabalho e sustentabilidade, caracterizada como elemento significativo para iluminar os estudos

¹ Povos tradicionais, de acordo com a Constituição Federal “são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal” (BRASIL, 2007, p.1).

de gênero na Amazônia, em especial. Isso porque os colonizadores europeus vieram com uma construção lógica discursiva patriarcal, reforçada pelo discurso religioso, constituído de uma visão da mulher indígena lasciva, pérfida, a qual precisava ser dominada de acordo com a doutrina cristã. A mulher deveria obedecer ao homem, pois esse era dotado naturalmente de maior discernimento e razão (TORRES, 2005). Por essa questão há necessidade de reconstruir a historiografia das mulheres, em especial, das descendentes dos povos originários, dos povos tradicionais, numa dimensão cultural, que está diretamente ligada à relação de poder (SCOTT, 1995).

Remar rumo às discussões de gênero na Amazônia, no que diz respeito às mulheres, sugere imersão nas narrativas de mulheres amazônidas, vistas pelos espelhos das águas, pelas texturas das mãos, e pelo clima da floresta. Ou seja, olhar sensível, contrário ao do branco europeu colonizador, de modo a oportunizar a prosa e a poética da ciência, dos saberes e práticas, e principalmente, argumentar acerca da necessidade de garantia de acesso às políticas públicas, para o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

Esses têm forte relação com seus territórios, pois os espaços são necessários à reprodução cultural, social e econômica, além de sentimento de pertencimento, de parte do lugar, da Terra. A teia da vida, segundo Capra (1996), que mostra que somos apenas uma das linhas que compõem a grande teia viva que tece a vida no planeta, dos pequenos micro-organismos, aos grandes seres em todo Planeta Terra.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende ainda abordar como se realizam as relações de trabalho no âmbito da comunidade rural do interior do Amazonas, bem como sugere Silva (2015), de maneira a trabalhar com a perspectiva de sustentabilidade, com foco na necessidade de reconhecer seus saberes locais, tradicionais, assim como o lugar da mulher no processo de imbricamento com o orbe, desvelando considerações ambientais e de segurança alimentar.

Por essa e outras razões aguça-se o propósito de se desenvolver pesquisa na perspectiva de gênero e trabalho no contexto de comunidades rurais; o entrelaçar das atividades, do *labour* e socialização dos povos, o dia - a - dia nos rios, nas várzeas, na terra, na floresta e o complexo do cotidiano dos povos da floresta para salvaguardar saberes e práticas tradicionais das mulheres da comunidade, bem como apontar para a vida, na perspectiva da sustentabilidade e segurança alimentar. Ao discorrer sobre as práticas de pesca, roça, em comunidades da Amazônia, a concepção de trabalho para Arendt (1999) como sendo um elemento primordial da condição humana, que molda

os sujeitos homens e mulheres para realizarem determinados tipos de trabalho, alienado ou não.

Apesar de haver estudos acerca do trabalho da mulher no universo da agricultura familiar, como os estudos de Diógenes (2014) e Cardoso (2011), que abordam aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais no contexto da pesca de camarão, se faz necessário, também, visibilizar o trabalho na agricultura familiar, protagonizado por mulheres da comunidade, de modo a dialogar com a sustentabilidade da vida e acesso às políticas públicas, principalmente as que se assentam no contexto da segurança alimentar.

A partir deste estudo, lançar luz sobre as mulheres no campo científico, especialmente no âmbito da Amazônia. Logo, é de suma importância mergulhar nas possibilidades de visibilizar as formas de ser, fazer e viver nas comunidades rurais, levando em consideração as subjetividades, e o olhar daqueles que são de dentro da comunidade, que vivenciam a Amazônia profundamente, para que suas práticas, suas vozes, ecoem como o cantar dos pássaros.

Para isso, trabalharemos com o decreto 6090/2007 que reflete a segurança alimentar como um dos princípios na constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse processo, buscar-se-á contribuir com o programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, na linha de pesquisa Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental, no que tange à investigação e compreensão de indivíduos e suas práticas presentes na realidade amazônica, que podem ser invisibilizadas em suas potencialidades de ser e fazer.

Logo, esta pesquisa tem como propósito analisar os processos de trabalho de mulheres agricultoras familiares na elaboração de ações sustentáveis para garantir a segurança alimentar de suas unidades familiares averiguando se há mecanismos de acesso às políticas públicas e seu alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS - 02 (fome zero e agricultura). O lócus é a comunidade São Francisco do Arapapá /Manacapuru-AM, na várzea do Rio Solimões. As áreas de várzea da Amazônia brasileira estão entre os mais complexos, biodiversificados e produtivos ecossistemas de água doce (SILVA, 2015), o que propicia fornecimento de hortaliças, frutas, pescados, entre outros bens ecossistêmicos, tanto para população local, quanto para a população externa à comunidade.

Noda et al. (2007) aponta que as roças são caracterizadas como plantios com

espécies de vegetações alimentares e não alimentares. Já a pesca artesanal², uma das tradições, que na Amazônia, há tempos imemoriais também faz parte do modo de vida dos povos que nela habitam, sendo a principal fonte de alimento e importante fonte de renda. As águas doces e barrentas, água branca (cor amarela ou turva), como se refere (SILVA, 2015), do Rio Solimões, apresentam uma enorme variedade de espécies de pescado, entre elas, o crustáceo³, chamado de camarão regional, pescado para consumo; e para ser comercializado.

Para Torres (2012) a economia doméstica na Amazônia dos povos originários é organizada por mulheres. Mesmo que para essas mulheres a compreensão de suas práticas possam estar no campo da complementação do sustento e renda familiar, o trabalho delas é forrado por uma mística entrelaçada à natureza, que dá significado simbólico. Essas asserções sugerem a construção de um sistema integrado e harmonioso entre seres humanos e o meio ambiente, estabelecendo relação sustentável.

Sachs (1986) discorre que muito se tem feito para despertar a sensibilidade ecológica, porém, a busca predatória pela exploração da natureza, pelos “modelos” que visam apenas o plano estritamente econômico tem sido predominante, ao invés de uma produção sustentável de bens e pela divisão justa de riqueza para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Há, portanto, necessidade de uma posição ética fundamental que seja voltada para as necessidades mais abrangentes, que dizem respeito ao cuidado com a conservação ambiental como uma responsabilidade para com as gerações que sucederão. Trata-se de um projeto de civilização, porque evoca um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios, objetivos escolhidos socialmente e visão de futuro. Contudo, o convite deve ser pautado numa visão de práticas ecológicas, de responsabilidade para com a Mãe Terra, com os povos tradicionais, a fim de se evitar o desperdício de recursos naturais.

Em contrapartida, os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2022) remetem a uma catástrofe silenciosa, onde em janeiro de 2022 houve o maior alerta de desmatamento desde 2016. Contabilizou-se 430,44km² contra 88,82

² DIEGUES (1988) afirma que os pescadores artesanais se diferenciam dos pescadores industriais por participarem diretamente da captura do pescado, atuando sozinhos ou em parceria. Sobretudo, seu produto é destinado tanto ao consumo familiar como à comercialização direta ao consumidor.

³ *Macrobrachium Amazonicum* (Heller, 2008).

km² de janeiro do ano de 2021. Os índices apontam que os Estados da Amazônia Legal em maior vulnerabilidade para o desmatamento são, respectivamente: Pará, Mato Grosso e Amazonas (IBIDEM, 2022). Os dados refletem ainda a ausência estatal da esfera federal no âmbito da efetivação de políticas públicas de combate ao desmatamento, a partir de um mutismo absoluto quando o assunto envolve as perspectivas de conservação ambiental e suas protoformas de intervenção.

O contexto situacional agrava as terras e territórios comunitários, onde podem ser espaços de lutas, contudo, enfrenta-se outros obstáculos para defesa do território contra as licenças para a exploração extrativista. O empobrecimento, a deslegitimação por ser agricultor e por não ter tido educação formal e a violência contra as mulheres. Siliprandi (2015) afirma que esses obstáculos são específicos da condição feminina: tais como a oposição de familiares e vizinhos, o descrédito sobre a sua capacidade, a falta de apoio para ausentar-se de casa, por serem mulheres, uma vez que a demanda de afazeres domésticos recai em alta demanda sob elas.

Esse revelar de privação empobrece todas as mulheres, ainda mais, as marginalizadas econômica e culturalmente. A economia global, dominada por forças globais, é responsável pela desigualdade de privilégios; é desigual ao acesso de recursos naturais, decorrentes de políticas governamentais de incentivo ao extrativismo. Tais políticas possibilitam processos de produção em larga escala, utilizando matéria-prima da qual grupos econômicos menos privilegiados dependem para sobreviver (MIES e SHIVA, 2021).

Certas mulheres dos países desenvolvidos, em especial da classe média, têm dificuldades em entender os pontos comuns entre a sua libertação e a da natureza, isso deve-se ao pensamento patriarcal capitalista, onde a civilização moderna é fundada numa dicotomia estrutural. Assim, a natureza está subordinada aos seres humanos, as mulheres aos homens, o consumo à produção e o local ao global. Em virtude disso, a privatização de terras afeta de modo grave, os povos tradicionais⁴, ainda mais as mulheres, que se utilizam dos recursos naturais para subsistência alimentar de suas unidades familiares (IBIDEM, 2021).

Estabelecer contrapontos com as políticas públicas inclusivas, principalmente no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), que apresenta em seus princípios um eixo sobre segurança alimentar. As ponderações abeiram-se de norteamentos relevantes acerca de questionamentos que se alicerçam na política e se as bases da referida realmente

chegam às famílias da comunidade São Francisco do Arapapá.

Frente a essas questões, evidencia-se inclusive a inclusão da mulher nos processos de trabalho no âmbito das comunidades rurais, logo, faz-se indagações que retratam elementos relevantes, que se pretende discutir no desenvolvimento da dissertação, a fim de averiguar a partir do trabalho das mulheres da comunidade São Francisco do Arapapá: como as mulheres da comunidade têm contribuído para assegurar a alimentação de suas unidades familiares? O trabalho de mulheres da agricultura familiar da comunidade São Francisco do Arapapá caracteriza-se com elementos de práticas sustentáveis? Quais os desafios dos processos de trabalho enfrentados pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar? As unidades familiares têm acesso às políticas públicas voltadas para a segurança alimentar?

Dentre os resultados, espera-se que os dados possam contemplar a realidade da comunidade, fomentar o aprofundamento de pesquisas em áreas rurais que apresentem a mesma perspectiva, além de vislumbrar a visibilidade da questão da mulher no trato da agricultura familiar, como também trazer à tona a discussão sobre a situação da segurança alimentar de famílias que tem na mulher, a responsável pelas referidas unidades, com todos os desafios que emergem na ordem contemporânea.

A relevância científica da pesquisa consiste em alargar ainda mais os horizontes teóricos e metodológicos, experimentado na área do serviço social, visto que a temática de gênero, trabalho e políticas públicas no âmbito das comunidades rurais da Amazônia, ainda revelam campos a pesquisar, desbravar os significados, simbologias e formas de vida. A importância da pesquisa também se faz ao passo que se vislumbra a inovação de discutir a constituição da segurança alimentar pelas faces do trabalho feminino nas comunidades.

Afluente Metodológica: “aventura do eterno fluir do rio”.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa apresentaram a relevante etapa que permite a visualização de como os elementos serão desenvolvidos. Trata-se da “aventura do eterno fluir do rio”, nas palavras de Salomon (2006 p.331). Os caminhos da pesquisa demandam análise precisa e dinâmica, em atenção às falas, gestos e silêncio dos sujeitos participantes, já que cada elemento se constitui como um discurso.

Goldenberg (2009) aponta para a necessidade de reaprender a olhar. O olhar científico que permeia não apenas a necessidade de descrição, no entanto, de

construção, com disciplina, organização e confronto entre o possível e o impossível. Possibilitando que o pesquisador possa navegar em águas mais profundas, que por vezes conduzem a desconstrução de paradigmas, já que a análise de um objeto a partir da religação entre saberes aponta para reflexões em perspectivas interdisciplinares. O caminho metodológico demandou, portanto, o desvelar do problema para se alcançar o propósito do estudo e a pesquisa, por sua vez. Conforme Gil (2010) é o procedimento racional e sistemático que busca respostas ao que foi proposto.

O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos prepostos potencializou a realização de um estudo exploratório, que segundo Triviños (2010), permite ao investigador a ampliação da sua experiência sobre um determinado problema em questão, pois parte de uma hipótese para aprofundar o estudo acerca de uma realidade que se pretende analisar.

A relevância da pesquisa exploratória consiste no fato de que ao investigador/investigadora é proporcionada maior familiaridade e flexibilidade no tratamento da temática (GIL, 2010). De acordo com o enfoque temático, esse tipo de pesquisa permite a amplitude que vai desde o levantamento bibliográfico, até o contato mais direto com pessoas por meio de entrevistas e coleta das histórias de vida.

A classificação quanto a natureza dos dados se configura pela análise quantitativa, que de acordo com Goldenberg (2009), aponta para a análise concernente à complexidade do problema, permitindo assim o cruzamento de dados e informações de maneira mais precisa e flexível. No que tange a classificação da pesquisa segundo os métodos empregados, realizar-se-á levantamento de campo:

As pesquisas desse tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2010, p. 35).

A aplicabilidade do levantamento de campo permite o conhecimento direto da realidade e o encontro com os achados da pesquisa, condizentes com a proposta. Aliada ao levantamento de campo, que permite uma análise mais quantitativa, teremos ainda o viés qualitativo, que de acordo com Chizzotti (1991), tem vantagem, porque o pesquisador participa, compreende e pode interpretar com maior veemência a realidade encontrada in loco. A complementação desse processo foi feita por meio da pesquisa bibliográfica, para estabelecer o corte teórico e as reflexões relevantes ao

entendimento da temática, para embasar os achados encontrados em campo. Para Gil (2010), a vantagem deste tipo de pesquisa consiste na cobertura ampla de informações, fenômenos e dados. Entretanto é preciso ter cuidado com a veracidade das fontes, para que não se reproduza posicionamentos equivocados.

A análise documental foi utilizada como aporte no processo de levantamento de dados. Sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2010) ressalta sua relevância para as Ciências Sociais, visto que proporciona a reflexão sobre documentos elaborados com finalidades diversas. Para essa etapa, verificou-se junto às fontes secundárias, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para levantamento do quantitativo populacional, faixa etária, dentre outros; documentos do Portal da Confederação Nacional de Municípios, tais como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o qual aponta dados sobre saúde, educação, renda, bem estar e perspectiva de vida da população; a análise documental da referida confederação abrangeu ainda os dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS, relacionados ao município de Manacapuru-Am, para depois chegarmos ao contexto da realidade da comunidade São Francisco do Arapapá.

Para contemplar a categoria Segurança Alimentar, a pesquisa contou ainda com a análise documental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2022), o qual tem uma nota técnica que aponta dados preliminares sobre o perfil da população rural no que se refere ao processo de evolução da insegurança alimentar. A referida nota pode auxiliar o desenvolvimento da pesquisa com dados que tragam um pouco da realidade das famílias residentes em áreas rurais, pois apresentam análises sobre rendimentos, gastos com alimentos e a perspectiva da segurança alimentar na realidade em estudo.

Para enfatizar o aprofundamento da problemática em discussão, foi aplicada também a técnica da Observação Direta, pautada em Chizzotti (1991), pois permite a análise do comportamento dos sujeitos em determinado período, para que possam ser caracterizados por meio de sinais. Esses sinais podem ser visuais, corporais e até mesmo pelo silêncio, que por si já constitui um discurso a ser analisado no âmbito da coleta de dados. As observações foram realizadas principalmente durante o exercício das atividades laborativas das mulheres na pesca e agricultura, na referida comunidade.

Eckert e Rocha (2008, p 56.), acerca da observação direta, afirmam que é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social

e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. É se engajar em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais e históricos. As primeiras inserções no universo de pesquisa conhecidas como “saídas exploratórias”, são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo que acontece no espaço observado. A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social é construída.

Os dados foram coletados e analisados à luz do referencial teórico da pesquisa. Configuram-se como quantitativo, e foram apresentados no formato de tabelas ou gráficos, para facilitar a compreensão. Os resultados qualitativos foram evidenciados como relato das participantes e registros imagéticos. Ressalta-se que obedeceremos a todos os critérios éticos de pesquisa com seres humanos, sobretudo, no resguardo do anonimato das participantes, em observância às resoluções vigentes na esfera da ética em pesquisa⁴.

A pesquisa foi realizada na Comunidade São Francisco do Arapapá, localizada na área rural do município de Manacapuru (Am 070 – estrada Manaus- Manacapuru Km 70 e mais 09 de ramal, localizado ao lado esquerdo da estrada, sentido capital - Manacapuru), no Estado do Amazonas, a saber:

O quantitativo populacional estimado de Manacapuru é 96.236 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) e se apresenta como o quarto município mais populoso do Estado do Amazonas, atrás apenas da cidade Manaus (capital), Parintins e Itacoatiara. O Estado do Amazonas localiza-se na região norte do Brasil e tem um quantitativo populacional estimado em mais de quatro milhões de habitantes. Não conseguimos localizar os dados específicos quanto ao número de pessoas que residem na referida comunidade, todavia, conforme o IDAM (2011), entre as comunidades Bela Vista, São Raimundo e São Francisco do Arapapá (localizadas no mesmo ramal) identificou-se que há mais de setecentas famílias residentes).

Vale apontar que a escolha da comunidade se deu por meio de reflexões empíricas, em outros projetos acadêmicos, onde ponderou-se a existência de uma clara divisão e organização social do trabalho na perspectiva dos sexos (masculino e feminino), o que norteou a idealização de uma pesquisa em nível de mestrado.

⁴ A pesquisa obedeceu a todos os trâmites previstos nas resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre ética em pesquisa com seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas em primeira versão por meio do CAAE 71198023.1.0000.5020 no mês de julho de 2023.

Nesse sentido, no que se refere às características dos sujeitos, no requisito inclusão foram consideradas: mulheres que representam suas unidades familiares; faixa etária acima de 18 anos; que residam há pelo menos dois anos na comunidade; que exerçam atividades laborativas no setor primário (agricultura familiar). Já os critérios de exclusão foram pensados os seguintes aspectos: mulheres que não se identificam com atividades voltadas ao setor primário; pessoas que, no momento da pesquisa, apresentam não estar em plena consciência das faculdades mentais, seja pelo uso de álcool ou qualquer outra substância entorpecente;

Com as mulheres, moradoras da comunidade, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Triviños (2010), trata-se de um instrumental em que se permite partir de conhecimentos, ideias e hipóteses básicas, com a liberdade para ampliar o campo de indagações por parte do pesquisador, visto que no momento da aplicação do instrumental, podem surgir novas hipóteses a partir das respostas que forem fornecidas pelo informante. Ressalta-se que nesse processo, não se tratou de questões apriorísticas, entretanto, de resultados da análise teórica que embasam o estudo. Quanto a amostra de sujeitos, a pesquisa objetiva dialogar, por meio de entrevista, com cinco mulheres residentes da comunidade, as quais são responsáveis por suas unidades familiares.

A instituição proponente da pesquisa é a Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFHC. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

As palavras e o imagético na tessitura dissertativa

Sobre a estruturação, estilo de escrita e formatação da dissertação, para orientar melhor a leitura deste trabalho, esclarecer e justificar as escolhas tomadas quanto a sua escrita e formatação. De forma geral, utilizamos como parâmetros de referência para a formatação aqueles estabelecidos nas Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Diferem dessas regras o tratamento às referências de imagens que são utilizadas como narrativa etnofotográfica⁵, não sendo legendadas, visto que as

⁵ FERNANDES; FERNANDES. Imagens e palavras na escritura da narrativa etnofotográfica: notações metodológicas. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v.12, n1, jan-jul., 2019, p. 80. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/891/pdf>. Acesso em 22/11/2023.

imagens são aqui utilizadas como recurso da escrita, e permitem, para além de ilustrar, construir diálogo com o texto escrito.

Além disso, suas fontes estarão descritas no “Índice de Imagens”, salvaguardando os direitos autorais. Ademais, não seguem a formatação padrão (ABNT), os trechos transcritos das entrevistas, os quais são utilizados com a mesma formatação do corpo do texto, porém com fonte Lucida Handwriting, tamanho 9, com mesmo espaçamento de linhas (1,5) do corpo do texto.

Essa decisão implica uma concepção epistêmica que, segundo os autores (FERNANDES; FERNANDES, 2019), busca-se uma melhor coesão e coerência entre teoria e prática no trabalho com o relato oral na academia, pois considera que os relatos das entrevistas possuem mesmo estatuto e importância das outras referências que emergem no trabalho, e por sua representatividade própria, salvo suas diferenças e peculiaridades, o que justifica a escolha de mantê-las minimamente diferenciadas.

Então, usamos o modelo apresentado em “Do oral ao escrito: Implicações e Complicações na Transcrição de Narrativas” (FERNANDES, 2008), reconhecendo as dificuldades e soluções relativas à transcrição do texto oral.

Dando nome às flores

Acerca das colaboradoras da pesquisa, as flores matizadas da comunidade São Francisco do Arapapá. A flor é tomada num sentido de renascimento, brotando de um solo, ora seco, ora lavado (molhado), representando aqui, simbolicamente, a vida na várzea. Logo, a proposta também consiste na exaltação de flores encontradas nos terrenos e quintais das unidades familiares do estudo em questão. Nesse sentido, as mulheres serão identificadas por nomes de flores, salvaguardando suas identidades, em conformidade com a Resolução 466/2012, sobre pesquisas com seres humanos no Brasil. Flor de Maracujá, Flor de Tangerina, Flor de Goiabeira, Flor de Laranjeira e Flor de Jambu. Também em congruência com o nome da localidade da pesquisa, Manacapuru, que de acordo com Costa (2019), faz alusão às palavras “manacá, que significa ‘flor’ em tupi-guaraní⁶, e “puru”, na mesma língua, que quer dizer

⁶ Família linguística (tronco tupi) com a maior distribuição geográfica no Brasil, estendendo-se por 13 estados e compreendendo cerca de 20 línguas vivas, com pequena diferenciação interna; tb. em uso nos seguintes países: Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Dicionário Linguístico, disponível em < <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>.

enfeitada/matizada, ou seja, flor matizada.

Os capítulos: imersão para os resultados

A dissertação estrutura-se em três capítulos assim direcionados: o primeiro capítulo estabelece reflexões e apontamentos relevantes no que se refere à agricultura familiar e à participação da mulher no *labour* cotidiano a partir da perspectiva das ruralidades amazônicas. A abordagem envolverá alguns conceitos relacionados à agricultura familiar, agroecologia e agroecossistema no âmbito da região amazônica, principalmente na localidade de várzea, trazendo as formas de manejo, relação com a terra, produção, dentre outros suportes teóricos. O capítulo traz ainda a relação entre o ecofeminismo e a agroecologia considerando os eixos: econômico, social, histórico, cultural e ambiental.

No segundo capítulo se evidencia a relevância das práticas sustentáveis alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS – 02. Para tal discussão, serão enfatizadas as experiências que acontecem na comunidade São Francisco do Arapapá, no município de Manacapuru, a partir do olhar de mulheres agricultoras residentes na localidade. Ainda, apontamentos sobre as políticas públicas existentes e suas relações com a ODS-02, tendo como foco entender como ocorrem as particularidades em uma comunidade amazônica, a partir da relação com a segurança alimentar, levando em consideração as especificidades da vida cotidiana das famílias.

Já no terceiro capítulo, uma discussão sobre os ecos da sustentabilidade diante da concretização da segurança alimentar na comunidade de várzea amazônica, de maneira a se ampliar com os resultados da pesquisa sobre as estratégias utilizadas pelas mulheres agricultoras, para que a segurança alimentar possa ser uma possibilidade concreta. Logo, apresentar-se-á os dados do trabalho e seus reflexos na comunidade.

CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR: O TRABALHO DE MULHERES PRODUTORAS RURAIS.

*Ela aprendeu o gesto pela
necessidade medular, vinda de
outras gerações, de se diluir em
pequenas doses, de aniquilar a dor
no ritmo cíclico da natureza.*

(Ángela Cuartas)

O presente capítulo objetiva estabelecer reflexões e apontamentos relevantes no que se refere à agricultura familiar e à participação da mulher no *labour* cotidiano a partir do viés das ruralidades amazônicas. Pondera-se que as práticas associadas ao contexto dessa agricultura fazem parte da história. Entretanto, com suporte de políticas públicas, emerge como temática recente no Brasil, principalmente com a concepção e amplificação de estudos voltados à noção dos ecossistemas.

À primeira vista, neste capítulo, a abordagem envolverá alguns conceitos relacionados à agricultura familiar, agroecologia e agroecossistema; e como ocorre as particularidades no âmbito da região amazônica, principalmente na localidade de várzea, trazendo as formas de manejo, relação com a terra, produção, dentre outros suportes teóricos. Posteriormente haverá a abordagem sobre como efetiva-se a participação da mulher no contexto da agricultura familiar, as particularidades do *labour*, formas de práticas sociais e laborativas, assim como a limitação e delimitação no que se refere às formas de atuação e os papéis que ainda se constituem quando o assunto reflete a condição feminina.

O capítulo traz ainda a relação entre o ecofeminismo e a agroecologia, seus conceitos e prerrogativas, além dos pontos de encontros que potencializam a concepção da agricultura familiar em uma visão sistêmica, da relação entre homem (no sentido genérico) e natureza, considerando os eixos: econômico, social, histórico, cultural e ambiental. Trata-se de uma temática instigante, principalmente quando a tratativa envolve a realidade amazônica, conforme discorre-se a seguir.

1.1 Agricultura Familiar e suas Particularidades na Amazônia

*Canta caboclo, canta canta filho da
mãe natureza, com a palha na cabeça
e o couro sob os pés.*

A agricultura é uma atividade que remonta há milênios na seara do mundo. Sua implementação como garantia da perspectiva de sobrevivência da humanidade conduziu suas caracterizações, normativas e mecanizações de tempos em tempos para atender as demandas que surgiam em conjunto com as novas formas de plantio, manejo e escoamento de produção.

De acordo com Arf e Bolonhezi (2012), a agricultura teve início há cerca de dez mil anos, envolvendo o plantio, o cultivo de plantas, árvores e outras espécies vegetais, além do uso de animais. Trata-se de uma época em que o homem, no seu sentido genérico, passa da etapa de coletor de produtos que a terra demandava, para produtor, no uso e manuseio da terra.

Para Breith (2016) a agricultura não é responsável apenas pela produção ou geração do que é considerado fértil, atua também nos mecanismos de metabolismo com a natureza, em um processo de produção e reprodução da vida, onde se materializam as formações de saberes e conhecimentos em uma cultura de expansão de forma soberana, aliando pessoas e natureza em uma relação de complementação dual.

Já a agricultura familiar também se mostra como um assunto histórico, visto que faz parte do cenário brasileiro desde antes da inicialização do processo de colonização. Mas, como potencial de regulação via legislação, é recente, com a aprovação da Lei 11.326 de 2006 (BRASIL, 2006). Essa estabelece quem é considerado como agricultor/agricultora familiar, quem insere-se nas seguintes características: detenha renda mínima advinda das atividades laborativas relacionadas a agricultura, que esteja em terreno delimitado que não caracterize amplas áreas de intervenção e trabalhe basicamente e predominantemente com mão de obra familiar.

Dentre as ponderações e particularidades, contextualiza-se que a agricultura familiar é compreendida como a prática em que a família, ao mesmo tempo em que se coloca como proprietária da terra e dos meios de produção, também é responsável pela produção final do que for elencado pelos membros familiares da respectiva territorialização. De acordo com Wanderley (1996), a peculiaridade de ser familiar apresenta elementos fundamentais e consequências, seja na perspectiva da constituição social, econômica e até mesmo cultural da financeirização da família. Pela lei 11.326/2006, os beneficiários da agricultura familiar potencialmente são:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
- V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* do art. 3º.
- VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2006 p. 02).

Acerca dessa Política Nacional de Agricultura Familiar, considera-se quem atua diretamente com manejo de florestas, reservatórios hídricos, extrativistas e pescadores/pescadoras, além de inserir populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombolas. Em uma análise mais crítica, a política trata de suprir uma lacuna histórica no que se refere não apenas a visibilidade da agricultura familiar na realidade brasileira, mas sobretudo no reconhecimento de que famílias oriundas de comunidades rurais também são responsáveis não somente pela própria subsistência com os recursos da terra, como também, protagonistas nos processos relacionados à segurança alimentar na realidade local.

De acordo com Melo (2003), a agricultura familiar é praticada mundialmente, mesmo em países que trazem como característica um elevado índice de desenvolvimento humano – IDH. Conforme a Confederação de Agricultura Familiar – CONAFER (2021), a agricultura familiar tem contribuição relevante no Produto Interno Bruto – PIB do país, já que a produção agrofamiliar é evidenciada como responsável por 10% de dados sobre geração de riqueza na realidade brasileira.

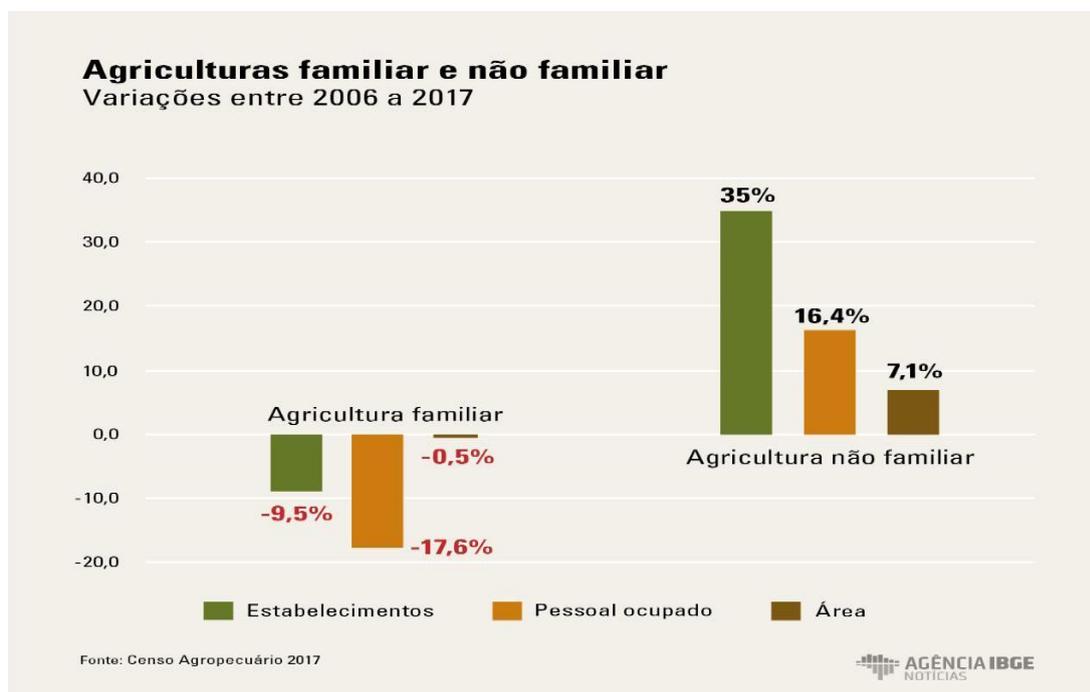
Para Lamarche (1998), independentemente de como se configuram os sistemas voltados ao contexto sociopolítico, econômico, sociais e suas características históricas, em todos os países há produções voltadas para a agricultura, seja em grau mais elevado ou não, principalmente o reconhecimento das produções familiares, como relevantes para a elevação da economia e segurança alimentar das populações. Ainda sobre isso:

De que se fala quando se diz que a produção agrícola repousa sempre, em grande parte, sobre a exploração familiar? Até que ponto pode-se dizer que se está diante de uma exploração familiar? Dar uma definição neste momento seria admitir que conhecemos suficientemente "nosso objeto para determinar o essencial dele e, portanto, dar seus contornos (LAMARCHE, 1998, p. 14).

A análise do autor conduz uma reflexão importante sobre o que pode ser considerado como produção familiar. Como se efetiva essa exploração pelos membros da família e até que ponto é considerada, já que a política nacional estabelece bases e características. Ainda assim, é relevante destacar se as diretrizes são suficientes para destacar que realmente trata-se de produção voltada para a agricultura familiar, assim como é importante destacar ainda, as estratégias concernentes às atividades laborativas na região amazônica, assunto a ser aprofundado no presente capítulo.

O Censo Agropecuário (2017) sinaliza pontos importantes na compreensão do perfil da agricultura familiar no Brasil, sobretudo no quesito relevância, como aumento ou redução de números acerca da temática.

Gráfico 01- Dados referente a Agricultura Familiar e não familiar entre os anos 2006 a 2017



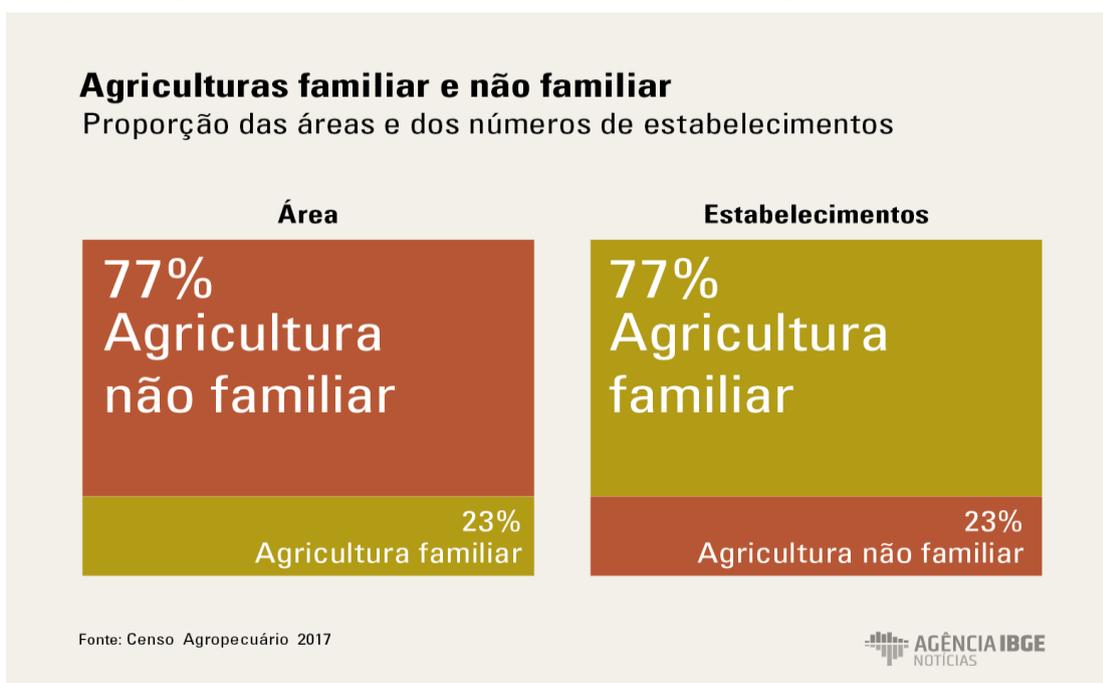
Fonte: Censo Agropecuário (2017)

O gráfico 01 apresenta dados relativos ao censo agropecuário de 2017 mostra que houve um crescimento de 35% da agricultura não familiar, assim como de 16,4 de pessoal ocupado, além do aumento de 7,1% de área destinada às respectivas

atividades. No que se refere a agricultura familiar, os dados sinalizaram a redução de 9,5% de estabelecimentos, assim como o decréscimo de 17,6% de pessoal ocupado e consequentemente a redução de 0,5% de áreas destinadas ao cultivo, manejo etc.

Ainda, os dados de decréscimo refletem exatamente a busca por trabalho fora e a consequente redução da mão de obra na família, o que compromete os requisitos para atender aos critérios da lei 11.326/2006 e evidentemente tira a família dos requisitos básicos para que a atividade seja considerada como agricultura familiar. No ano de 2017 considerou-se que 4,6 milhões de propriedades ou estabelecimentos poderiam estar reconhecidos como de agricultura familiar, mas como várias localidades não atendem aos critérios da política, somente 3,9 milhões atendem aos requisitos básicos (IBIDEM, 2017). Outros dados relevantes acerca do assunto são evidenciados com informações expressas no gráfico abaixo:

Imagem 1- Proporção das áreas e dos números de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar



Fonte: Censo Agropecuário (2017)

Segundo o Censo Agropecuário (2017), 77% dos estabelecimentos responsáveis pela produção agro no Brasil estão considerados no âmbito da agricultura familiar, entretanto, como a política nacional apresenta critérios a nortear e caracterizar as propriedade/localidade com determinações e delimitações, as respectivas áreas respondem por apenas 23% das áreas destinadas; já a agricultura não familiar no Brasil, responde por apenas 23% das organizações. Mas, detém 77% das áreas

destinadas à produção, o que caracteriza um contexto de desigualdade no processo de atividades laborativas, rentabilidade e participação no mercado econômico brasileiro.

Para Lamarche (1998), a terminologia que caracteriza a exploração familiar identifica o desenvolvimento do labor de maneira mais individualizada, muitas vezes evidenciada de forma tradicional, diferenciando-se do modelo camponês. O autor enfatiza ainda que nem toda exploração familiar se caracteriza como camponesa. As características dessa última envolvem:

- *a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo;
- *a importância estrutural do grupo doméstico;
- * um sistema econômico de autarquia relativa;
- * uma sociedade de inter-relacionamentos;
- * a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral (LAMARCHE, 1998, p.16).

Apesar das características relacionadas à exploração camponesa, ressalta-se também que a exploração familiar não se constitui como modelo fechado, com única forma de condução, já que há características diferentes, dependendo da atividade desenvolvida, as quais delimitam a necessidade de suporte, formas de participação dos membros da família, além das particularidades concernentes à região amazônica.

Para Wanderley (2003), quem desenvolve a agricultura familiar é um ator social frente ao sistema vigente. Esse ator emerge como uma personagem diante dos desafios e potencialidades oriundas do contexto da agricultura moderna. A autora ressalta ainda que o agricultor familiar é resultado do próprio Estado, já que esse constituiu bases de políticas públicas como estímulo às atividades agrícolas. Sobre isso, enfatiza-se que:

O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades (IBIDEM, 2003, p. 46).

A análise da autora se faz importante para compreender os desafios que a atividade agrícola moderna impõe. Na perspectiva tradicional, não esclarecida ideia de uma profissão, porém, uma atividade que se mostra como suporte nos modos de vida. A reflexão apresenta uma primeira pontuação importante ao considerar as comunidades amazônicas. São realidades em que as famílias atendem aos requisitos da agricultura moderna, ou se fazem atores de um tradicionalismo que se coloca no cotidiano como modo de vida? A pergunta mostra as diferenças no modo de viver a

agricultura e de produzir à luz das demandas que se constituem na esfera da comunidade tradicional, com o olhar potencializado também na produção.

Conforme os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, o Brasil passou mais de quatro séculos tendo como principal atividade econômica a agricultura. Somente no século XX ocorreu o processo de industrialização, e mesmo assim, a agricultura continua com potencial de larga escala, desde a realidade das comunidades até a produção para a exportação, passando ainda pelo reconhecimento da agricultura familiar.

De acordo com a proposta alicerçada entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, discutido pelo IPEA, considera-se que:

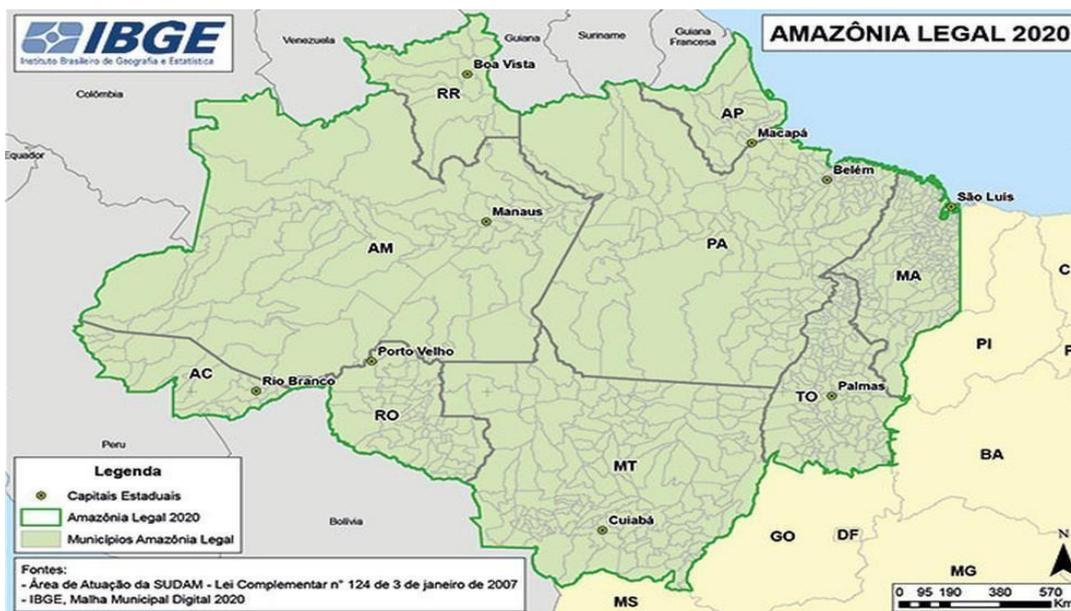
O modelo familiar de agricultura caracteriza-se a partir da relação íntima entre o trabalho e a gestão, da direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, da ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e da utilização de trabalho assalariado em caráter complementar (IPEA, 2015, p. 12).

A partir das colocações percebe-se que a agricultura familiar apresenta particularidades importantes na compreensão dos elementos fundantes da agricultura, tendo como principal aspecto, o fato de que a condução e gestão é realizada pelos proprietários, o que difere da proposta de agricultura alicerçada no modelo patronal.

No que se refere às particularidades da agricultura familiar no contexto amazônico, pondera-se que a região denominada como Amazônia Legal compreende a área territorial com atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, tendo a área delimitada por meio de uma Lei conhecida como Complementar de 03/01/2007, com intuito de delimitação geográfica, de modo que pudesse favorecer as formas de desenvolvimento de maneira mais sustentável na região, conforme retrata o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021).

Conforme a imagem abaixo é possível evidenciar que os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso estão compreendidos pela Amazônia Legal (IBGE, 2021).

Imagem 2- Mapa da Amazônia Legal, 2020



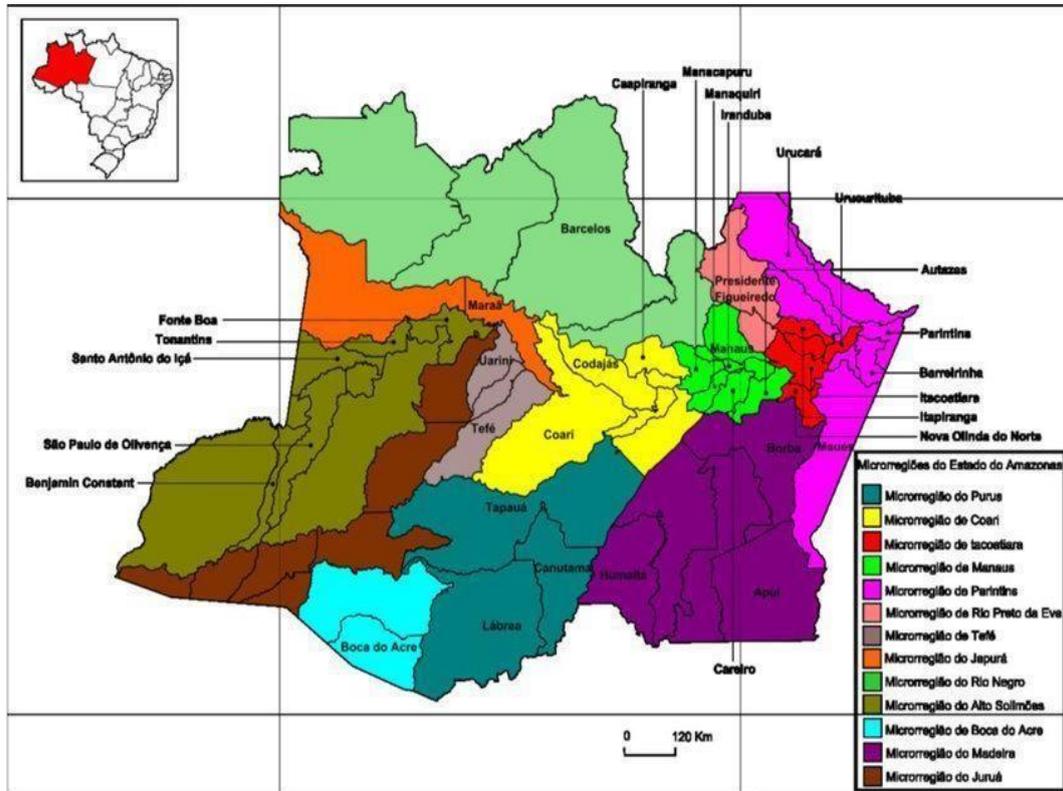
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021)

Uma área de 5.015.067,86km², o que corresponde a mais de 58% do território nacional, envolvendo 772 municípios brasileiros (IBGE, 2021). Com a extensão da região, pondera-se os desafios que se constituem para a idealização e realização de agricultura familiar, assim como as distâncias geográficas e dificuldades para o escoamento da produção, haja vista que em muitas localidades as “estradas são rios navegáveis”.

Nesse âmbito, encontra-se o Estado do Amazonas, como o maior da região, apresentando uma área territorial que abrange 1.559.167.878km², com a população estimada em cerca de 4.269,995 pessoas, com a densidade demográfica de 2,23 habitantes por km² e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,674, conforme os dados do IBGE (2021).

O mapa abaixo apresenta o Estado com a divisão por microrregiões, as quais estão representadas por nomes de municípios ou de rios, tais como: Tefé, Japurá, Purus, Itacoatiara, Manaus, dentre outras. É importante destacar que o Amazonas é o maior Estado da Federação, logo, faz fronteira com alguns países devido sua extensão, tais como: Colômbia, Peru e Venezuela respectivamente.

Imagem 3 - Mapa do Estado do Amazonas



Fonte: Portal www.gov.br. Programa calha Norte (2023)

A extensão territorial do Estado do Amazonas é expressiva não apenas para o quantitativo de municípios, totalizado em 62 (Sessenta e dois), entretanto pelos desafios da região, em que somente os municípios localizados na região metropolitana de Manaus possuem acesso por estradas, os demais são acessados apenas por hidrovias “estradas navegáveis”, o que fomenta não apenas a curiosidade sobre a região, como também, os embates no que se refere ao desenvolvimento da agricultura familiar, temática desse estudo. Uchoa, Mateus e Noda (2015) tecem as seguintes considerações sobre a agricultura familiar realizada no Estado do Amazonas:

A agricultura familiar amazônica dentre suas características formativas apresenta-se como um sistema modificador, mas também conservador dos ecossistemas via desenvolvimento econômico, ocasionando poucos danos ao ambiente, trabalha-se o cultivo da terra para atender às necessidades da família, uma relação que favorece estratégias de resiliência local (UCHOA, MATEUS E NODA, 2015, s/p).

Os autores apontam que a forma de desenvolvimento da agricultura familiar no Amazonas perpassa o processo de conservação com danos mínimos ao meio ambiente;

as formas de uso da terra não apresentam os patamares demandados pelo sistema capitalista em produções que envolvem larga escala, mas sim para atender às necessidades da família, seja na pesca, roça, dentre outras formas de práticas exercidas.

Os autores dizem ainda que há o predomínio da produção com uso de práticas tradicionais no desenvolvimento da agricultura familiar. Acredita-se que tal contexto traga novamente a discussão de Wanderley (2003), em que a agricultura familiar se difere da tradicional, em que simboliza movimentos de rupturas e continuidades. Há esforço para atender às demandas da modernidade, bem como o resgate de práticas que por vezes passam por ideais geracionais.

Sobre isso, Uchoa, Mateus e Noda (2015) reforçam que não há como dissociar o agricultor familiar das questões mais tradicionais, como valores, formas de vida e com as práticas sociais aplicadas, pois as famílias ligam-se à região de maneira profunda, compreendem as formas de uso da terra, as variações climáticas, o movimento de subida e descida dos rios, principalmente em áreas de várzea, ou seja, estão imbricados na relação com a natureza, em seus contextos ambientais locais.

Ademais, de acordo com Noda (2001), uma característica notória da agricultura familiar é que essa vai além da condição de inserção da família, sendo assim, não fica restrita somente no ambiente mais familiar, uma vez que traz à tona a noção mais evidente de vida em comunidade, com a perspectiva das trocas, as parcerias e os mutirões de apoio mútuo. Contextualiza-se ainda que:

Nesse cenário de formação da agricultura familiar percebe-se o homem amazônico que está inserido nessa dinâmica relacional, como um ser histórico, parte integrante do seio social e econômico da Amazônia imerso na dimensão reflexiva sobre a existência dicotômica ou não entre Cultura e Natureza (UCHOA, MATEUS e NODA, 2015, s/p).

A reflexão dos autores conduz a elementos importantes para a compreensão da dinâmica relacional, ou seja, o homem (na perspectiva genérica) amazônida, parte integrante do ambiente rural, com uma carga social e cultural imerso naquela realidade, como parte dela, seja como agricultor familiar, indígena, ribeirinho, com a identidade da chamada comunidade tradicional, comunidade várzea. Sobre essa realidade, Matos, Santos e Nogueira (2012) afirmam que:

As comunidades ribeirinhas estabelecem uma relação direta com o rio, retirando dele o seu alimento e mantendo uma ligação com as outras comunidades utilizando o rio como principal via de deslocamento. Ressaltando que o ambiente de várzea é fértil devido às

sucessivas deposições de sedimentos que ocorrem durante as inundações periódicas, o ambiente de várzea é caracterizado também por vários processos de transformação morfológica, por exemplo, a erosão e a deposição, que ocorrem durante a cheia e posteriormente a vazante (IBIDEM, 2012, p.02).

Os apontamentos dos autores apresentam a noção mais evidente de como se caracteriza a terra de várzea, a qual expressa a realidade das comunidades amazônicas. Há uma relação direta com a subida e descida das águas, ou seja, as condições de vida e práticas são reguladas em conformidades com os períodos, chamados de cheia e seca dos rios⁷. Todas as programações baseiam-se em conformidade com as condições da natureza, as quais mostram como as práticas devem ser efetuadas, o melhor momento para a execução do plantio e colheita, assim como o que pode ser pescado ou não.

As observações de campo, realizadas em comunidade, por meio da pesquisa empírica, em diversos momentos para conhecer a realidade e efetuar a coleta de dados, permitiu visualizar o referido movimento tangencial de subida e descida das águas, as quais acontecem de forma sazonal e simbolizam o balanço e manifestação das águas nas coordenadas entre entradas e saídas nos igarapés e braços de rios.

Conforme Benatti (2016) a várzea é influenciada por questões de ordem geográficas, climáticas e florísticas, com potencial de inundação das terras e vegetações em determinada parte do ano, e geralmente são terras localizadas em baixos níveis. É importante dizer que frente ao desafios desencadeados pelas mudanças climáticas contemporâneas, mesmo as terras localizadas em áreas um pouco mais altas podem sofrer com as consequências das inundações, as quais apresentam nas idas e vindas das águas, o momento de produção agrícola, assim como também a certeza das perdas durante as enchentes, o que obriga agricultores e agricultoras a reiniciar todo o processo de preparação da terra após o referido período, conforme relato de uma das colaboradoras da pesquisa: *infelizmente a gente perde tudo. Começa e recomeça a plantar todos os anos. São muitas dificuldades porque a gente prepara a terra, planta, cuida, espera e quando vem a cheia do rio, leva tudo. A gente tem que esperar secá de novo para começar tudinho. Tem ano que a gente nem colhe porque a água chega cedo* (Flor de Jambo, 46 anos).

⁷A flutuação do nível das águas dos rios provoca inundações periódicas e previsíveis, ou seja, as grandes variações do nível das águas, entre as estações chuvosa e seca, num processo quase contínuo de subida e descida das águas (JUNK, 1980).

O ritmo de vida dos moradores das comunidades tradicionais localizadas na várzea obedece ao balanço do ritmo das águas, juntamente com os potenciais climáticos que mudam desde a vegetação, levam o esforço das plantações e modificam até a rotina das famílias que residem em áreas mais próximas, como o exemplificado nas imagens a seguir.

Imagem 4 - Várzea, na costa do Rio Solimões, São Francisco do Arapapá, Manacapuru, Am



Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

Conforme Benatti (2016 p. 03) os rios transbordam e acabam invadindo as marginais e inundam as mediações em diferentes intensidades em cada ano. Ainda de acordo com o autor, “as áreas marginais inundadas periodicamente pelas águas de rios, lagos, igarapés, paranás e furos é que iremos denominar de terreno de várzea”. A análise teórica reflete de forma exata a imagem autoral mostrada, para situar o contexto real sobre as subidas e descidas das águas na Amazônia e como ocorre a referência com a vida das populações tradicionais.

Além das mudanças existentes no cotidiano das famílias, o balanço das águas também muda a rotina das moradias, pois estas passam a ficar parte do ano com água próxima do assoalho das casas e dependendo do fenômeno climático, podem até mesmo invadir as residências. A realidade da aproximação das águas é refletida na imagem a seguir.

Imagem 5 - Ponte de tábuas, no quintal da colaboradora da pesquisa



Fonte - Observação de campo (2022)

*Com os quintais alagados
Os pés flutuam, passa*

*“porque são os passos que fazem o caminho” o
passo a passo continua.*

Reinventam-se, ano após ano para a travessia.

(Caroline Silvestre)

Silva (2015, p.39) aponta que no período das cheias o rio Amazonas invade os terrenos de várzea, ficando apenas as casas e as copas das árvores em sua superfície. A mobilidade para sair das casas se dá por canoas que ficam estacionadas em frente a suas portas. Contudo, principalmente entre os meses de junho e julho a cheia atinge seu pico mais alto, não havendo condições de se construir pontes para ligar uma casa a outra.

Imagem 6 - A percepção da sazonalidade na várzea amazônica

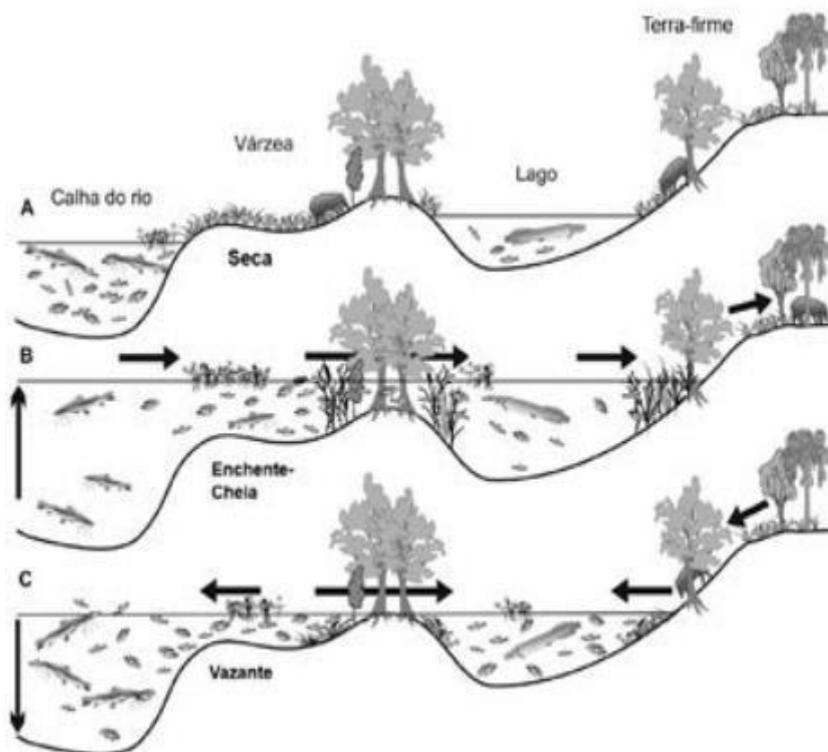


Figura 1.4: Intercâmbio de peixes e mamíferos terrestres entre o canal do rio e a terra-firme, respectivamente, e a várzea durante estações hidrológicas diferentes (Junk et al. 2000c).

A imagem acima mostra de maneira mais clara e com aporte científico de Junk et al (2022) acerca da localização da várzea, em área próxima ao leito do rio, que geralmente é seguida de área com pequeno lago antes da terra firme, alocada em região mais alta. Quando ocorre a cheia do rio, devido ao desnível do terreno, o leito sobe, alaga a várzea e chega até o lago. Já na vazante, o ritmo segue o lado oposto com a queda da quantidade de água dos lagos, paranás e braços de rio, até atingir o leito do rio e oferecer destaque à várzea, com terra de superfície para reiniciar o processo de agricultura que desencadeará, entre outras coisas, no processo de extrativismo.

Para Noda e Noda (2003), os produtos que envolvem o extrativismo na região amazônica são: cacau, cupuaçu, açaí, castanha do Brasil, pupunha, olho de peixe, além da produção de canela, urucu, copaíba, casaca da preciosa e andiroba; além da pesca de peixes e camarão regionais. Os autores abordam ainda que a produção familiar não se restringe à agricultura, pois atinge uma diversidade de produtos, obedecendo aos critérios do decorrer do ano, com o extrativismo animal, vegetal e as criações de pequenos animais.

De acordo com ibidem (2003), na construção da agricultura familiar há a roça ou roçado, onde ocorre a produção anual, em divisão por ciclos para plantio e colheita; a capoeira ou área de pousio, que conforme os autores, são as terras utilizadas por determinados períodos. Depois entram em uma espécie de repouso para que sejam novamente usadas na produção do que for necessário; o terreiro ou quintal, onde ocorre o plantio de hortaliças, árvores que possam render frutos ou até mesmo essências que tem valor econômico agregado na região amazônica; o extrativismo vegetal e animal, simbolizado pela caça e pesca, em que o peixe regional visto como o principal alimento. Entre as espécies está o tambaqui, a sardinha e o jaraqui, bastantes comuns no rio Amazonas; além da criação de animais de porte pequeno, como algumas aves e suínos. Percebe-se a diversidade no que se refere às possibilidades de produção na agricultura familiar que envolve a realidade amazônica.

Sobre o que pode ser produzido em terreno de várzea, Matos, Santos e Nogueira (2012) exemplificam o cultivo de hortaliças, trazendo o exemplo em uma comunidade localizada no Careiro-Am. Já Adams, Murrieta e Sanches (2005) enfatizam o cultivo de mandioca, principalmente para a produção da farinha, assim como o feijão, milho, melancia, abóbora moranga, pepino e melão.

Outro ponto relevante a analisar, trata do ecossistema de várzea. Sobre isso, Silva (2015, 68) aponta que:

Estar em conexão com o rio é possuir melhores condições de adaptação e sobrevivência, num sistema ambiental onde a organização econômica se define pelas atividades práticas na roça e na pesca. O comportamento do povo varzeano é ditado por um ritmo de ordem e desordem, de reorganização permanente, de intrínseca relação com o pulso de inundação das águas e suas interações com as terras e vegetações da várzea.

De acordo com a autora, a terra de várzea possui um ritmo protagonizado pelas águas, em suas subidas e descidas, as quais mostram o que pode ser útil no plantio, na pesca e até na criação de animais. A agricultura praticada no ambiente funciona em conformidade com as sazonalidades e particularidades que a região amazônica apresenta. Somente quem está inserido no cotidiano rural da várzea conhece, respeita e conduz o ritmo de vida e da agricultura familiar.

O tempo de produção, as organizações de colheita e ações dependem da condição ambiental, climática e das águas, as quais funcionam como gestão autopoietica e nesse âmbito de ordem, o que aparece como desordem, na verdade compõem a maré rítmica da condição de vida que se imbrica com a natureza e dela depende de forma secular.

Na natureza todos os processos se constituem em um ecossistema. Se um sistema tem a função e se relaciona com uma estrutura e elementos coordenados entre si, o ecossistema denomina como isso ocorre no contexto ecológico. O debate se faz relevante, pois no presente estudo, o qual tece análises sobre o trabalho em comunidades amazônicas de várzea, é importante retratar ainda o significado de agroecossistema.

Petersen et. al. (2017, p. 35) define agroecossistema como “uma unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos”. Como todo sistema há condições para efetuar a abertura e o fechamento, tendo a gestão, no caso da agricultura familiar, realizado pela família, com bens ecológicos, tais como a terra, as águas e toda a biodiversidade envolvida no processo. Assim, a ideia de agroecossistema envolve o todo, desde o produtor, a natureza, até o resultado do que é produzindo, iniciando o ciclo pelos bens ecológicos que serão desencadeados em bens econômicos.

Importante também dar ênfase para a agroecologia, que de acordo com Altieri (2012) é um conceito recente, que não objetiva ver a agricultura com um olhar tradicional, mas envolve conceitos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos na discussão. Nessa perspectiva não são apenas os resultados econômicos que se tornam

relevantes, porém, todo o caminhar, a condição social, identitária e a relação com o meio ambiente. Daí o autor tece o conceito de agroecossistema como base de estudo, para que as reflexões possam estar além da visão unidimensional, que até então fomentava uma concepção tecnicista, que desconsiderava a cultura, o processo histórico e social de determinada realidade.

Nesse sentido, uma população, em um ecossistema, é mais do que a coleção de indivíduos de uma única espécie, ela é parte e todo de um sistema, é o resultado do desencadeamento histórico das interações entre organismos e o sistema ambiental (SILVA, 2015, p. 71).

Conforme a autora, não há como trabalhar uma visão unilateral, pois em um ecossistema há um processo de interligação, o qual envolve pessoas e espécies. O todo apresenta suas partes e as partes compõem o todo na relação homem versus natureza. Assim, tanto a agroecologia como o agroecossistema não abre mais espaço para uma visão voltada ao tradicionalismo, mas reflete a construção de uma concepção que emerge a totalidade nas relações, com seus traços sociais, históricos, econômicos, culturais e ambientais. A construção científica dessa relação será balizada de forma mais profunda posteriormente. A seguir, as análises concernentes sobre a categoria gênero e sua relação com o *labour* feminino nas comunidades em que se aplica a agricultura familiar.

1.2 O Labour de Mulheres na Agricultura Familiar

*Dos rios que passam eu quero a
corrente que leva um rio aos braços do mar
pra buscar o infinito o eterno infinito
na ilusão de encontrar.” (Raízes Caboclas).*

A perspectiva de gênero é caracterizada como elemento significativo para cintilar estudos que ficaram à margem da historiografia. Nessa construção Historiográfica da mulher do Brasil, suas memórias foram roubadas, bem como suas identidades e contribuições invisibilizadas. Observe-se que essa linha histórica que compõe um tecido etnocêntrico, desde o período iniciante da colonização do Brasil.

Os colonizadores europeus vieram com uma construção lógica discursiva patriarcal. O discurso era constituído de uma visão da mulher indígena lasciva, pérfida, a qual precisava ser dominada de acordo com a doutrina cristã. A mulher deveria obedecer ao homem, pois esse era dotado naturalmente de maior discernimento e razão (TORRES, 2005). Por essa questão, a necessidade de reconstruir a historiografia das mulheres, em especial das descendentes dos povos originários, dos povos tradicionais, numa dimensão cultural, que está diretamente ligada à relação de poder (SCOTT, 1995).

A autora repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições em que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14).

Para Saffioti (2004, p. 36 - 37), em seus estudos mais recentes, “gênero constitui uma categoria ontológica, enquanto o mesmo não ocorre com a categoria patriarcado ou ordem patriarcal de gênero”. Ademais, a autora assinala que gênero não deve ser compreendido só como categoria analítica, mas também como histórica, e propõe que os estudos sobre as mulheres devam ser realizados pela perspectiva de gênero.

Scott (1990) aponta para a intersecção de gênero na dimensão de classe e raça/etnia. Essas categorias provocam a inclusão de pessoas oprimidas e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão. Nesse sentido, remar rumo às discussões de gênero na Amazônia, no que diz respeito às mulheres, sugere a necessidade de um olhar sensível por meio do espelho das águas, das texturas da terra, adentrando a floresta, sentindo a umidade. É o estado poético, um estado de emoção, de afetividade, realmente um estado de espírito, em que alcançamos a partir de um certo limite de intensidade na participação, a excitação, o prazer. Esse estado pode ser alcançado na relação com o outro, na relação comunitária, na relação com outros seres vivos (MORIN, 2012, p.136).

Como nos ensina Torres (2012, p. 213), “é preciso romper as barreiras entre o

racional e o emocional”. Nesse sentido, sensibilizar para o sensível, é lançar luz para perspectivas que desconstroem a ideia de que a subjetividade está relacionada ao ser fraco, mas relacionada à expressividade poética, ao estado de poesia, que é possível a partir de tudo e todos.

É com base nessa compreensão que nos debruçamos na concepção de trabalho em Arendt (1999), em que o trabalhador/a busca, por meio do seu suor suprir sua sobrevivência ligada às necessidades vitais de seu organismo, visando garantir as condições biológicas do ciclo de sobrevivência, sendo, o labor, um ato inerente a esse processo orgânico-natural dos seres humanos, não vivendo em função do trabalho.

Mesmo que para as mulheres agricultoras a compreensão de suas práticas possa estar no campo da complementação do sustento e renda familiar, para Torres (2005), o trabalho dessas mulheres é forrado por uma mística entrelaçada à natureza terra/água/floresta, que dá significado simbólico a relação de cumplicidade que se estabelece com o planeta terra e seu trato com o meio ambiente. Essas asserções sugerem a construção de um sistema integrado e harmonioso entre seres humanos e o meio ambiente, estabelecendo relação simbiótica.

Num sentido fortemente alicerçado no conceito de autopoiesis, concebido por Maturana e Varela (2019), elucidamos a expressão *poiesis*, que vem do grego e significa criação, construção ou produção, como também autoprodução. Podemos dizer que seja uma criação de vida, pois, segundo as ideias dos autores, a própria vida se dá a partir de um processo autopoético.

Não obstante, há um paradoxo, porque embora se tenha uma autonomia, essa não é independente dos recursos do meio ambiente, ou seja, essas unidades autônomas são ao mesmo tempo, dependentes, por isso o paradoxo. Essa condição paradoxal não pode ser devidamente compreendida, tendo por base o pensamento linear que tudo reduz ao binarismo como sim e não, do isto ou aquilo.

Cumpramos ressaltar que o trabalho interrelacional das mulheres amazônicas com os elementais da natureza: terra, rios e floresta, que são centrais na vida dos povos amazônicos, são realidades concretas que alimentam a vida material e espiritual. Para Torres (2012), são as mulheres das ribeiras que costumam desenvolver trabalhos mais minuciosos, com precisão de detalhes, como a pesca do camarão, o fazer dos apetrechos para a captura e o descasque. Atividades não menos cansativas que outras desenvolvidas por homens. Por exemplo, o peixe, o camarão, além de ser pescado por elas, é tratado, limpo e levado para a panela, até que esteja em condições de

consumo para sua família, bem como para aqueles que possivelmente irão comprar o produto. Podendo ser a representação de cuidado da mulher para com os seus.

No sentido greco-romano interpretado por Arendt (1999), a significação do trabalho deriva do quanto de ação está posto nele. De modo que pouco importa em que trabalhemos. Importa como trabalhamos. Se conseguirmos compreender e orientar a finalidade do nosso trabalho, se estabelecermos relações de respeito e aceitação, então o trabalho que realizamos terá sentido.

Já na concepção de Durkheim (1999), o trabalho é um fato social presente em todos os tipos de sociedade, ou seja, é algo que se impõe a nós indivíduos, independente da nossa vontade. O autor metaforiza a sociedade comparando-a ao corpo humano, como sendo um organismo vivo, onde cada elemento constitutivo tem sua função e cada pessoa possui uma função, de maneira a proporcionar harmonia, ordem e coesão social. A ausência dessa harmonia, caracteriza-se por *anomia*, conceito que o autor criou para explicar a forma com a qual a sociedade cria momentos de interrupção das regras que regem os indivíduos.

Nesse sentido, a divisão social do trabalho condiz a fatores que unem os indivíduos numa sociedade, uma vez que geram um sentimento de solidariedade entre aqueles que realizam as mesmas funções, considerando as sociedades modernas, as capitalizadas, uma vez que, a divisão está relacionada à maneira pela qual as tarefas são organizadas e divididas no ambiente de trabalho, com a intenção de delimitar as funções realizadas, minimizar o processo de produção como um todo e, conseqüentemente, garantir que o sistema de produção funcione de forma rápida e eficiente, as chamadas sociedades de *solidariedade orgânica* (IBIDEM, 1999).

Quanto se trata do contexto da organização do trabalho em comunidades tradicionais da Amazônia brasileira, em que, em sua maioria, não são regidas pela lógica capitalista, pode-se fazer relação com o que ibidem (1999) conceitua de *solidariedade mecânica*. Nessas sociedades os indivíduos que a integram compartilham das mesmas noções e valores sociais, tanto no que se refere às crenças religiosas como em relação aos interesses materiais necessários à subsistência do grupo. Essa correspondência de valores assegura a coesão social.

De forma geral, a divisão do trabalho delimita e define a maneira pela qual os indivíduos, dentro de uma sociedade, se organizam com a finalidade de produzir um objeto, produto ou mercadoria. Se o trabalho se divide à medida que as sociedades se

tornam mais volumosas e densas, não é porque as circunstâncias exteriores sejam mais variadas, é porque a luta pela vida torna-se mais abrasadora (IBIDEM, 1999). Levando em consideração o tempo histórico em que analisou, um período marcado por diversas transformações sociais, na família, no trabalho, dentre outros, é compreensível tal visão funcionalista, em meio a nascente sociedade industrial moderna. De modo a adentrar nessa ceara, ressoa que

“Ao contrário do que ocorreu nos tempos modernos, a instituição da escravidão na antiguidade não foi uma forma de obter mão-de-obra barata, nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana” (ARENDETT, 1999, p. 95).

O trabalho é um elemento primordial da condição humana, que molda os sujeitos homens e mulheres para realizarem determinados tipos de trabalho, alienado ou não. A autora passeia pela classe de palavras, refletindo acerca da palavra ‘labor’ como substantivo, que segundo ela, jamais designará o produto final. Logo, permanecerá como substantivo verbal, uma espécie de gerúndio (IBIDEM, 1999). Portanto, ao discorrer sobre o labor, requer antes que adentremos nas fendas da distinção entre labor e trabalho⁸.

É a partir do século V a.C. que a ‘polis’ passa a classificar as ocupações segundo a quantidade de esforço que exigem. Segundo a análise de ibidem (1999, p. 92), Aristóteles considerava como mesquinha as ocupações que exigiam mais esforço físico, conseqüentemente, mais desgaste para o corpo. As ocupações que não consistiam em labor, mas ainda assim eram executadas com o intuito de entender às necessidades da vida foram assimiladas à condição de labor.

Atesta a autora que laborar significava ser escravizado pela necessidade (IBIDEM, 1999). Coletivamente trabalhadores e trabalhadoras aprenderam como e porquê trabalhar e estabeleceram novos modos de pensar a vida e de se relacionar com o outro. Isso ensejou a autogestão do processo de trabalho e da vida numa configuração diferente do que se espera em uma sociedade capitalista, individualista e excludente.

A escala das ocupações ascende no sentido da contemplação. O esforço produtivo que não gera uma obra marca o nível mais baixo desta escala. O trabalho

⁸ O labour como todos os outros males provém da caixa (vaso) de Pandora. O mito de Pandora (59-105) em Hesíodo (2012). Os trabalhos e os dias.

será tanto mais significativo, mais digno, quanto mais se afastar do labor, de uma simples forma de subsistir. Seguem-se o esforço produtivo que gera um produto (IBIDEM, 1999).

Nesse sentido, o trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia. Essa prática aumenta a produção, diminui o dispêndio de força física e institui relações de solidariedade, cooperação, amizade, parceria, entre outras. Expressam uma compreensão, em relação à terra, que redimensiona a relação entre natureza - produção - homem. A importância atribuída à terra não é fruto de um sentimento externo aos sujeitos, mas sim, um saber compartilhado.

Nesse sentido do saber, recorre-se a Thompson (1998, p. 18), pois, para o autor, são “[...] tradições que se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares”. O que permite pensar que as mulheres trabalhadoras da várzea cresceram ouvindo e vendo que a terra, a floresta e as águas são os elementos que garantem a produção da vida. E que aprenderam com os seus antepassados não só a cuidar da terra, das águas, mas como viver dela a partir de uma lógica não mercantil.

Essa racionalidade econômica é construída a partir de saberes que consideram a relação intrínseca entre a modificação da natureza e a reprodução ampliada da vida. Pode-se perceber uma intencionalidade, não só visando a garantia da produção material, mas para assegurar a fixação dos trabalhadores e trabalhadoras naquela porção de terra e, ao mesmo tempo, consolidar um sentido de comunidade. Manifesta, assim, o pressuposto de Thompson (2001, p. 208), em que a economia e a cultura “[...] estão presos à mesma rede de relações”. É, enfim, a tentativa de fazer com que muitas pessoas compartilhem uma concepção de mundo que valoriza o viver e produzir a vida associadamente, pois trabalho e vida são indissociáveis.

De acordo com Melo (2003), no contexto de trabalho na agricultura familiar também existe o processo de desigualdade de gênero, assim como há ocorrências em outras esferas de trabalho, ou seja, há uma divisão sexual do trabalho e conseqüentemente a desvalorização na atividade laborativa feminina. As famílias que lidam com a agricultura esboçam o espaço doméstico como atividade da mulher, algo que foi construído social, histórica e culturalmente. A autora enfatiza ainda que o não reconhecimento ou desvalorização do trabalho feminino existe em decorrência tanto da concepção masculina, como da feminina. Essa divisão desigual aparece em alguns momentos da pesquisa em relatos tais como o de Flor de Tangerina,

43 anos, em que a mesma diz: *não vejo diferença entre homem e mulher, não tem divisão. Nós trabalha e faz tudo igual, mexe na terra, ara, coloca semente, planta o que pode, cuida, polaniza os maracujá, toma sol e chuva todo dia. Aqui é assim, se tem trabalho, nós precisa fazer. Aqui em casa só eu estou trabalhando, meu marido está fazendo tratamento pra câncer e está em Manaus. Tenho um filho especial de 18 anos, depois vou levar você pra conhecer ele. Faço tudo na terra, depois volto pra casa, cuido dele, dou banho, comida porque ele não anda e nem fala, é como se fosse um bebê. Na necessidade os vizinho e o pessoal da igreja vem e traz cesta básica pra nós. Não é fácil dar conta de tudo. Não pertenco a nenhuma igreja, mas eles sempre ajuda quem precisa e assim a gente leva cada dia, como Deus quer. Meu marido foi fazer cirurgia e volta, sinto falta dele porque fico sozinha pra tudo, mas aqui sempre tem alguma ajuda nesses caso. Eu confio em Deus e vou levando minha família como dá.*

A realidade de uma família que além dos desafios do dia a dia no que se refere à luta pela sobrevivência, também passa por processos de adoecimento, destacados nesse caso o filho com deficiência e o marido acometido por doença grave. A fala mostra o lugar da mulher na seara familiar, ou seja, apresenta protagonismo na agricultura, o qual não tem reconhecimento por conta da cultura patriarcal, como nos afazeres da casa e a função dos cuidados com membros familiares, que também demandam atenção.

Engels (1984) aponta que a mulher foi considerada a primeira propriedade privada do homem no sistema capitalista. Tal afirmativa é considerada até pelos traços fortes do patriarcalismo social e histórico que dominam as relações de sexo em todos os âmbitos da sociedade. Tal situação fica evidente também no retrato da agricultura familiar. Apesar de envolver todas as pessoas, há uma divisão de trabalho culturalmente alicerçada.

Uma perspectiva de trabalho baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero terá que garantir o empoderamento de mulheres, reconhecendo o seu papel como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente. Simultaneamente terá que lhe assegurar apoio organizativo, controle sobre recursos produtivos, como terra e crédito e capacitação técnica (PACHECO, 2002, p. 25).

A autora apresenta a relevância da equidade de gênero no âmbito da agricultura familiar, assim como a importância do apoio e reconhecimento das identidades

femininas no processo de construção do cotidiano da produção que envolve a coletividade na família. Enfatiza ainda a importância do empoderamento feminino, assim como o apoio no âmbito das organizações, como forma de crescimento e inserção da mulher em lugar de protagonismo social. Todavia, para isso, faz-se relevante a mudança nas concepções culturais, que ainda fomentam a invisibilidade e o machismo, preponderantes em uma sociedade de raízes patriarcais. Sobre isso:

(...) os traços da família patriarcal ainda se fazem presentes em alguns valores que regem a sociedade. Assim sendo, a mulher é sempre pensada como família, o que dificulta, até mesmo nos dias atuais, a sua participação em programas governamentais voltados para a esfera da produção (MELO, 2003, p. 33-34).

A reflexão da autora mostra o quanto é desafiador o reconhecimento da mulher na esfera de produção da agricultura familiar, haja vista as dificuldades de se visualizar o protagonismo feminino que ultrapassa o que foi constituído historicamente como “papel” da mulher. A cultura estabeleceu um lugar e um não lugar determinado à condição feminina, o qual precisa ser culturalmente modificado, principalmente na constituição feminina como protagonista de uma sociedade ainda desigual.

Assim, é importante lançar luz no trabalho de mulheres, fortalecendo suas iniciativas que perpassam produção e comercialização, geração de renda etc., por meio de políticas públicas de apoio e promoção da agroecologia (BARBOSA, 2021). Nesse sentido, vale refletir acerca de perspectivas como a do ecofeminismo baseada na sustentabilidade e igualdade de gênero.

1.3 Ecofeminismo e Agroecologia: algumas perspectivas

*“A mãe natureza te admira
Com a garra, com a força, tua beleza.”
(Tribo Muirapinima).*

Para Miés e Shiva (2021) o ecofeminismo surgiu a partir de vários movimentos sociais do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, entre eles - o feminista e o movimento pela paz e pela ecologia, onde em conferências abordavam questões acerca da interconexão entre o feminismo, a militarização, a cura e a ecologia. Essas mulheres, ao irem contra a destruição ecológica voltam-se contra a violência patriarcal, e que ao desafiá-la, demonstram lealdade com as próximas gerações de mulheres e com a vida do planeta.

Os estudos sobre a Amazônia despontam para prerrogativas que se assentam no

cotidiano da floresta, das águas, da pesca, agricultura, dos saberes, práticas sociais e formas de vida, peculiares em suas configurações, que trazem no bojo as expressões e significados inerentes às condições de vida nas comunidades tradicionais. Os recônditos mais distantes da Amazônia brasileira reverberam confluências acerca da conservação ambiental, espalhada nas concepções do ecofeminismo em todas as suas protuberâncias.

Debruçar-se no debate que engendra os entrelaçamentos do ecofeminismo e suas relações com a Amazônia possibilita dar voz às mulheres que se relacionam com a natureza nas suas entranhas mais sutis, em passagem viável para ponderar caminhos acerca das condições do planeta, em uma perspectiva de feminilidade das práticas e relações ambientais (MIES e SHIVA, 2021).

Tais afirmações trazem ponderações quanto ao significado do ecofeminismo na Amazônia, principalmente na prática social evidenciada no cotidiano da agricultura familiar, com atividades laborativas exercidas por mulheres, as quais também representam a expressão da relação mulher-natureza em todas as nuances de construção do protagonismo de mulheres na Amazônia.

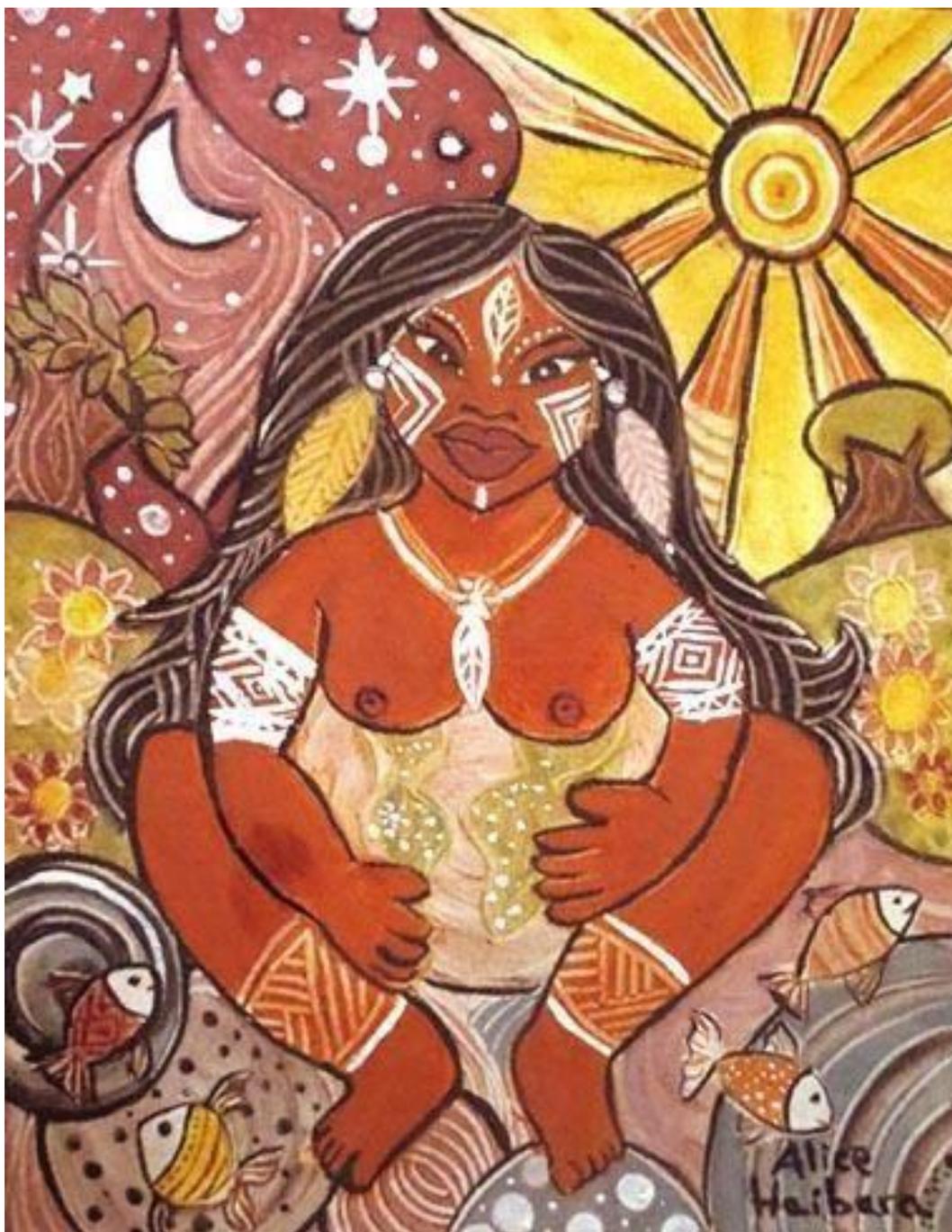
Por essa questão, a necessidade de reconstruir a historiografia das mulheres, em especial, das descendentes dos povos originários, dos povos tradicionais, numa dimensão cultural, como corroborado pelo princípio do ecofeminismo, que busca justamente compreender que há relação de poder entre o patriarcado e sua ciência, que invisibiliza a cultura de subsistência dos povos, uma vez que possuem modos de vida diferentes dos das cidades, que estão mais afinados à lógica do capitalista, consumo acelerado e indústrias que buscam com supremacia explorar a flora de forma desenfreada.

Mulheres dos países desenvolvidos, em especial da classe média, têm dificuldades em entender os pontos comuns entre a sua libertação e a da natureza, isto deve-se ao pensamento patriarcal capitalista, onde a civilização moderna é fundada numa dicotomia estrutural. Assim, a natureza está subordinada aos seres humanos, as mulheres aos homens, o consumo à produção e o local ao global. As ecofeministas têm contestado esta dicotomia, em especial a divisão estrutural entre seres humanos e natureza como análoga a dos homens e das mulheres (IBIDEM, 2021).

As envolvidas no movimento estão atentas não só às mulheres, como também aos animais, às vegetações, ou seja, a luta é pela libertação das mulheres, que é parte de uma luta maior, a luta pela vida, pela preservação de todo o planeta, pela

preservação da mãe Terra, a *Pachamama*, para os povos ameríndios, povos indígenas da Bolívia e do Peru. Pacha Mama ou Pachamama (do quíchua Pacha, “universo” e Mama “mãe”, “Mãe Terra”, é a divindade suprema, para os povos ameríndios. Concebida como a mãe que protege a fauna, a flora, os seres humanos, dos crescentes danos ocasionados pelos homens, traduzindo, ocasionado pelos processos de “modernização” e industrialização do sistema capitalista.

Imagem 7 - Pachamama



Fonte: <https://arteterracor.files.wordpress.com/2012/08/pachamamitap-alice-haibaragmail.com.jpg>.

Além da representação enquanto divindade ligada à fertilidade da Terra, PachaMama representa o sentido da vida, a proteção de tudo e todos que nela habitam. Ao efetuar uma crítica sobre a exploração e a condição dos habitantes na terra, Krenak (2020, p. 11-12) afirma que:

(...) a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse organismo que é a terra. Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, das beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes – a sub-humanidade. Porque tem uma humanidade, vamos dizer, bacana. E tem uma camada mais bruta, rústica, orgânica, uma sub-humanidade, uma gente que fica agarrada na terra. Parece que eles querem comer terra, mamar na terra, dormir deitados sobre a terra, envoltos na terra. A organicidade dessa gente é uma coisa que incomoda, tanto que as corporações têm criado cada vez mais mecanismos para separar esses filhotes da terra de sua mãe.

A reflexão do autor chama a atenção para os rumos do capital e como esse coopta pessoas no rumo da exploração. Esse sistema que expropria, discrimina e coloca à margem os povos tradicionais, que cuidam da terra e fazem uso dela de forma responsável. Revela ainda o quanto as grandes organizações alimentam interesses escusos para atender apenas aos anseios do sistema capitalista vigente.

Krenak (2020) aponta ainda para a necessidade de manutenção de vínculos com a memória ancestral, o que fortalece identidades. A ausência dos vínculos leva ao desequilíbrio, já que a humanidade faz parte de um sistema, porém, a cada dia distancia-se dele. Um exemplo disso é a insustentabilidade gerada pela crise ambiental.

Sachs (1986) discorre que muito se tem feito para despertar a sensibilidade ecológica, contudo, a busca predatória pela exploração da natureza, pelos “modelos” que visam apenas o plano estritamente econômico tem sido predominante. Sobre isso, os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2022) remetem a uma catástrofe, pois em janeiro de 2022 houve o maior alerta de desmatamento desde 2016. Contabilizou-se 430,44km² contra 88,82 km² de janeiro de 2021. Os índices apontam que os Estados da Amazônia Legal em maior vulnerabilidade para o desmatamento são, respectivamente: Pará, Mato Grosso e Amazonas INPE (2022). Os dados refletem ainda a ausência estatal da esfera federal no âmbito da efetivação de políticas públicas de combate ao desmatamento, a partir de um silêncio quando o assunto envolve as

perspectivas de conservação ambiental e suas estratégias de intervenção.

Há, portanto, necessidade de uma posição ética fundamental que seja voltada para as necessidades mais abrangentes, que dizem respeito ao cuidado com a conservação ambiental como uma responsabilidade para com as gerações que sucederão. Trata-se de um projeto de civilização, porque evoca um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios, objetivos escolhidos socialmente e visão de futuro. Porém, o convite deve ser pautado numa visão de práticas ecológicas, de responsabilidade para com a Mãe Terra, com os povos tradicionais, a fim de se evitar o desperdício de recursos naturais.

Pesquisar alternativas tornou-se indispensável na atualidade, pois problemas de degradação ambiental atravessam diversas relações sociais, tanto em níveis locais e regionais, quanto em níveis nacionais e internacionais. Assim, faz-se necessário demonstrar a riqueza do momento do encontro entre pesquisador/a com seus saberes, muitas vezes solidificados, mensuráveis e consolidados, e os saberes tradicionais, definidos por Diegues *et al.* (2000, p. 30) “[...] como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido de geração em geração”.

As ecofeministas, com o desejo de “recuperar, de regenerar a sabedoria dos povos como um meio para libertar as mulheres e a natureza da destruição patriarcal motivou o movimento para uma virada para a espiritualidade” (MIÉS E SHIVA, 2021, p. 70). Começaram a perceber o significado da “caça às bruxas” no início da Era Moderna, já que a ciência e a tecnologia foram desenvolvidas principalmente depois que essas mulheres (as bruxas) foram assassinadas e, concomitantemente, depois que seus conhecimentos, sua sabedoria e seu relacionamento próximo com a natureza foram destruídos. Essa guinada do movimento para a espiritualidade não é na perspectiva das religiões, mas no sentido de força vital, força que liga tudo e todos, num processo de interconexão.

“A relevância ecológica dessa ênfase na “espiritualidade” reside na redescoberta da sacralidade da vida, segundo a qual a vida na Terra pode ser preservada apenas se as pessoas começarem a considerar novamente todas as formas de vida como sagradas e respeitá-las com tal. Nesse contexto, a espiritualidades está para “curar a mãe Terra” e reencantar o mundo” (IBIDEM, 2021, p. 70).

Logo, remar rumo às discussões acerca da preservação ambiental sugere imersão nas formas de ser e fazer das mulheres amazônidas, a inclusão dos saberes e práticas sociais dessas mulheres, nos textos científicos, como no caso deste trabalho.

Nesse sentido, a agroecologia, que implica em mudanças de práticas agrícolas, bem como atitudes e valores relacionados ao manejo e conservação dos recursos naturais e as relações sociais entre atores ganha força diante do contexto de crise na agricultura familiar entre meados dos anos de 1990 e início dos anos 2000, especialmente por causa do impacto negativo das políticas neoliberais implementadas no país para esse setor (BARBOSA, 2021).

E como já foi evidenciado nas palavras de Altieri (2012), a agroecologia representa a desconstrução do que seria a análise tradicional sobre a agricultura. A visão contemporânea envolve traços históricos, sociais, culturais e ambientais na relação com a natureza, assim deixa de ter a visão puramente mecânica da ação, mas a entende como sistema, ou seja, como ecossistema, como agroecologia.

Pode-se exemplificar com a realidade de Santa Catarina, em que o movimento de mulheres camponesas (MMC/SC) teve acesso às formações em agroecologia que permitiram dentre outros fatores, a compreensão da necessidade de realizar o melhoramento de sementes, já que os plantios provenientes das sementes apresentavam baixa produção e qualidade. O contato com a agroecologia propiciou uma transformação na visão das mulheres sobre os quintais; plantas que eram ‘daninhas’ passaram a ser espécies indicadoras das características do solo; o plantio diversificado ao invés do monocultivo, como estratégia para promover a proteção das plantas (BARBOSA, 2021).

É importante dizer também que o contato de mulheres com a agroecologia não modificou somente a visão sobre os processos agrícolas, contudo, simbolizou o empoderamento feminino, pois se trata da valorização das identidades de mulheres em um *labour* caracterizado pelo domínio dos homens, com desvalorização da mão de obra feminina. Logo, a formação trouxe a noção do protagonismo e o simbolismo sobre o lugar da mulher na agricultura familiar.

De tal modo, os saberes e práticas sociais configuram-se como uma aposta eficiente de intervenção nas condições reais do planeta, corroboradas pelas perspectivas do ecofeminismo e da agroecologia, com o protagonismo das mulheres que lutam pela sua sobrevivência, com a visão de que toda e qualquer prática ou produção precisa ser enxergada, concretizada e gerida por um sistema, em que todos fazem parte de sua constituição a partir do lugar e das ações, as quais são importantes para a construção de uma sociedade onde a relação homem – ambiente seja prioridade.

A reflexão do ecofeminismo celebra a sagrada mãe Terra e resiste a sua transformação em matéria-prima para o industrialismo e produção de bens. Conforme Miés e Shiva (2021), “chamamos de perspectiva de subsistência”, ou seja, significa obter um olhar sensível, contrário ao do branco europeu colonizador, de modo a oportunizar a prosa e a poética da ciência, dos estudos em comunidades tradicionais.

Em Maturana e Varela (2019 p. 55-56) a perspectiva biológica pauta-se na concepção de que não só os seres vivos são a constituição de um todo universal, no entanto, tudo que envolve o meio. Essa análise vai de encontro com o entrelaçamento mulher/natureza que envolve as mulheres amazônicas e suas práticas no trabalho com a pesca, roça, argila, palha etc. Shiva (1992, p. 77),

“no que se refere à Natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem”.

A reflexão da autora conduz a uma visão múltipla e sistêmica acerca da relação homem – natureza. Trata-se de uma simbiose, um processo de análise do todo de forma dual, onde se complementam e se postulam no viver do cotidiano. A agricultura familiar demanda essa concepção. Não há mais espaço para análises que negam ou invisibilizam o contexto social, econômico, cultural e de gênero na relação com a terra, as águas e as outras espécies. Retrata ainda a condição da mulher, que de forma ativa, resgata o feminino na constituição e que idealiza uma nova forma de viver, com uma conjuntura de construção coletiva.

Conforme atesta *ibidem* (1992, p. 92), as mulheres são as que, de modo geral, constituem a maior fonte de criatividade, elemento essencial para gerar mudança em respeito à natureza. Segundo Boff (1999), está-se descobrindo nas últimas décadas a “alteridade da natureza” dimensionada por meio do modo de vida dos povos indígenas, porque na tradição cristã quase não existe a sensibilidade pela natureza viva. A tradição ocidental conhece a ética da comunidade, da vida social, todavia, adicionalmente pode aprender dos povos indígenas uma ética da reciprocidade com os outros seres vivos da natureza. Para esse autor,

Enquanto o ser humano não se sentir e não se assumir, com jovialidade e leveza, na solidariedade cósmica e na comunidade dos viventes em processo aberto, em maturação e em transformação também pela morte e assim religado a tudo, ele se isolará, será

dominado pelo medo, e por causa do medo usará o poder contra a natureza, rompendo a aliança de paz e de amor para com ela (BOFF, 1995, p. 124).

Diferente de antigas histórias relatadas por viajantes estrangeiros, os povos tradicionais que habitavam uma parte da Amazônia são providos de capacidade de cuidar de si mesmos e do ambiente onde vivem. Sua cultura, seus costumes e suas relações sociais não são tradicionais no sentido de antigo, velho e arcaico, entretanto são saberes construídos de acordo com o ambiente e a vivência do cotidiano.

Eis a proposta da agroecologia e da composição dos agrossistemas. Uma forma sistêmica de visualizar a relação com a natureza, onde tudo faz parte e se relaciona, de forma que não haja apenas a retirada do meio ambiente, mas que se possa conviver com ele, entendendo a sua relevância e compreensão de que fazemos parte do todo. Urge então a maturação e a concepção de que estamos em um processo aberto, que soma, produz e reproduz, em interligação com tudo o que nos cerca. Sobre os agrossistemas, Altieri (2005, 23-24) aponta que:

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibra- 24 das prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades.

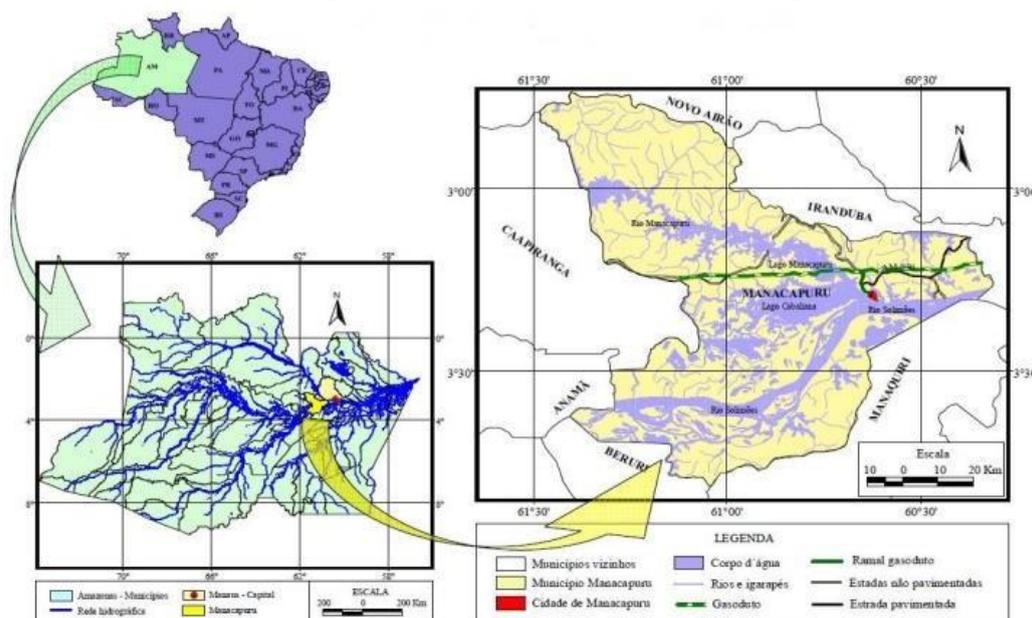
As demandas contemporâneas da produção agrícola não podem mais expressar o manuseio sem limites frente a busca pelo equilíbrio da terra, águas, luz solar, floresta, com a união de todos os organismos. O agrossistema demanda a compreensão do equilíbrio completo da relação ambiental, em contraposição aos ideais frenéticos capitalistas de exploração, como pretende-se refletir no presente estudo, em contexto amazônico.

1.4 Comunidade de várzea, São Francisco do Arapapá, Manacapuru, AM e as Flores Matizadas

Para delinear o percurso sobre a comunidade faz-se necessário trazer algumas considerações sobre o município de Manacapuru-Am. O município está localizado no Estado do Amazonas, que por sua vez é o maior estado da federação alocado na região norte do Brasil, sendo a quarta cidade mais populosa do referido Estado, atrás apenas de Manaus (Capital), Parintins e Itacoatiara, com quase 99 mil habitantes.

Para Costa (2015) a localidade fazia parte do território dos indígenas de Etnia Mura⁹, por volta de 1785, em 1894 é elevada a categoria de vila, sendo criado o município de Manacapuru, já em 1932 passa a ser considerada como cidade. Com o passar dos tempos houve mudanças na configuração territorial do município para atender as demandas e desmembramentos da época.

Imagem 8 – Mapa da Localização do Município de Manacapuru-AM



Fonte: Souza, 2007, p. 50

A figura mostra primeiramente o mapa do Brasil com a localização do Estado do Amazonas na região norte do país. Seguidamente o mapa menor apresenta a bacia hidrográfica (representada na cor azul) contida no Estado do Amazonas e em amarelo o destaque para a localização do município de Manacapuru-Am. A posteriori aparecem mapa com os municípios que fazem fronteira com Manacapuru, a saber: Beruri, Manaquiri, Anamá, Iranduba e Caapiranga, todos envolvidos na malha hidroviária.

Manacapuru, de acordo com Boletim Informativo Socioeconômico do referido município brasileiro (Departamento de Gestão do SUAS da SEAS, 2021) é localizado

⁹ Os Mura ocupam vastas áreas no complexo hídrico dos rios Madeira, Amazonas e Purus. Vivem tanto em Terras Indígenas, quanto nos centros urbanos regionais, como Manaus, Autazes e Borba. Nas primeiras notícias do séc. XVII são descritos como um povo navegante, de ampla mobilidade territorial e exímio conhecimento dos caminhos por entre igarapés, furos, ilhas e lagos. Fonte: Autos da Comissão de Inquérito na Inspeção do SPI (Postos da Josefa, Capivara e Laranjal), 1931. Fundo Tribunal Especial, Série Procuradoria (n. 640, vol. IV, depósito 311).

na Região Metropolitana de Manaus, no Estado do Amazonas. Situada às margens do Rio Solimões, a 93 km de Manaus, via terrestre. Foi fundado em 15 de fevereiro de 1786 e ocupa uma área de 7.336,579 km²

Outra informação relevante remete-se a comunidade evidenciada na pesquisa, a qual chama-se São Francisco do Arapapá, localidade onde a pesquisa foi desenvolvida. A comunidade localiza-se no Ramal Bela Vista, que fica a 68 km de Manaus (capital do Amazonas) e fácil acesso, por meio de transporte terrestre.

Imagem 9 – Percurso do rio Solimões via satélite, Manacapuru, Manaus – AM



Fonte: imagem Lonsat, cena 231, Manacapuru, 11.08.2001

Sobre a história da comunidade (pausa). Porque é assim ó... porque São Francisco do Arapapá sempre foi (pausa)... comunidade. Como é que diz? É... uma comunidade que desde muito baixo eles vinha festejo, festejando, aí, parte de outubro, começou com muito tempo, aí foi aumentado a comunidade, aí outras comunidade vinha pagar promessa. Aí muitas e muitas coisas. Cada comunidade disputava com a outra. Aí vinha. Toda noite era uma comunidade. Bela Vista. Aí toda vez foi mudando, aí hoje é mais diferente (Flor de Maracujá, 66 anos).

De acordo com estudo de Diógene, Scherer e Filha (2022), a comunidade São Francisco do Arapapá é identificada como católica, com uma igreja com o nome de São Francisco e mais três igrejas evangélicas. As mulheres colaboradoras do estudo dizem não haver conflitos em relação ao credo e que a maioria dos moradores participam das atividades festivas de ambas as religiões.

A comunidade às margens do Rio Amazonas (Rio Solimões) não dispõe de escola, porém, crianças e adolescentes percorrem cerca de 5km até a comunidade Bela

Vista, Manacapuru, Am, para estudar. Ainda, faz-se necessário apresentar as participantes da pesquisa, ou seja, as mulheres residentes na: Flor de Maracujá, 66 anos, pescou e trabalhou na roça desde a infância. Hoje, segundo ela, pesca porque gosta muito “é um lazer”. Está aposentada, porém, ainda assim complementa a renda de sua família polinizando flores de maracujá. Sua maior preocupação sempre foi “colocar o pão na mesa” e ensinar suas filhas a tirar o sustento da terra, da pesca; Flor de Goiabeira, 58 anos, criou seus filhos trabalhando na pesca e na roça. Está aposentada, porém, ainda assim, segundo ela, precisa complementar sua renda, vendendo mel, goiabas, bananas verduras e legumes, já que por questões de saúde, não consegue mais ir para a pesca.

Flor de Jambu, 49 anos, possui em seu quintal diversos frutos e verduras, que segundo ela, são para alimentar sua família, que muitas das vezes, não tem dinheiro para comprar outros alimentos. Desde a infância trabalhou na agricultura familiar, porém, hoje já não se sente estimulada, pois, como ela relatou, “não se tem mais peixes no rio, como antes”; Flor de Tangerina, 43 anos, é uma mulher que trabalha junto ao seu esposo, seja nas atividades da roça, seja na pesca, para garantir o sustento de sua família. A mesma possui um grande acervo de plantas ornamentais, que são utilizadas tanto para decorar a casa, como para comercializar, complementando assim, a renda da família. Ademais, cria galinhas, para comercialização e consumo próprio; Flor de Laranjeira, 37 anos, é conhecida na comunidade como a rainha do camarão. Para além de seu protagonismo na pesca de camarões, planta frutos e verduras, para serem consumidos e comercializados na comunidade e em feiras das cidades de Manacapuru e Manaus-AM.

Essas informações são de suma importância para que se compreenda, a princípio, o contexto de vida dessas mulheres, de suas famílias, a partir de uma perspectiva cultural, bem como, olhar para o campo de pesquisa, para os sujeitos, tendo uma breve compreensão geográfica e ambiental, uma vez que se vislumbra ponderar as práticas laborativas e suas relações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

CAPÍTULO II – AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO ARAPAPÁ – MANACAPURU-AM E SUAS RELAÇÕES COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): ALGUMAS REFLEXÕES.

Na segunda década do século XXI a sustentabilidade ainda aparece como desafio a ser considerado na ordem planetária. Movimentos e documentos internacionais que vêm desde a Conferência de Estocolmo até a Rio + 20 mostram a importância do despertar da consciência ecológica, contudo, diante do sistema capitalista que prega o uso sem limites das fontes naturais, os objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia tornam-se cada vez mais distantes. Neste presente capítulo, discutir-se-á as formas de alinhamento da prática produtiva agrícola das mulheres na Comunidade São Francisco do Arapapá com os ODS em destaque o 02, relativo à proposta de Fome Zero.

Para tal discussão, preliminarmente serão realizadas reflexões sobre o significado de práticas sustentáveis em alusão com os objetivos de desenvolvimento priorizados para o milênio, posteriormente serão enfatizadas as experiências adotadas na comunidade São Francisco do Arapapá, no município de Manacapuru, a partir do olhar de mulheres agricultoras residentes na localidade.

Em sequência serão realizados apontamentos sobre as políticas públicas existentes e suas relações com a ODS-02, tendo como foco entender como ocorrem as particularidades em uma comunidade amazônica a partir da relação com a segurança alimentar, levando em consideração que no âmbito das especificidades ocorre o pulsar das águas dos rios, num movimento contínuo de subidas e descidas, cheias, vazantes e secas, em que se identifica a simbiose entre o ambiente e a vida cotidiana das famílias.

2.1 Práticas Sustentáveis e os Alinhamentos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS-02 na Amazônia: breves considerações sobre a comunidade São Francisco do Arapapá

Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços de planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos, ou os netos dos nossos tataranetos vão poder passear para ver como era a Terra no passado.

(Ailton Krenak).

O mundo está longe de ser o mesmo de um século atrás. A industrialização, exploração de combustíveis fósseis, a ganância em busca do lucro, dentre outras coisas, foi impulsionada pelo grande Capital, o qual assume identidades que remontam o berço da lucratividade à coisificação da vida. Diante da exploração intensa, o planeta agoniza em passos largos e espera que documentos e encontros internacionais possam proporcionar um diferencial no que se refere à sobrevivência humana diante da crise civilizatória instalada diante de nossos olhos.

A Organização das Nações Unidas, por meio de debates emergentes, votou e criou uma proposta de intervenção diante do quadro de desigualdade que se apresenta em escala mundial. Trata-se dos ODS como uma proposta para oferecer respostas que sejam abraçadas pelo coletivo, para combater a pobreza, proteger o meio ambiente, reduzir os efeitos das mudanças climáticas e para que possa reduzir demais formas de desigualdades existentes (ONU, 2015).

Por meio da proposta dos ODS's, evidenciam-se os seguintes aspectos:

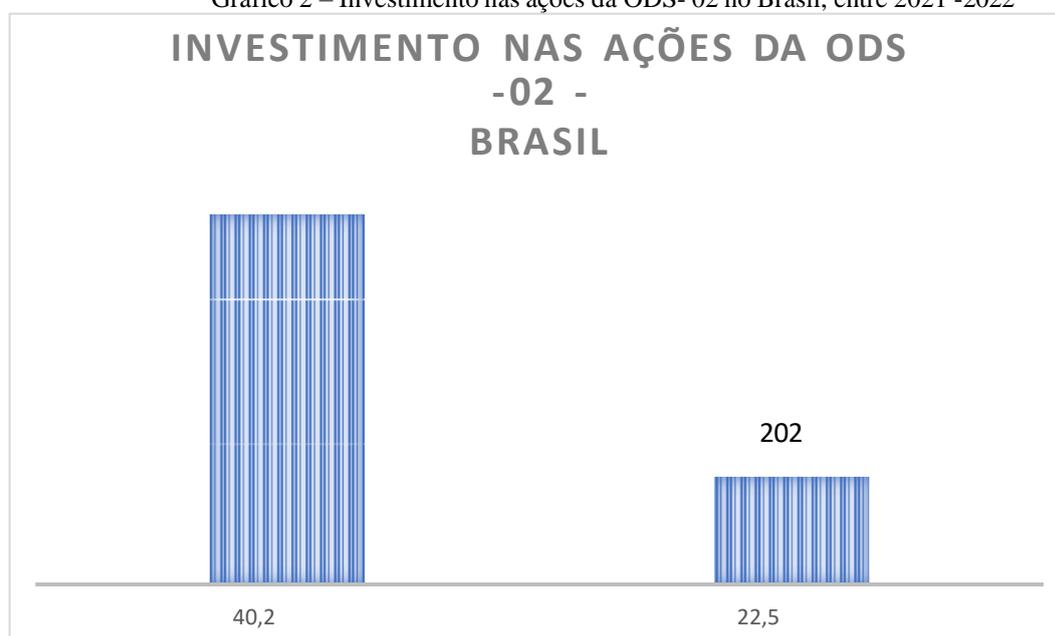
Imagem 10 - Os 17 Objetivos Sustentáveis - agenda global dos ODS – 2030



Fonte: Organização das Nações Unidas, disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>

A imagem mostra os 17 objetivos que devem ser refletidos até 2030. Trata de uma evolução relacionada aos 8 objetivos do milênio, pois coloca o desenvolvimento sustentável como alavanca mundial e conta com os esforços de lideranças internacionais, governadores e sociedade civil. Sobre os recursos que são destinados para aplicação em ações que possam gerar intervenções no Brasil, de acordo com a sede brasileira da Organização das Nações Unidas (2023), o volume encontra-se em torno de 191,3 milhões, sendo que 11,8% do total é aplicado na ODS-02, ou seja, na redução da fome e agricultura sustentável. Abaixo segue o gráfico de evolução dos recursos nos últimos dois anos.

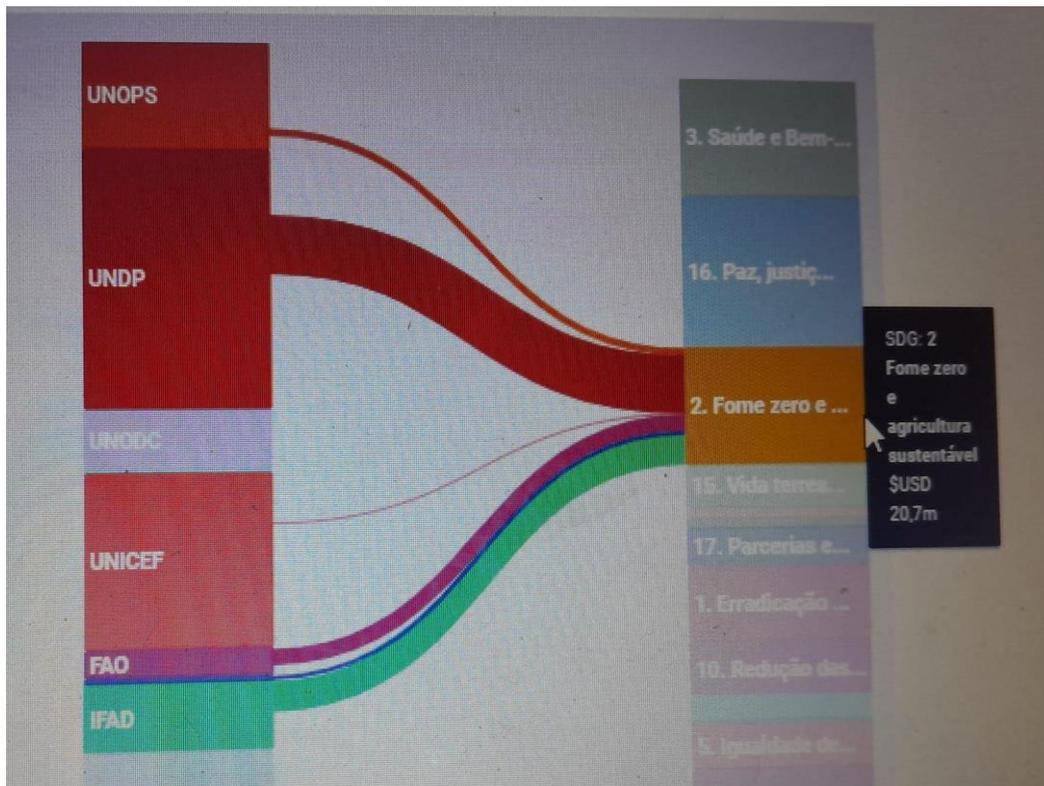
Gráfico 2 – Investimento nas ações da ODS- 02 no Brasil, entre 2021 -2022



Fonte: Dados da Organização das Nações Unidas, com organização da autora

Ao realizar pesquisa sobre os recursos destinados ao cumprimento de metas da ODS-02 nos documentos das Nações Unidas, percebeu-se apenas dados sobre 2021 e 2022, apesar de que o portal se situa a partir do ano de 2015. Em 2021, dos 215,5 milhões destinados para o Brasil, 40,2 milhões foram aplicados, o que significa 18,65% do orçamento destinado ao país. Já em 2022, dos 191,3 milhões, cerca de 22,5 milhões foram aplicados na redução da fome e na potencialização da agricultura sustentável, ou seja, 11,77%. No gráfico percebe-se a redução de recursos e orçamento para o referido destino entre 2021 e 2022, contudo nos dados brutos não foi possível verificar possíveis motivos.

Gráfico 3 - Parcerias e vinculações



Fonte: Organização das Nações Unidas

Conforme os dados das Nações Unidas (2023), no Brasil, a vinculação de parcerias está dividida da seguinte maneira: OR significa a contribuição da ONU, UNICEF e outros parceiros; MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Governo do Estado da Bahia - BA; Governo do Estado do Piauí – PI; Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR; Agência Brasileira de Cooperação – ABC; A Organização AVSI Foundation; Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro; Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Socorro - Adventist Development na Relief Agency.

De acordo com os Cadernos ODS – 02 do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2019), tem-se como objetivo erradicar a fome e conseguir alcançar a segurança alimentar por meio de um processo em que a melhoria da nutrição seja realizada e potencializada, além de promover formas de agricultura sustentável. De acordo com o documento do IPEA (2019), os ODS – 02 apresentam as seguintes metas:

Meta 2.1 (Global) – Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em

situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Meta 2.1 (Brasil) – Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano. No processo de adaptação da meta global à realidade brasileira, buscou-se inserir com destaque os conceitos de “alimento adequado” e “alimento saudável”, que correspondem a definições presentes no arcabouço legal e institucional do país. O conceito de alimento “culturalmente adequado”, afirmado pelo Fórum Mundial pela Segurança Alimentar (em 2007), está implícito na noção de alimento adequado, mas foi reiterado na proposta de redação para qualificar o objetivo, considerando a diversidade regional do país e a atenção à segurança alimentar e nutricional de grupos sociais específicos (povos e comunidades tradicionais) e vulneráveis. O direito à alimentação foi inscrito no art. 6º da Constituição Federal pela Emenda Constitucional (EC) no 64/2010 (IPEA, 2019).

Conforme Valadares e Alves (2019), os índices de insegurança alimentar em comunidades rurais precisam ser considerados, pois há dados que variam entre 20,2% para leve, 14% para moderada e 9,6% para insegurança alimentar grave. Os dados mostram a necessidade de pensar mecanismos de ação diante do quadro que atinge a realidade brasileira. Apesar dos dados, em 2018 o Brasil estava considerado fora do mapa da fome segundo Valadares e Alves (2019), contudo houve um retorno, agravado pela emergência sanitária caracterizada pela pandemia de COVID-19, que até março de 2023 ceifou a vida de mais de 700 mil pessoas de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2023).

De acordo com Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia, divulgado pela Agência Senado (2022), o quadro agravado pelo desemprego e subemprego, colocou mais de 33,1 milhões de pessoas em situação de fome, sendo 14 milhões a mais do que já existia no país e cerca de 58,7% dos brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar, seja de natureza leve, moderada ou grave (AGÊNCIA SENADO). Os dados mostram a necessidade de realizar ações emergenciais sistemáticas e não apenas pontuais diante do agravamento da situação, pois

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade (KRENAK, 2019 p. 9).

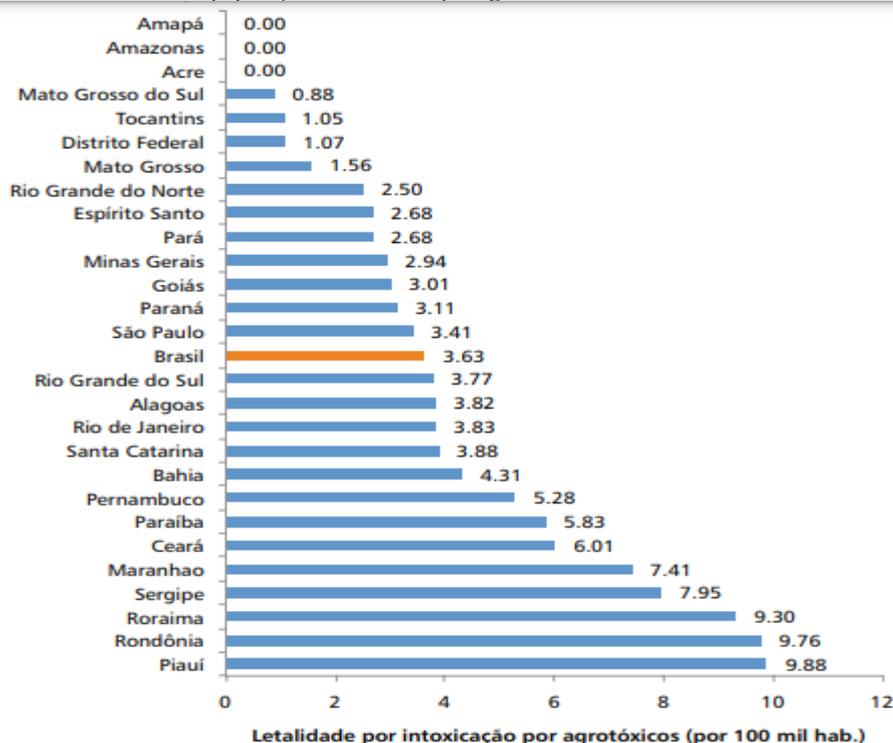
Os desafios tornam-se ainda maiores com a revelação midiática que aponta dados

sobre desmatamentos, como já abordado no capítulo anterior. Acerca das possibilidades, reflete-se sobre a importância das práticas sustentáveis na Amazônia. Para falar sobre o assunto, importa destacar que o mundo rural, de acordo com Wanderley (2009) é um espaço de resistência, transformação e de luta e não algo que remete às perspectivas de atraso.

Para Silva e Torres (2018), as práticas sustentáveis fazem parte da noção de agricultura do futuro, pois não perdem o potencial produtivo, utilizam os mecanismos tradicionais aliado aos mecanismos de conservação dos recursos e desenvolvimento de práticas ecológicas que atendam às condições de sustentabilidade. A agricultura familiar perpassa a compreensão efetiva de como a referida é direcionada para o cotidiano das famílias, com ações rentáveis que possam possibilitar a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento da localidade onde é realizada.

Costa (2010 p. 70) diz que “a agricultura sustentável tem provado ser um conceito, teoricamente, de extrema complexidade e ambiguidade, enquanto na prática pode ser implementado apenas gradualmente e através de uma série de condições e compromissos”. Conforme a análise, é preciso ainda dizer qual é o lugar do capital em toda essa história, já que na contemporaneidade é comum que, para elevar a produção e que esta fique disponível de forma mais rápida, recorre-se ao uso de agrotóxicos.

Gráfico 4 - Letalidade das populações vulneráveis por agrotóxicos nos estados brasileiros em 2014



Fonte: Sinan. Consulta ao banco em: fev. 2016.

O gráfico exposto faz parte do Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos e aponta a taxa de letalidade de populações vulneráveis ao contato com agrotóxicos no Brasil em 2014, a partir de consulta do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Em observação de campo e entrevista com as mulheres, o uso de agrotóxicos na agricultura não foi confirmado e as práticas apontadas no decorrer das observações mostraram técnicas tradicionais no manejo da agricultura, plantio e pesca.

Os dados expressam ainda que o não uso de agrotóxicos traz uma prática agrícola mais sustentável, visto o uso de técnicas tradicionais, as quais não são agressivas para a terra, as águas e principalmente para o ser humano. Conforme Lourenço e Lima (2009), a expansão do agronegócio no território brasileiro envolve o incremento de novas tecnologias, contudo, o que se percebeu na pesquisa de campo foi justamente a ausência dos mecanismos que pudessem levar tecnologia aos comunitários por meio de cursos de formação, equipamentos e outras ferramentas para o desenvolvimento do *labour* diário, o que pode justificar os referidos dados expressos no gráfico, já que, sem o uso de agrotóxicos, a taxa de letalidade tende a cair.

Outro ponto relevante a discutir refere-se ao fato de que a expansão do agronegócio depende da disponibilidade de terras, riqueza de solo e rios, assim como as formas de escoamento da produção, o que coloca em xeque a situação em comunidades amazônicas devido ao seu isolamento, considerando que em muitos pontos as estradas são os rios.

Para Uchoa, Mateus e Noda (2015) na Amazônia, a agricultura familiar se desenvolve por meio das estratégias de sociabilidade, além com práticas transmitidas de forma tradicional, geração a geração, seja por meio da mão-de-obra familiar ou do mutirão e da parceria. Outro fator que fomenta a não letalidade por agrotóxicos se assenta no fato de que a agricultura familiar predomina na região amazônica. Como o escoamento no estado, se faz, muitas vezes, por meio de hidrovias, devido à ausência das rodovias, tal situação não chama a atenção de grandes agricultores e perpetua a agricultura familiar como forma de vida nas comunidades tradicionais, com pequenas produções ao longo de cada estação. Importa destacar ainda que:

(...) a agricultura familiar enviesa-se pela conservação dos recursos, possui dependência ecológica do ambiente, diferente dos ameríndios que possuem dependência simbólica, particularmente, ao valorizar o

papel dos processos culturais e simbólicos presentes nas práticas da agricultura baseadas na reciprocidade da família e de reconstrução das unidades produtivas, que desenvolvem ambientes similares de culturas diferentes (UCHOA, MATEUS E NODA, 2015).

Os apontamentos dos autores mostram as particularidades do fazer no que se refere a agricultura familiar, assim como a necessidade de conservação dos recursos e dependência ecológica do ambiente, o que viabiliza práticas também assentadas na agroecologia, já que os instrumentos utilizados na agricultura são rudimentares, de um tradicionalismo que mostra a realidade simples vivenciada, sem acesso às tecnologias e sobretudo aos agrotóxicos, além de que na várzea, após cada cheia dos rios, ocorre o processo de reconstrução das roças, visto que com a subida das águas, perde-se tudo no que se refere às formas de produção. A seguir, é possível observar o desenvolvimento do *labour* por meio das práticas tradicionais e rudimentares na agricultura, assim como o uso de redes de pesca tecidas na própria comunidade, por homens e mulheres.

Imagem 11: Mulher na pesca artesanal de camarão da água doce



Fonte: Pesquisa de Campo, 2023

Na imagem, uma das participantes da pesquisa no exercício da pesca do camarão. A ação que a mesma desenvolve aponta apenas o uso de prática tradicional, considerando apenas os recursos disponíveis na comunidade, tais como corda e pequena rede de pesca (tarrafa)¹⁰, além de que não há equipamentos e/ou roupas adequadas ao

¹⁰ Rede utilizada em baías, portos, rios e canais na captura de diversas espécies de peixes e camarões. A tarrafa tem a forma circular com um raio de 3 a 4 metros, confeccionadas com malhas que variam de acordo com a espécie a que se destina. O bordo externo é provido de tralha guarnecida com peso de chumbo. Fonte: <<https://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em 23/11/2023.

contexto laborativo, sobretudo de proteção da luz solar direta. Assim como na imagem apontada, no decorrer do trabalho serão apresentadas outras imagens que refletem as práticas tradicionais e o não uso de recursos, tecnologias.

Cliessmam (2000) traz o conceito de agroecologia como uma forma alternativa com o objetivo de pensar propostas de transição aos modelos existentes. Para o autor, esse formato potencializa o aperfeiçoamento das práticas, a inovação no que tange aos insumos e configuração dos agroecossistemas, de forma que atenda às perspectivas de conservação na relação homem – natureza. É uma forma alternativa de pensar a agricultura com quebra de paradigmas e pensamentos decisivos que perfazem a busca por alimentos mais saudáveis, assim como alternativas de produção que não tragam agressão ao meio ambiente.

Nessa perspectiva, a realidade da comunidade São Francisco do Arapapá oportuniza conhecimentos que vão além das diretrizes acadêmicas esperadas, ao realizar o acompanhamento das famílias no *labour* das atividades diárias, um diálogo intertextual entre palavras (versos) e imagens (narrativa etnofotográfica), a fim de narrar a relação *mulheres/labour/ecossistema*.

*Fecho de luz, raio cintilante,
o sol do amanhecer que impulsiona
o levantar de mulheres
da Amazônia das águas, das florestas,
para suas atividades.
“O sol da manhã rasga o céu da Amazônia”.
O tempo é delas, e não nosso.
(Caroline Silvestre)*













Essa narrativa etnofotográfica (autoral) se dá no contexto da pesca artesanal de camarão de água doce (*Macrobrachium Amazonicum*), na várzea do Rio Solimões. Observe-se que na Amazônia indígena, cabocla e mestiça, o trabalho, o labour, é um rito de iniciação de pertencimento identitário cuja *poiesis* se instala o fio condutor da vida com todo o seu encanto, realização pessoal e coletiva.

Remar rumo a esse contexto amazônico, no que diz respeito aos povos da floresta, das águas, sugere a necessidade de um olhar sensível por meio do espelho das águas, das texturas da terra, adentrando a floresta, sentindo a umidade. É o estado poético, um estado de emoção, de afetividade, realmente um estado de espírito, a partir de um certo limite de intensidade na participação, excitação e prazer.

Os olhos falam. O olhar sensível, a subjetividade que escorre feito orvalho fresco que banha a faculdade do ver, do olhar, do sentir, do experimentar, possibilita viver a poeticidade da vida, é preciso romper as barreiras entre o racional e o emocional. Sensibilizar para o sensível, é lançar luz para perspectivas que desconstruam a ideia de que a subjetividade está relacionada a expressividade poética, ao estado de poesia que é possível a partir de tudo e todos. A partir da interpretação pelo viés subjetivo, considera-se também o contexto mais objetivo que retrata a atividade laborativa da pesca do camarão em sua essencialidade, como também como alternativa de subsistência e garantia de alimentação familiar, respeitando a natureza e criando uma simbiose própria de pessoas residentes em comunidades tradicionais.

Além disso, o *labour* das mulheres no âmbito da agricultura familiar revela, na simbiose com a floresta, a busca pelo alinhamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS 02, pois elas buscam cotidianamente suprir as necessidades básicas da família por meio das atividades agrícolas, contudo a crítica que se faz é: será que o *labour* consegue vislumbrar uma alimentação saudável com acesso aos nutrientes necessários que as famílias precisam? Como há apenas o uso das práticas tradicionais na agricultura, sem o acréscimo de tecnologias e/ou agrotóxicos, como considerar as possibilidades de crescimento da renda de pequenos agricultores, como objetivo considerado necessário até 2030 pela ODS - 02? Esses são alguns questionamentos, que diante do olhar, sentir e viver a poeticidade da vida, coloca, as mulheres em contexto de dureza da vida real que assola, exclui e isola pequenos produtores de agricultura familiar, sobretudo as mulheres.

2.2 Políticas Públicas, suas Relações com a ODS-02 e a Segurança Alimentar: entre acordos de ações sustentáveis e educação informal

O que é feito de nossos rios, nossas florestas, nossas paisagens? Nós ficamos tão perturbados com o desarranjo regional que vivemos, ficamos tão fora do sério com a falta de perspectiva política, que não conseguimos nos erguer e respirar, ver o que importa mesmo para as pessoas, os coletivos e as comunidades nas suas ecologias.

(Ailton Krenak)

Os estudos sobre as políticas públicas emergem em vistas às compreensões sobre o papel do Estado e dos governos diante da realidade social. Para Souza (2006), o Estado é produtor de políticas públicas e a gera como ferramenta de governo para desenvolver alguma perspectiva de intervenção a partir de um problema social que influencie direta ou indiretamente a vida das pessoas.

Pereira (2009) coloca que há diferença entre política social e política pública. Toda política social pode ser política pública, mas o contrário nem sempre ocorre. O Estado pode desenvolver ações políticas que são como públicas, contudo, nem todas as propostas assumem um direcionamento social. A análise toma maior corpo a partir das reflexões de Howe Neto (2020),

As políticas públicas são um conjunto de decisões e ações que selecionam metas e objetivos de acordo com os meios que dispõe para se tornar possível. É sempre exequível dentro de uma situação específica. Os objetivos e metas não podem ser superlativos ou estar para além das suas limitações práticas e concretas, de suas condições dadas (2020 p. 309).

A partir da análise do autor, verifica-se que as políticas públicas são criadas e tomam posturas importantes no âmbito do Estado como forma de intervir diante de problemas, como também propostas, com objetivos e metas, as quais se desenham em conformidade com os temas em questão.

Sobre as políticas públicas direcionadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS -2 é importante dizer que, como já foi explanado, trata-se de uma proposta global que envolve principalmente acabar com a fome até 2030 e favorecer o acesso à alimentos seguros, com valor nutricional e em quantidade suficiente, tendo como alvo as populações mais pobres e vulneráveis.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2019) a proposta envolve ainda aumentar a produtividade e lucro de pequenos agricultores, em especial a de mulheres e outras pessoas que demandam ações em agricultura familiar até 2030, tomando como indicadores a quantidade de produção e pela dimensão agrícola, além do percentual médio de renda de quem produz alimentos, assim como a divisão por sexo. As metas são ousadas e como estamos em 2023, é importante discutir se há potenciais de sustentabilidade para atingir as referidas metas. Para Jacobi (2003) é preciso considerar que:

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como a ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável reporta-se à necessária redefinição das relações entre sociedade humana e natureza, e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, introduzindo o desafio de pensar a passagem do conceito para a ação (JACOBI, 2003 p. 194-195).

A partir da reflexão sobre desenvolvimento sustentável e suas características que envolvem tanto o campo social, econômico e o ecológico, percebe-se o desafio para fomentar a sustentabilidade a partir do sistema capitalista que exclui, aprova cada vez mais agrotóxicos, não valoriza o trabalho dos pequenos produtores e não considera a particularidade das mulheres no processo de produção. Sobre a questão das especificidades femininas, *nunca teve nenhuma diferença por eu ser mulher. Mesmo quando eu estava grávida trabalhei muito e assim foi até o último mês de grávida que Deus deu. Quando meu filho nasceu fiquei em casa uns dia pra recuperar e depois de mais ou menos uns trinta, voltei pra lida. Não teve diferença. Levei meu filho pequeno, amarrei uma rede entre dois paus de árvore e deixei ele lá pra mim trabalhar. Foi assim com o nascimento de todos eles. Eu olhava e voltava pra roça. Não tinha descanso. Quando eles chorava eu ia lá, dava de mamar e voltava pra roça. A vida da mulher não tem diferença da vida do homem, os dois trabalha igual* (Flor de Goiabeira, 58 anos).

O relato da colaboradora, Flor de Maracujá, mostra os desafios das mulheres na agricultura, pois mesmo diante das especificidades da condição feminina, a realidade vivida não provocava diferenças no âmbito do gênero quando o assunto é o labour cotidiano. Até mesmo a maternidade precisava ser vivida de forma a atender

as adequações das atividades diárias, que eram necessárias para garantir a sobrevivência da família. Já no caso de Flor de Laranjeira, 37 anos, a mesma relata: *durante a gravidez eu trabalhei sim, até certo tempo. Depois ficou mais difícil, a barriga ficou maior e não deu mais. Meu filho nasceu e cumprí o tempo para esperar ele crescer um pouco, mas foi só um pouco. Depois voltei pro trabalho, fazia sol ou fazia chuva, eu precisava tá lá. Meu marido não podia ir sempre por conta de outras coisas, mas eu tava lá todo dia.*

As reflexões levam ao fato de que não há uma única forma de vivenciar o cotidiano da agricultura familiar para a condição feminina. Há relatos de que as demandas específicas da mulher não entram no arcabouço do *labour* em diferença de gênero, já outra participante trouxe outra realidade, onde a gestação mudou temporariamente os rumos do *labour* e conduziu a uma compreensão diferenciada sobre a vivência da mulher sobre a ação diária na agricultura.

Pra mim foi muito difícil. Trabalhei a gravidez todinha, mas meu primeiro menino nasceu especial. Hoje ele tem 18 anos, não anda, não fala, depende de mim pra tudo. Só depois que veio o apoio pra ajudar. Hoje tô sozinha de novo. Meu marido tá em Manaus, foi pra lá tratar um câncer de pele e vai operar amanhã. Ficou tudo pra mim fazer. Tenho uma irmã que ajuda ficando com meu menino especial enquanto eu preciso ir pra roça. Nem sempre o que a gente colhe é suficiente pra comer. Daí vem umas irmã da igreja, traz uma cesta básica, é o que ajuda a gente a sobreviver quando a renda é pouca. Quero que meu marido volte logo e sadio para gente levá nossa vida. Ele tá muito doente mas tô aqui cuidando de tudo e da família e esperando ele. Mas preciso de ajuda sim, não é fácil tocar em frente tudo só e quando volto meus outros meninos ajudam a cuidar do meu maior especial. A gente se ajuda mas eu tô sempre lá com ele. Sou a mãe dele e preciso tá junto (Flor de Tangerina, 43 anos).

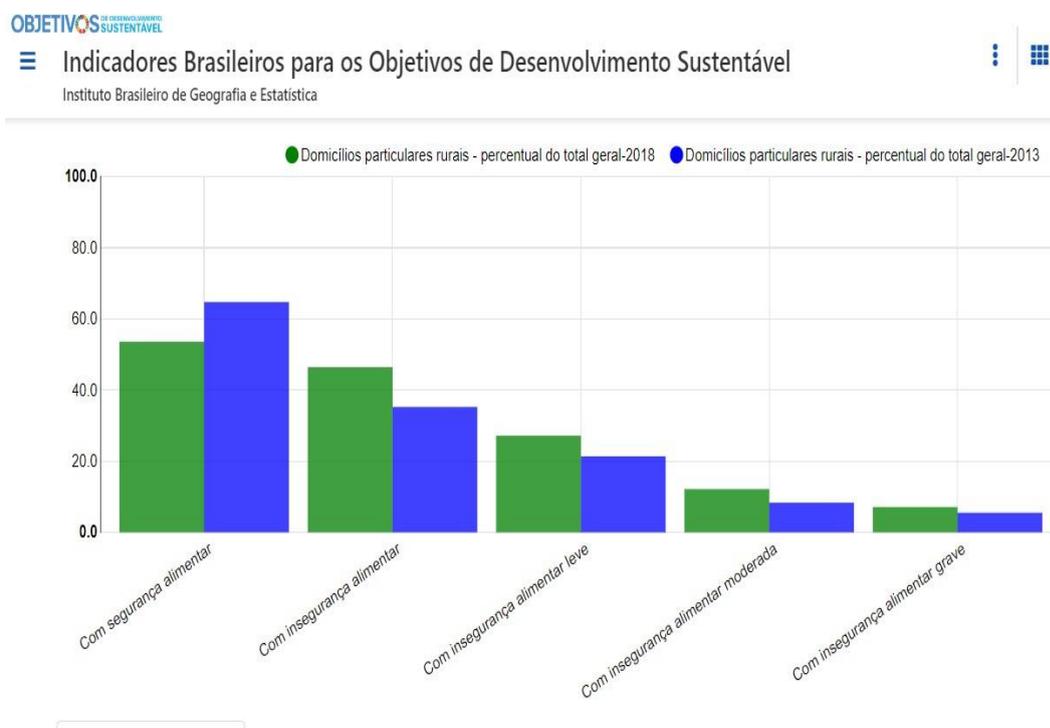
Esse relato remonta a importância de se discutir sobre o papel da mulher na família. De acordo com Saffioti (2009), a condição feminina na sociedade depende dos papéis exercidos e entre eles está o de cuidadora. No relato da participante, a ideia de cuidado aparece principalmente no que se refere à condição de deficiência do filho, chamado por ela de “especial”. O conhecimento da realidade aponta que além de a mulher exercer o *labour* na agricultura familiar, demanda dupla jornada para atender às necessidades da família.

Outra análise relevante ao trabalho se refere à situação sobre segurança alimentar. De acordo com Dácio (2017) a segurança alimentar envolve acessibilidade, situações em que o alimento pode ser disponibilizado, assim como reflete também a regularidade dos mesmos.

A noção de segurança alimentar tem sido trabalhada, tendo em vista a acessibilidade, a disponibilidade, a regularidade dos alimentos e a conservação dos agroecossistemas familiares. O texto base de preparação para a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a realizar-se em dezembro de 2023 fala sobre a importância de erradicar a fome, combater os alimentos ultraprocessados pois não se caracterizam como comida de verdade e fomenta a reflexão sobre a sociobiodiversidade e potencializa apontamentos sobre a agroecologia, agricultura familiar e movimentos que possam levar às estratégias de proteção das comunidades tradicionais, seus modos de vida e de produção, assim como denuncia também a ausência de políticas públicas que possam trazer mecanismos de transformação da realidade que está posta no sistema vigente (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA, 2023).

Sobre a insegurança alimentar na realidade brasileira, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA (2019) direciona os seguintes dados:

Gráfico - 05 Indicadores brasileiros

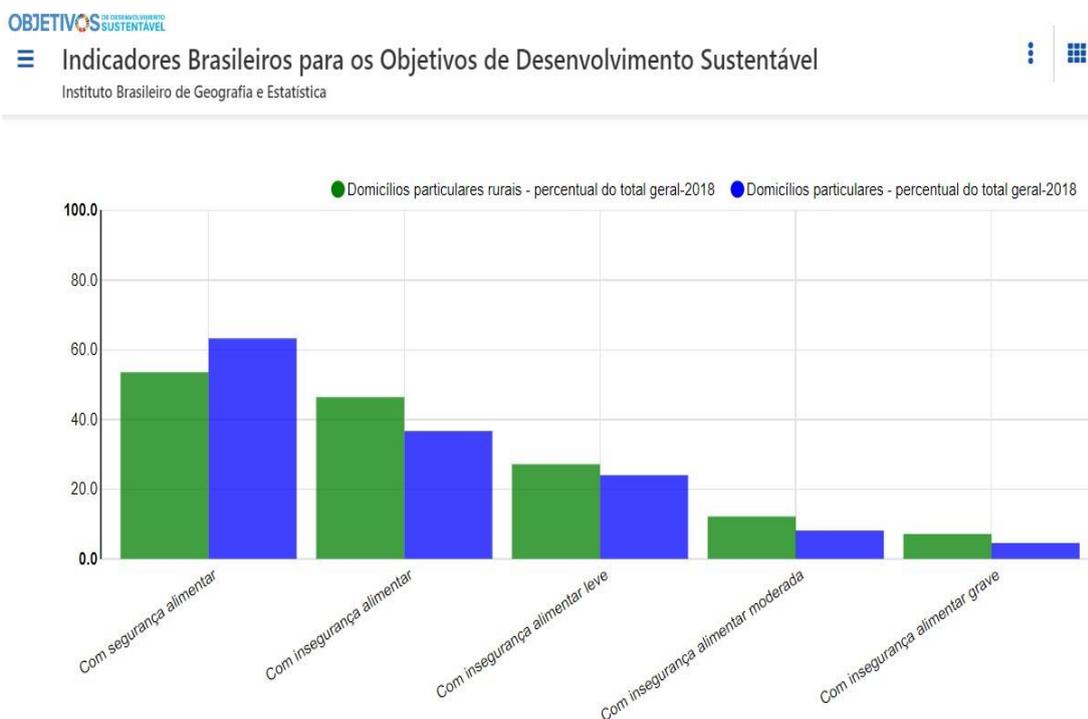


Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – relatório dos indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável (2019)

Os dados do gráfico fazem uma relação entre o percentual de segurança alimentar nos domicílios rurais no ano de 2013 (na cor azul) e 2018 (cor verde). Os achados do IPEA (2019) mostram que houve piora no quesito segurança alimentar, ou seja, pouco mais de 60% das famílias residentes em área rural tinham segurança alimentar e em 2018 o número caiu para 53,6%; famílias com algum tipo de insegurança alimentar somavam 35,3% e em 2018 já eram 46,4%; com insegurança alimentar leve em 2013 eram 21,4% e em 2018 somavam 27,2%; com insegurança alimentar moderada, em 2013 somavam 8,4% e em 2018 o dado elevou para 12,2%; sobre a insegurança alimentar grave o dado de 2013 era de 5,5% e cresceu para 7,1% em 2018.

Para adensar os dados sobre a insegurança alimentar, é relevante trazer um comparativo sobre insegurança alimentar em domicílios localizados em área urbana e rural. Ao aprofundar a pesquisa documental no portal do IPEA, com os dados publicados em 2019, verificou-se que há um gráfico com o comparativo entre as duas realidades, então resolvemos trazer para fundamentar melhor a pesquisa e mostrar as diferenças existentes entre os agravos de insegurança alimentar e nutricional, assim como também oportunizar possíveis críticas, já que se trata de realidades diferentes.

Gráfico - 6 Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – relatório dos indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável

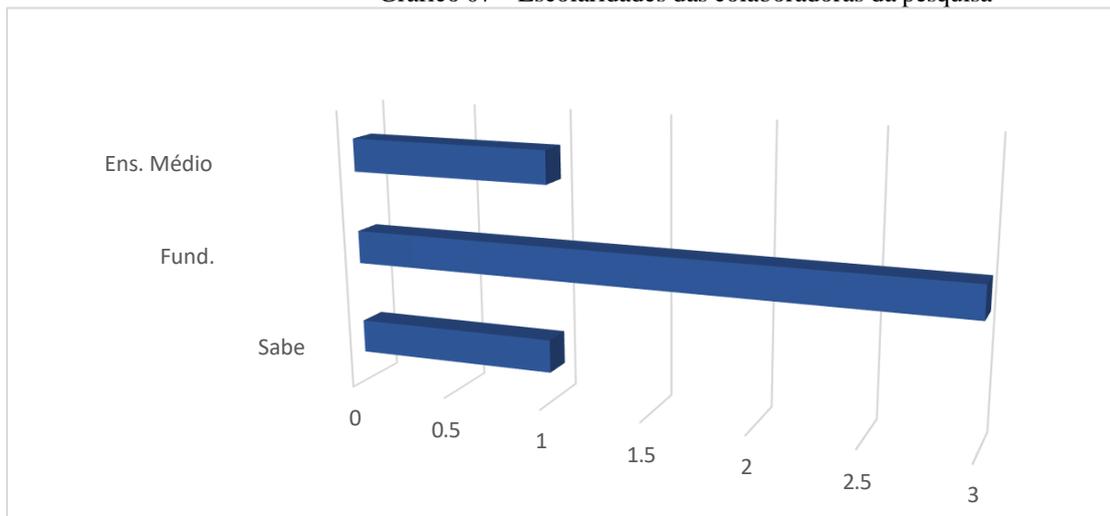
Ao efetuar um comparativo entre as realidades urbana (em cor azul) e rural (cor verde) fica mais claro que em várias situações os dados ficam equiparados e em outros a insegurança alimentar nos domicílios localizados em área rural é maior que na urbana. Tomando como base os dados de 2018, os registros mostram que na área urbana, 63,3% das moradias tem segurança alimentar, contra 53,6% na área rural; com algum tipo de insegurança alimentar, observamos 36,7% de domicílios na área urbana e 46,4% na rural; com insegurança alimentar leve temos 24% na área urbana e 27,2% na rural; com insegurança alimentar moderada, 8,1% na área urbana e 12,2% na rural; com situação grave ficou evidente em 4,5% dos domicílios urbanos e 7,1% nos de localização rural.

Os dados mostram que apesar dos documentos internacionais e acompanhamento por instituição especializada na realidade brasileira para atingir o objetivo de desenvolvimento sustentável que envolve acabar com a fome, fomentar uma agricultura familiar sustentável e com segurança alimentar, os objetivos estão distantes da realidade, pois ficou evidente que entre 2013 e 2018 houve um decréscimo evolutivo dos dados, ou seja, o Brasil não está conseguindo combater a fome para fomentar suporte de sustentabilidade, mas sim tem seguido os ditames do capital na construção de propostas que negam o protagonismo das populações tradicionais.

É importante dizer que os dados do IPEA foram contabilizados apenas até 2018, o que traz a importância de mostrar que mesmo antes do contexto da pandemia, os dados sobre a segurança alimentar no Brasil já eram desafiadores para se trabalhar. Ressalta-se que não foi encontrado dados mais recentes sobre a situação apresentada.

As participantes da pesquisa, sobre a renda familiar para garantir a segurança alimentar, 2 não souberam informar a renda, vista a dificuldade para contabilizar o valor agregado com as produções, sejam elas de plantio e colheita de frutas, legumes, cultivo de plantas etc.; 2 informaram que sua família possui renda de 2 a 3 salários mínimos e 1 participante informou ter renda de até 1 salário mínimo. O reflexo do referido dado das duas participantes que não souberam informar a renda pode estar relacionado à situação de escolaridade. Acerca, observa-se o expresso no seguinte gráfico.

Gráfico 07 – Escolaridades das colaboradoras da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

A escolaridade das participantes, apresentando-se de forma baixa, com sua maioria declarada como fundamental incompleto, compromete os dados da contabilização da renda. É importante frisar que uma das mulheres declarou que apenas sabe ler, mas não teve a oportunidade de prosseguir nos estudos porque iniciou as atividades muito cedo na agricultura familiar, conforme os relatos expostos.

Quando eu era criança lembro de meus pais plantando, colhendo, criando vários bicho e pescando. Eu e meus irmãos, a gente começou muito cedo, entende? Com 4 ou 5 anos no máximo a gente ia pro roçado plantar, polanizar as flores pra ajudar a melhorar os frutos. A gente saía no final da noitinha pra pescá e ficava lá às vezes o dia todo. O sol era forte e a gente já fazia de tudo. Eu não tinha muita força, mas devagar fui adquirindo porque precisava trabalhar, disso dependia nosso sustento e todo mundo precisava ajudar. Então não deu para estudar, sabe. Só deu pra aprender a ler mesmo. A gente tinha que comer e pra isso não dava pra escolher... era trabalhar pra comer ou nem sei. Mas nós cresceu e aprendeu tudo. Ter tido isso desde pequeno garantiu conhecer pra gente se sustentar até hoje. Faz a diferença e eu coloquei meu filho pra lida desde cedo também. Acredito que passar pra eles tudo o que aprendi garante o sustento de hoje. Passar de pai pra filho, de mãe pra filho é também uma forma de garantir a educação. Educação não tá só na escola, mas no repasse do que eu aprendi com a minha família, onde eu aprendi a plantar, colher, pescar e cuidar dos bichos (Flor De Maracujá, 66 anos).

O *labour* na agricultura familiar inicia em tenra idade, ou seja, ainda na infância,

o que no âmbito acadêmico pode dividir opiniões, pois no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente condena o trabalho infantil, contudo é preciso reaprender a olhar a realidade das comunidades tradicionais amazônicas, onde a atividade agrícola é desenvolvida com a participação da família como um todo. Ressaltamos que nos achados de pesquisa não detectamos nenhuma criança ou adolescente fora da escola, mas o diferencial encontrado na comunidade se refere aos saberes tradicionais da agricultura sendo repassados por um contexto geracional, ou seja, de mãe para filho, de avó para neto e assim por diante.

Lembro que eu era bem pequena quando comecei a ajudar na plantação e no cuidado com os bichos que a gente criava. Eu devia ter uns 3 ou 4 anos e já assumia coisas pra fazer. Aprendi desde muito cedo a lidar com tudo. Eu ajudava na pesca, na plantação, ia colher, separava fruta, ensacava, e ajudava a contar. A família precisa se ajudar pra gente ter o que comer, pra sustentar a casa e ter o necessário. Aprendi e sei o valor disso. Hoje meu filho tem 4 anos e já me acompanha quando vou 'polenizar' as flor de maracujá. Ele já sabe porque a gente faz isso, me acompanha do início ao fim, percorre comigo todas as partes. É importante ele conhecer, saber como é. Nem sempre o pai dele pode estar comigo, mas meu filho já está aprendendo para mais tarde ajudar mais (Flor De Laranjeira, 37 anos).

Mais uma vez a evidência de que as crianças são inseridas no *labour* da agricultura familiar com a transmissão de saberes, que aqui vamos denominar de educação informal. Dentre as cinco mulheres colaboradoras da pesquisa, todas trouxeram a informação sobre a integração dos filhos nas ações laborativas cotidianas, como forma de processo educativo que também faz parte do processo de educar para saber-fazer.

Quando se fala em Educação Informal, há uma tendência de se reverenciar apenas a Educação oficial do Campo, a escolarizada, a institucionalizada, esquecendo-se muitas das vezes que a educação do campo também se dá de maneira informal, no dia a dia, no cotidiano, nas relações entre os membros da família e da comunidade onde estão inseridos. Vale ressaltar que o melhor seria falarmos em "Educação dos Campos", no sentido plural da palavra, pois existem muitos campos, mangues, rios, solos, terras, várzeas etc. Destaca-se que a categoria "Campo" é uma superação da categoria "rural", que muitas das vezes esteve ligada à atividade da agricultura. "Campo" não significa aqui apenas um território de produção agrícola, mas sim um espaço em que sujeitos diversos e suas inúmeras relações socioculturais, com distintas

racionalidades (MOREIRA, 2007). Seja nos mangues, na catação de camarões, seja na produção de farinha, seja na pesca artesanal, seja nas pescas de curral, seja na extração do açaí ou do buriti, a socialização desses saberes-fazer se dá nos próprios espaços de produção e/ou extração dos recursos necessários para a vivência do homem e da mulher do campo. Estes sujeitos participam de uma educação informal do campo ao "incorporarem seus domínios pessoais de interações de e entre afetos, sensações, sentidos ou saberes" (BRANDÃO, 2002, p. 26).

Imagem 12 – Mulher polinizando manualmente as flores de maracujá, acompanhada de seu filho



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Meus meninos estão junto comigo desde muito cedo. Eles vão para a escola de manhã e à tarde levo pra roça, porque aqui eles também

aprendem a importância da lida. Ensino sobre um trabalho pra que aprendam como viver e sobreviver, plantar e colher (Flor de Laranjeira, 37 anos).

O relato acima mostra que no âmbito das diretrizes do trabalho voltado para a agricultura familiar, como forma de sobrevivência, nas margens do rio e do braço da comunidade amazônica, o saber-fazer é transmitido de geração a geração. Trata-se da educação não formal como mola impulsionadora que garante a passagem de conhecimento de mãe para filho, de avó para neto, como uma forma de ensino, não o escolarizado, mas o que ensina a sobrevivência diante do que as mulheres/mães podem repassar aos seus filhos no trato do plantar, colher, pescar, cuidar e lutar para que a venda possa garantir sobretudo a segurança alimentar.

Para Biesdorf (2011), a educação informal se define pelo ambiente em que uma pessoa vive, onde se oportuniza a construção de saberes advindos de heranças culturais. Nos achados da pesquisa de campo, todas as mulheres enfatizaram que os referidos saberes são transmitidos de mãe para filhos como herança importante para a vida humana, por isso ousamos trazer a Educação Informal como destaque, visto a presencialidade não apenas no diálogo com as mulheres, mas nas práticas exercidas, seja no plantio, colheita ou na pesca.

A presença de crianças e adolescentes no auxílio às atividades, não aparece na pesquisa como uma modalidade de exploração da mão de obra infantil, todavia, como luta para que o saber possa ser transmitido e se reproduzir de forma geracional. Ainda para o autor, a família é a chave principal no processo de Educação Informal, pois repassa a forma de agir e constituir-se em sociedade. Já no caso da nossa pesquisa, a família carrega o legado do ensino das formas de sobrevivência da comunidade rural. Trata do ofício laborativo que passa de geração a geração e garante o básico no que se refere à sobrevivência.

Nos saberes e práticas tradicionais, o processo de produção e/ou extração de um determinado recurso vai se dando aos poucos, de pai e/ou mãe para filho e/ou filha, dos mais velhos para os mais novos, das atividades mais simples para as mais complexas. A avaliação também é feita pelos mais velhos, aqueles que geralmente gestam as etapas das atividades de extração e/ou produção dos recursos, afinal não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz, comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a

prática, aumenta a nossa eficiência. O trabalho de avaliar a prática jamais deixa de acompanhá-la" (FREIRE, 1994, p. 92).

Desse modo, estudar saberes e fazeres nos modos de viver nas várzeas da Comunidade São Francisco do Arapapá também precisa do olhar para a Educação Informal existente e exige uma reflexão profunda sobre o lugar e as práticas socioculturais, políticas e econômicas. É nesse contexto que buscou-se compreender como as mulheres responsáveis pela agricultura familiar constroem identidades buscando categoricamente a sua identificação social ambientada no território onde vivem e se relacionam, com a preocupação de passar o conhecimento sobre as ações e práticas agrícolas para as gerações infantis.

Em meio aos processos de criar e firmar identidades familiares, as práticas da pesca nos rios e várzeas são de certa forma, realizadas por meio de saberes tradicionais que foram passados de geração a geração num processo de ensino e aprendizagem “iletrada” de forma natural e espontânea onde os valores presentes na interculturalidade e etnosaberes (FERNANDES, 2016). O autor reforça a importância dos povos e comunidades tradicionais na construção identitária como principal elemento na formação humana de seus sujeitos. A prática da agricultura ao longo das várzeas e rios, são visíveis, onde diríamos que as águas comunicam e produzem cultura e educação no circuito intenso de pescadores e pescadoras artesanais (FRAXE, 2011).

Portanto, acerca dos saberes e práticas da agricultura, em diálogo com os saberes e a Educação Informal, pela dinâmica de ensinar, aprender e socializar - se com os outros, como enfatiza (MATO, 2017), não se trata apenas de diálogo, contudo, de construir juntos suas existências em meio a um universo de práticas de transmissão e apreensão de conhecimentos tradicionais articulados a aspectos econômicos, políticos e socioculturais.

No que se refere às políticas públicas, faz-se relevante enfatizar o PRONAF, que se constituiu como Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, aprovado pela resolução 2191 do Banco Central em 1995 (BRASIL, 1995). O programa prevê o reconhecimento de quem trabalha com agricultura familiar por meio de cadastro em órgão competente credenciado pelo Ministério da Agricultura, não tenha empregados permanentes e tenha uma renda que em pelo menos 80% venha do extrativismo, ou seja, trata-se de uma normativa direcionada para a agricultura familiar. Amplificando esse universo, observou-se também a inserção de linha de crédito específica para agricultoras, o que se chamou de PRONAF Mulher.

Para Hernández (2009) a política de crédito para mulheres pode fomentar a ampliação do conhecimento e perspectivas de atuação das referidas no cotidiano pessoal e público, já que possibilita a mudança na dinâmica familiar, a elevação da participação feminina, assim como o acesso aos recursos, o que traz o empoderamento e as condições necessárias para a busca efetiva do protagonismo social e econômico.

A pesar das iniciativas do governo federal brasileiro, destaca-se que tais políticas públicas nem sempre chegam ao público-alvo que mais precisa, pois na pesquisa de campo, nenhuma das mulheres participantes revelou ter acesso a qualquer linha de crédito protagonizada por iniciativas de políticas e programas dessa natureza, seja em nível estadual ou federal. O único acesso à programas se caracterizou pelo recebimento de benefício de transferência de renda denominado Programa Bolsa Família¹², além do Seguro-defeso¹³, o que mostra a lacuna história de inclusão das famílias residentes nas áreas de várzea amazônica, sobretudo ao trazer o protagonismo feminino para o cerne das política públicas de maior amplitude, ou seja, as mulheres encontram-se à margem das políticas no que se refere ao acesso e conhecimento sobre suas funcionalidades, o que se agrava com o isolamento das comunidades rurais.

Para Hernández (2009) a política de crédito para mulheres pode fomentar a ampliação do conhecimento e perspectivas de atuação das referidas no cotidiano pessoal e público, já que possibilita a mudança na dinâmica familiar, a elevação da participação feminina, assim como o acesso aos recursos, o que traz o empoderamento e as condições necessárias para a busca efetiva do protagonismo social e econômico.

¹² O Programa Bolsa Família trata-se de um marco na de transferência de renda, pois unifica programas do governo federal marcados por fragmentação. A partir da sua implementação, as famílias passaram a ter protagonismo e condicionalidades por meio da Política de Assistência Social (Burlandy, 2007). O valor médio do benefício chega a R\$ 705,40, segundo portal de notícias oficial do Governo Federal. Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/06/bolsa-familia-de-junho-tem-maior-valor-medio-da-historia-r-705-40>, Acesso em 21/11/2023, as 23h43.

¹³ O Seguro-defeso se constitui em um benefício no valor de um salário-mínimo, direcionados a pescadores e pescadoras artesanais que ficam até cinco meses sem pescar, para que se possa garantir a reprodução das espécies. A concessão do seguro-defeso é realizada por meio do Instituto Nacional de Seguridade Social e demanda inscrição do pescador/a para que possa ter aprovação e recebimento do respectivo benefício (Carvalho, Rocha e Campos, sd).

CAPÍTULO III – SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMAZÔNIA: AS PARTICULARIDADES NA COMUNIDADE

O presente capítulo conduzirá a discussão sobre os ecos da sustentabilidade diante da concretização da segurança alimentar na comunidade de várzea amazônica. Viver, sobreviver, ensinar, plantar, pescar e colher são algumas das diretrizes seguidas pelas mulheres participantes da pesquisa para assegurar o alimento. A discussão se ampliará com os resultados da pesquisa sobre as estratégias utilizadas pelas mulheres agricultoras para que a segurança alimentar possa ser uma possibilidade concreta.

Dessa forma apresentar-se-á os dados sobre a organização das referidas no que concerne ao trabalho e seus reflexos na comunidade. Sabe-se que muito há para compreender à luz da concepção entre sustentabilidade e segurança alimentar e muito mais a comunidade tem a ensinar.

3.1 Segurança Alimentar e Sustentabilidade na Várzea Amazônica: estratégias para garantir a alimentação à família

Para aprofundar a temática sobre segurança alimentar se faz relevante compreender, antes, como o conceito de sustentabilidade se constrói a partir da realidade amazônica. Para Chaves et al (2020) a sustentabilidade se configura com o uso de recursos pela geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Tal discussão se encontra no âmbito da realidade de comunidades tradicionais em sua construção histórica, social e cultural, no uso de recursos, manejo de todos os elementos da natureza e principalmente garantia de todas as formas de vida que fazem parte da simbiose homem – floresta.

Chaves et al (2020) asseveram ainda que “é necessário e urgente pensar alternativas de sobrevivência para todas as sociedades, sejam elas tradicionais ou modernas, assim como dos sistemas biológicos do planeta, em situação de risco extremo” (p. 6). A reflexão é oportuna, principalmente do que pode ser considerado como sustentabilidade, assim como os fenômenos de insustentabilidade, principalmente o que foi alavancado nos últimos anos com o uso irrestrito e irresponsável dos recursos naturais e a devastação da floresta, que simboliza concretamente o devastar da vida.

Trata-se da vida humana ribeirinha, da vida de animais, rios. Formas de vida.

As pontuações sobre sustentabilidade convidam adensar a temática com o conceito de ecodesenvolvimento, o qual foi trabalhado por Chaves et al (2020) com a perspectiva de compreender que não há apenas a responsabilidade econômica como fomento para que o desenvolvimento aconteça, porém, necessita-se de estratégias políticas, sociais, culturais, governamentais e principalmente alianças internacionais.

Sobre isso, Sachs (2002) aponta que a perspectiva do ecodesenvolvimento sustenta a ideia de um processo de sustentabilidade social, o qual se preocupa com a garantia menos desigual no que se refere à renda, assim como assume um compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população; a sustentabilidade econômica com as formas de manejo dos recursos; a sustentabilidade ecológica que deve trazer o uso que garanta o respeito aos ecossistemas no uso de recursos de forma equilibrada, a busca pela redução de poluentes por meio de políticas e metas que realmente sejam asseguradas pelo coletivo; a sustentabilidade geográfica que objetiva trazer a ocupação espacial de forma segura para todas as localidades, respeitando inclusive, nesse âmbito, os espaços das comunidades tradicionais, alicerçada à sustentabilidade cultural, responsável pela valorização dos saberes e práticas tradicionais e quando houver a necessidade de mudanças, que essas possam garantir os valores que falem a linguagem cotidiana e atendam à vivência dos povos, com a garantia de respeito à cultura em todas as suas esferas.

Diante do cenário capitalista que não se alinha com a perspectiva da sustentabilidade do planeta, é importante tecer reflexões críticas sobre o assunto, principalmente no contexto brasileiro, já que nos últimos anos amplificou o uso irresponsável de recursos, o desmatamento, a venda de madeira ilegal, a ocupação de terras indígenas, o abandono social e econômico de comunidades tradicionais, o que compromete a vida e a segurança alimentar, como já foi trabalhado em dados no decorrer do presente trabalho.

De acordo com Gabialti et al (2021), na gestão federal de Bolsonaro, que ficou conhecida como a “política da boiada”, expressão utilizada pelo então Ministro Ricardo Sales, em uma reunião Ministerial, já que na ocasião, o referido afirmou que devido a onda do coronavírus, seria possível aprovar medidas anti-ambientais, o que foi chamado de “passar a boiada”, já que a atenção da população estaria voltada às questões da pandemia. As medidas incluiriam um afrouxamento das leis em assuntos que envolveriam agricultura, questões de direito sobre terras indígenas, amplificação de

ações e agrotóxicos, direcionamento aos grandes produtores em detrimento dos pequenos, dentre outras considerações.

Diante do contexto de insegurança política quanto a conservação ambiental, o fortalecimento da agricultura familiar das mulheres participantes desta pesquisa tem no ambiente agrícola sua força motriz para sobrevivência familiar. Quando se discute o trabalho, as mulheres participantes desta pesquisa, tem na roça, nos quintais, seu meio de gerar renda e alimentar a família. Todos os esforços das mulheres, que não labutam em outros espaços ocupacionais, são para na garantia da sobrevivência da família por meio da segurança alimentar, o que pode ser evidenciado no relato a seguir:

Aquí eu acordo antes do raiar do dia e já saio para pescar. Enfrento o sol todo dia para garantir o nosso alimento e à tarde quando chego vou para a roça. Não tem como trabalhar com outra coisa fora de casa. Meu marido ainda consegue fazer uns bicos, mas meu tempo é todo para a roça, pesca, plantio, cuidado para alimentar as galinhas e assim quando vou ver já é noite. Nossa vida é assim, todo dia, todo ano. O que consigo fazer diferente é levar meus filhos e ensinar a eles o que posso. Um dia eles estarão sozinhos e também vão precisar sobreviver. Além da escola eu preciso mostrar o que garante o pão aqui em casa todos os dias (Flor de Laranjeira, 37 anos).

O relato da participante da pesquisa mostra que junto ao balanço da canoa na pesca ou na força da terra, o *labour* da mulher assume um protagonismo relevante para a família e a comunidade. Mais uma vez aparece de maneira forte o compromisso de ensinar os filhos, algo que vai além da educação formal, caracterizada pelas formas de vivência com a terra, o manejo com os peixes, a luta diária para viver com o que a natureza propõe.

Para Diegues et al (2002) as comunidades tradicionais se caracterizam por serem autossustentáveis, mas tal aporte se efetiva com um processo de dependência da terra, desde as formas de moradia, inseridas de forma a alimentar a tradição local sem poder sofrer grandes modificações, com exceção das exigidas pela própria natureza. Sobre isso, nas comunidades amazônicas de várzea fica bem clara a suspensão dos assoalhos das casas no período da cheia por exemplo, assim como a mudança cotidiana no período da seca.

Imagem 13 - Casa na Várzea amazônica em período de cheia



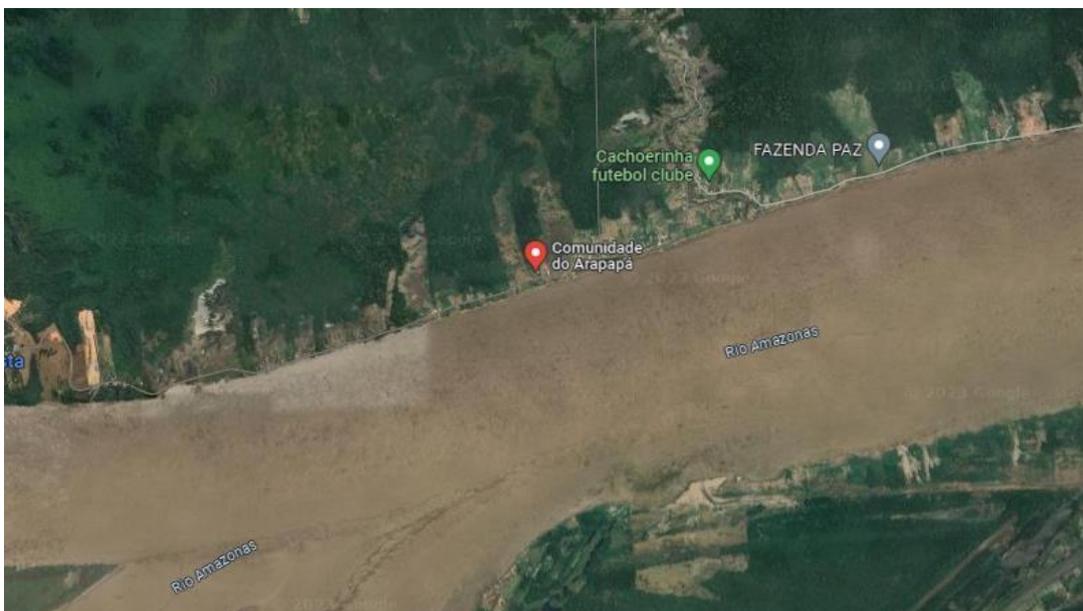
Fonte: Observação de campo (2022)

A imagem apresentada refere-se ao movimento de subida das águas com a caracterização da cheia na comunidade São Francisco do Arapapá. No referido período, a comunidade realiza adaptações nas moradias para que possam direcionar seu cotidiano para a convivência com a água mais próxima ao assoalho das casas, ou mesmo atingindo diretamente as casas, o que dependendo do nível de subida dos rios, compromete a vida nas comunidades tradicionais, a partir do ressoar no banheiro das águas.

Sobre a seca pode-se potencializar uma informação relevante, pois o Amazonas vive em 2023 um período de estiagem histórica, com o volume de chuvas muito abaixo da média para o período de setembro, que geralmente fica entre 79,0 mm de chuva e no corrente ano ficou em 44,0mm, o que reforça estar bem abaixo da média (Instituto Nacional de Meteorologia (2023); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2023). Sobre a estiagem histórica na comunidade São Francisco do Arapapá foi possível fazer

o registro das seguintes imagens:

Imagem 14- Percurso do Rio Solimões, na comunidade São Francisco do Arapapá, Manacapuru, AM



Fonte: Google Maps, outubro de 2023

O registro de satélite mostra o braço do Rio Amazonas denominado como Rio Solimões na localidade, com o registro da seca histórica, o que comprometeu a vida cotidiana das pessoas que moram na comunidade, assim como as formas de subsistência, pois com a estiagem há dificuldades para conseguir o pescado e a ausência de chuvas compromete plantações e manejo de pequenos animais.

Para compreender melhor a realidade das mulheres participantes da pesquisa é importante ressaltar que as configurações familiares estão dispostas de forma nuclear, ou seja, compostas por mulher, marido ou companheiro e filhos, assim como também se detectou a configuração das famílias extensas. Apesar da disposição, foi comum verificar que as mulheres moram perto de outros membros familiares, tais como: mães, pais, sobrinhos, netos dentre outros familiares. Sobre a quantidade de moradores nas casas, tem-se o seguinte dado:

Os dados mostraram que as famílias são numerosas, sendo que duas das entrevistadas informaram que moram em média 7 a 10 pessoas na casa e outras duas de 4 a 6 e apenas uma família tem até três membros. Identificou-se que dependendo da realidade familiar, as mulheres têm filhos sendo, crianças, adolescentes ou jovens. A reflexão é relevante para potencializar a reflexão sobre a educação informal transmitida aos filhos por meio do *labour* diário na agricultura familiar, o que se expressa em várias ponderações do corrente trabalho, por ter sido apontada como relevante no discurso das

mulheres essa transmissão do saber-fazer.

Outra questão relevante para garantir os ecos da sustentabilidade da vida na comunidade perfaz ao questionamento sobre o recebimento de algum benefício social como iniciativa governamental. Sobre isso obteve-se os seguintes dados: entre as mulheres entrevistadas que recebem algum tipo de benefício social, apenas 3 afirmaram estar contempladas. A inclusão no Programa Bolsa Família foi citada por uma delas e as outras informaram receber o seguro-defeso. A inserção das mulheres em programas de transferência de renda, assim como no seguro-defeso possibilitam a garantia de um suporte importante no que se refere a sobrevivência da família, seja no período em que a pesca é proibida, seja na garantia de algo que possibilite a complementação de renda.

Nas imagens a seguir verifica-se uma das participantes da pesquisa com a rede de pesca no quintal de sua casa e outra realizando o manuseio e separação da rede de pesca em um flutuante, local utilizado por pescadores e pescadoras para desembarque do pescado. As imagens refletem o cotidiano da pesca no *labour* das mulheres, no cotidiano da comunidade.

Imagem 15 – Mulher com rede de pesca



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Imagem 16 - Mulher manuseando rede de pesca em flutuante



Pesquisa de campo (2023)

O labour diário na comunidade, retrata as estratégias de sobrevivência que essas mulheres utilizam, para garantir sustento diário. Acerca dessas estratégias, dona Flor de Maracujá, 66 anos, diz: *tenho o salário. O que eu faço, que a gente faz aqui, Carol, é ajudando as pessoa. É uma diária de R\$ 25,00... é isso, a gente faz pra ganhá, até chegar o dia do salário. Dia de segunda e quinta eu vou juntá maracujá, vou tirar popa, pra eu coloca meu pão na mesa, pra eu me manter até meu salário chegá* (Flor de

Maracujá, 66 nos). Diante dos desafios que consistem na vida cotidiana em comunidade tradicional de várzea, quando há impossibilidade de exercer o *labour* em uma perspectiva da agricultura familiar, as mulheres recorrem às chamadas ‘diárias’ para garantir o sustento familiar.

Sobre a divisão de renda da unidade familiar com o que é adquirido na venda dos produtos agrícolas, 4 das entrevistadas relataram que se dá pela comercialização de produtos agrícolas, sendo dividida. *A gente planta, cuida, colhe e divide tudo. É da família... todo mundo ajuda no processo, então todo mundo tem direito sim*(Flor de Goiabeira, 59 ANOS). Sobre a forma como se efetiva essa divisão: *Aquí funciona assim... se for pra pagar uma luz, comprar um rancho, é eu, meu marido e minhas filhas e filhos. A gente ajunta e faz tudo junto, eu divido no papel e a gente faz assim*(Flor de Jambo, 46 anos). Já Flor de Goiabeira, 59 anos, diz: *A gente se ajuda pra tudo. Um compra comida, outro paga a luz, outro vai na cidade comprar remédio. É tudo dividido e todo mundo dá alguma coisa conforme pode.*

A prática da agricultura familiar na comunidade São Francisco do Arapapá revelou a concepção de coletividade vivenciada pelas famílias, seja pela divisão de renda, assim como de responsabilidades e compromissos assumidos por todas as pessoas. O relato das mulheres expressa a prática, como também a liderança no decorrer do processo, o que demonstra certo protagonismo no âmbito do reconhecimento das atividades do *labour* feminino.

Ainda sobre a prática e suas particularidades, Chaves et al (2020) enfatiza que as comunidades tradicionais apresentam uma relação profunda com os ecossistemas, o que as autoras chamam de “*modus vivendi singular* p. 4,” pois adotam saberes e práticas adaptadas ao meio rural e utilizam saberes externos conforme a necessidade territorial, cultural, social e econômica da comunidade. Tal contexto pode ser exemplificado com a criação de um pequeno instrumento criado, o qual é utilizado para polinizar as flores de maracujá, que darão origem aos frutos, conforme verifica-se na imagem a seguir:

Imagem 17 –Polinizador de flores de maracujá produzido por colaboradora da pesquisa



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Conforme o relato de Flor de Laranjeira, 37 anos, o instrumento feito com base em cano de PVC foi pensado por ela para auxiliar no processo de polinização das flores de maracujá para otimizar tempo e reduzir o risco de alergia ao manusear o pólen. Ela enfatizou que o fruto apresenta maior densidade (mais poupa) se houver a polinização das flores e que se trata de uma prática diária.

Todo dia a gente vem pra polinizar as flor de maracujá. É um processo que tem que fazê todo dia. Toda manhã e tarde a gente vem aqui e poliniza pra que elas possam melhorar a fruta quando surgir.

Depois que a gente começou a usar isso (a ferramenta criada para polinização), o maracujá melhorou muito, ficou maior e com mais sementes, assim a gente vende mais. Então foi importante criar algo que possa ajudar mais na roça. (Flor de Laranjeira, 37 anos).

As imagens a seguir mostram momentos diferentes na plantação de maracujá, que foi acompanhada em pesquisa de campo durante diferentes momentos. Trata-se inicialmente da formação da flor, depois a referida já aberta e pronta para a polinização, seguida do fruto em processo de amadurecimento.

Imagem 18 – Ciclo de vida do Maracujá



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Imagem 19 - Flor de Maracujá



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Imagem 20 – Plantação de Maracujá (fruto)



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Em momentos de diálogo e certa vivência com a comunidade no âmbito da pesquisa de campo, ponderou-se que a produção potencializa ter mais elementos alimentares para a própria subsistência, a exemplo do plantio de maracujá. Conforme Dácio (2017), a segurança alimentar envolve elementos tais como a disponibilidade e a regularidade no que tange a obtenção dos alimentos e a conservação dos agrossistemas

familiares.

Os fatores acima foram verificados, no entanto, percebe-se que devido à falta de apoio técnico, a produção familiar esbarra nos desafios do setor, dificultando a fixação dessas mulheres produtoras rurais no campo. A exemplo dessa falta de apoio, é a ausência de políticas públicas direcionadas ao referido público e dificuldades no transporte, pois as mulheres não dispõem de veículo para escoamento da produção, o que inviabiliza o desenvolvimento das produções, do trabalho, e conseqüentemente, da renda.

Ainda assim, as unidades familiares, as mulheres, atuam na agricultura, seguindo a dinamicidade das águas, que segundo Silva (2015), determinam o que, como, quando, onde viver e retirar os recursos para sobrevivência. Por isso faz-se necessário apresentar os espaços de produção alimentar e não alimentar encontrados nas unidades familiares que participam da pesquisa. A seguir:

Quadro 1- Espaços Agrícolas das famílias colaboradoras

ESPAÇOS AGRÍCOLAS DAS FAMÍLIAS	
Quintal	São localizados próximo à moradia do agricultor. As espécies cultivadas encontradas nessa unidade são destinadas à sobrevivência da família, às trocas com vizinhos e, quando há excedente, podem gerar renda monetária. Nessa unidade agrícola os saberes tradicionais são evidenciados, especialmente os relacionados ao uso das espécies medicinais, à forma de armazenamento das sementes, conservação e utilização das plantas (Silva, 2015).
Canteiro Suspenso	Os canteiros suspensos, de acordo com Noda et al. (2007, p. 33) é uma estratégia adotada pelos agricultores familiares para diversificar e ampliar a capacidade produtiva do sistema agrícola. Segundo a colaboradora Flor de Jambu, <i>as galinha não come as verdura, e nem quando subir a água a gente vai perder</i> , sendo essa também, estratégia utilizada pelas mulheres. Nos canteiros suspensos pesquisados identifica-se: cebolinha, couve, tomate, chicória, coentro, capim santo e hortelã.
Terreno	Para as mulheres (colaboradoras da pesquisa), os terrenos são os campos de terra firme, adquiridos (comprados) para o cultivo de plantações como, mamão, banana e maracujá. Os terrenos das famílias participantes da pesquisa ficam localizados longe de suas casas, sendo de 1km a 4km, na extensão da comunidade.

Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Quadro 2 - Produção agrícola das unidades familiares

PRODUTOS AGRÍCOLAS		UNIDADES AGRÍCOLAS		
		Quintal	Canteiro suspenso/ vasos	Terreno
Alimentar	Banana da terra	XX		
	Banana prata			
	Capim santo		X	
	Cebolinha		X	
	Cheiro verde	XX	X	
	Chicória		X	
	Coco			X
	Couve	XXX	X	
	Hortelã	XXX	X	
	Jerimum			
	Macaxeira	XXX		
	Mamão	XXX		X
	Mandioca	X		
	Maracujá			X
	Maxixe			
	Mel			X
	Melancia			
	Pepino			
	Pimenta de cheiro			
	Pimenta murupi			
Pupunha				
Quiabo				
Tomate				
Não alimentar	Cactos		X	
	Flor de onze horas	XX	X	
	Flor do deserto		X	
	Jibóia	X	X	
	Roseira		X	

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

A pesquisa de campo mostrou que há uma diversidade de produtos encontrados no âmbito da produção agrícola, potencializada pelo protagonismo das mulheres na comunidade. Conforme as reflexões *in loco*, parte do que é produzido na forma comestível fica para o sustento da família, enquanto a outra parte é destinada à comercialização na própria comunidade. Quando a produção é grande, remete-se ainda a comercialização em localidades vizinhas, tendo Manaus como destino, como no caso da produção de maracujá, banana, pimenta e mamão. Tais procedimentos são realizados com o apoio de atravessadores, já que as famílias não têm veículos para transporte

terrestre, apenas canoas, o que dificulta o processo para escoar a produção. Quanto às produções não comestíveis, evidenciou-se também que há comercialização, sobretudo de plantas ornamentais, em que parte fica nas residências e outras são direcionadas à venda. Quanto aos animais de pequeno porte, são criados para a alimentação da própria família, ou seja, apenas para atender as demandas internas. É importante ressaltar a importância da produção para a segurança alimentar das famílias, haja vista que parte do que é produzido fica para o consumo das famílias.

De acordo com Dácio (2017 p. 97), “a noção de segurança alimentar tem sido trabalhada, tendo em vista a acessibilidade, a disponibilidade, a regularidade dos alimentos e a conservação das agroecossistemas familiares”, ou seja, há potencial disponibilidade de alguns produtos que a família apresenta, o que auxilia na respectiva segurança alimentar. Sabe-se que a referida produção não abrange todas as necessidades alimentares das famílias, mas potencializa alguns itens de primeira necessidade. Mesmo ainda estando distante dos objetivos da ODS 2, que trata sobre a erradicação da fome, tem-se um passo importante, todavia, mesmo assim ainda não garante a retirada da família do cenário da insegurança alimentar, já que a produção não atinge tudo o que é necessário para garantir o sustento do corpo humano em todas as suas perspectivas. Observa-se que por ser ambiente de várzea, não há regularidade de alguns alimentos nas refeições. A seguir, imagens que enfatizam particularidades da agricultura na produção de plantas e animais.

Imagem 21 - Quintal de uma das unidades familiares pertencentes à pesquisa com plantios de banana prata, banana da terra e pimenta



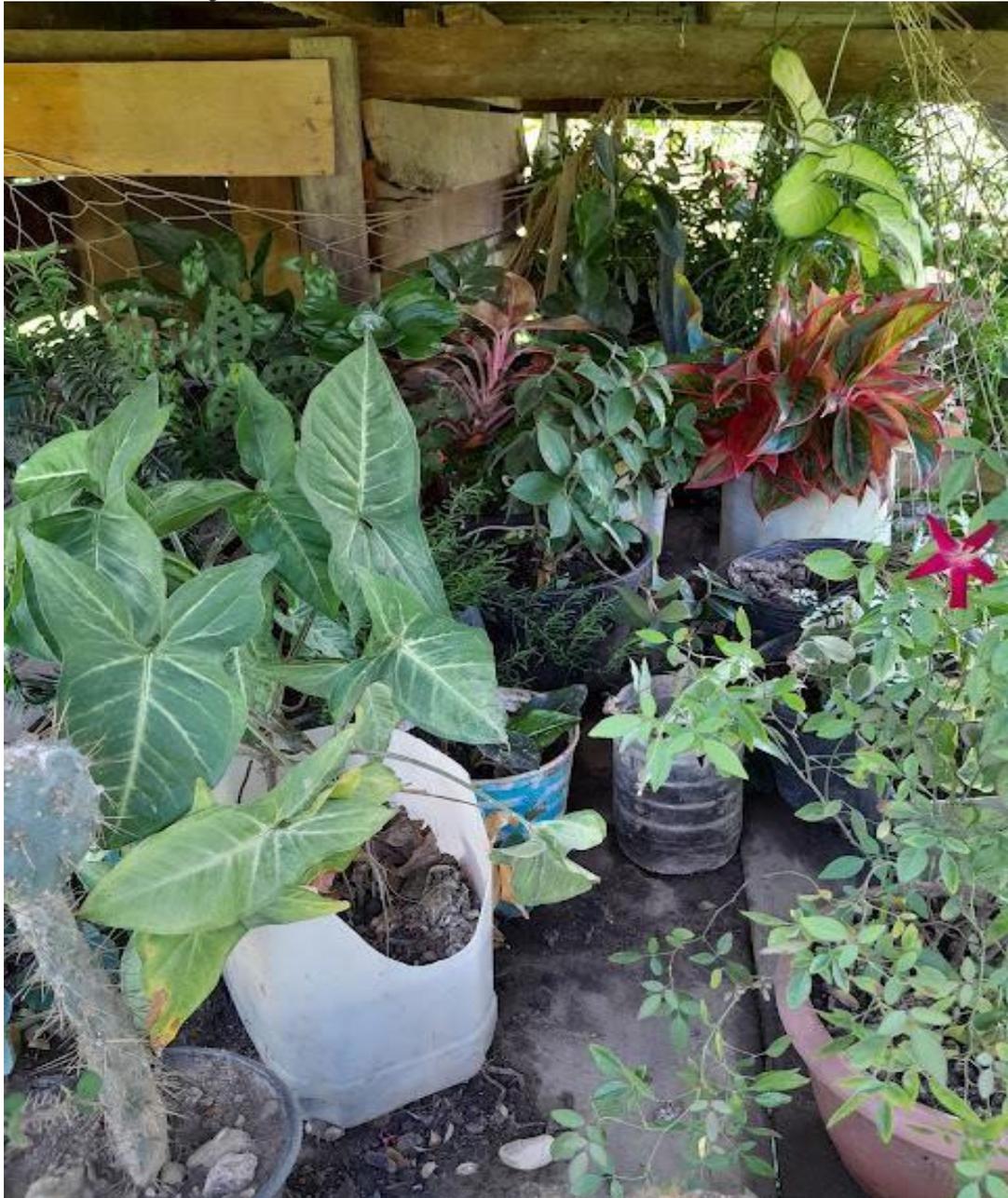
Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Imagem 22 - Cultivo de Plantas em Local Suspenso produzido com material reutilizado



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Imagem 23 Cultivo de Plantas em vasos feitos com material reutilizado



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Imagem 24 – Canteiro Suspenso com plantios de cebolinha e couve



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

Imagem 25 – Animais pequenos: galinhas



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

As imagens mostram pontos de cultivo de plantas ornamentais, pimenteira, pequena plantação de bananas etc. Os mesmos são comercializados na própria comunidade e áreas próximas; e no caso dos animais, atendem ao autoconsumo. Ressalta-se que o cultivo de plantas e pequenos animais acontece no quintal e arredores das casas, quando em períodos da cheia, ficam suspensos. Diante do ensejo, pondera-se que a atuação das mulheres na comunidade São Francisco do Arapapá perfaz a face de um protagonismo relevante na manutenção da família e na construção efetiva da sustentabilidade, além de fomentar diretrizes de uma educação não formal, já que há uma preocupação para que o *labour* seja repassado de mãe para filho, avó para neto, por meio da transmissão de um conhecimento tradicional, sobre como lidar com a terra,

os animais e as águas.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar a unidade de extrativismo. A priori, salienta-se que não houve registro de extrativismo vegetal. Quanto ao extrativismo animal, prática comum entre os povos da Amazônia, para consumo e geração de renda monetária, como indicou o estudo de Noda, et al. (2007, p. 106), o qual identificou 144 espécies vegetais utilizadas na prática do extrativismo pelos agricultores familiares da região do rio Solimões/Amazonas. Quanto à caça/captura, as flores matizadas da comunidade informaram extrair apenas os peixes das águas do rio Amazonas, além do camarão, entre os meses de agosto e setembro, que ocorre logo após a vazante (trata-se de um fenômeno natural que ocorre quando o nível da água do rio diminui significativamente), as protagonistas dessa modalidade de pesca produzem a tarrafa em colaboração com seus esposos e preparam as iscas (Farinha de mandioca hidratada) para a captura.

Quadro 3 - Espécies capturadas no ecossistema pesqueiro da comunidade da pesquisa

PEIXES DE RIO	SAZONALIDADE	
	Seca	Cheia
Pacu	X	X
Curimatá	X	X
Sardinha	X	X
Bodó	X	
Jaraqui	X	X

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados acima foram fornecidos pelas mulheres entrevistadas. É importante salientar que a captura de camarão se dá na vazante, período em que o nível da água do rio começa a baixar. No que se refere à relação da produção rural e o extrativismo animal com a segurança alimentar, pode-se evidenciar os hábitos alimentares das famílias, identificados nas refeições (café da manhã, merenda e jantar), bem como os itens alimentares adquiridos nos comércios da cidade.

Quadro 4 – Produtos utilizados nas refeições

Alimento	Café da manhã	Almoço	Merenda	Jantar	Número de Famílias
Achocolatado	X		X		3
Bolachas	X		X		5
Bolo			X		3
Café	X		X		5
Carne bovina		X			3

Carne de porco (produção familiar)		X		X	2
Din-din		X	X		3
Farinha (produção familiar e compra)		X	X	X	5
Farofa de ovo		X		X	4
Feijão e arroz		X		X	5
Frango congelado		X			3
Frutas (produção familiar)		X	X		5
Galinha de quintal (produção familiar)		X		X	3
Legumes e Verduras (produção familiar)		X		X	5
Leite	X		X		5
Macaxeira (produção familiar)	X	X	X	X	3
Mingau de banana e banana frita (produção familiar)			X	X	3
Ovos		X		X	5
Pão	X			X	5
Peixe (produção familiar)		X		X	4
Refrigerante		X	X		2
Salsicha		X		X	5
Tapioca	X		X		4

Fonte: Pesquisa de campo (2023)

No quadro que retrata o cotidiano alimentar das famílias, percebeu-se que os itens produzidos entram nos hábitos alimentares das famílias, o que pode, de alguma forma, contribuir com a segurança alimentar. Contudo, percebe-se que as famílias não relataram ter acesso à alimentos que perfazem a segurança alimentar básica, pois geralmente fazem uso apenas do que produzem e alguns itens que não produzem e são adquiridos por meio de compra na própria comunidade. Poucos são os itens que fazem parte dos hábitos alimentares e são produzidos pelas famílias, e praticamente tudo o que produzem de comestível entra na dieta alimentar. Para Maniglia (2009, p. 123):

Aqui, estabelece-se o direito à alimentação que é muito mais do que comer para sobreviver. Alimentar-se é um ato que projeta mais que sobrevivência, é uma permissão a uma vida saudável e ativa, dentro dos padrões culturais de cada país, com qualidade que propicie nutrição e prazer (...).

De acordo com a autora, a alimentação refere-se a muito mais que sobreviver, pois retrata as condições de vida saudável e de saúde, dentre outras perspectivas. Diante do contexto, é importante fazer uma crítica às condições de vida das famílias que vivem da agricultura familiar, pois conforme apontado em capítulos anteriores, há uma carência no cumprimento dos requisitos para que realmente se considere a segurança alimentar da população, haja vista que as famílias têm acesso apenas ao que produzem ou podem trocar com outras famílias na comunidade. Na pesquisa de campo, as mulheres entrevistadas evidenciaram hábitos alimentares decorrentes de sua produção, contudo, circundando apenas ao que produzem, sem acesso às melhores condições que possam garantir efetivamente o direito à alimentação, na concepção de Maniglia (2009).

A gente come o que tem em casa, né? Se planta maracujá vai ter o suco em casa. Se planta maxixe, vai ter maxixe na caldeirada do peixe. Mas nós não têm como comer o que não tem aqui. Se tem uma vizinha pra trocar com alguma coisa, a gente faz isso, mas se não tem, a gente come o que tem plantou no quintal e assim a gente vai vivendo. Quando chega o dinheiro (do bolsa família), a gente compra salsicha, farinha, frango vez por outra para não ter só o peixe, mas quando acaba o alimento é só o daqui mesmo. A gente come, planta de novo e espera colher, espera pescá. E passa esse valor pra nossos filhos também, vai educando eles na condição que a vida dá. Ensinei os meus a plantá, pesca e se virar, Foi além do que a escola trás. Então a gente vive assim (Flor de Laranjeira, 37 anos).

Os dados da pesquisa apontam que ao mesmo tempo em que as mulheres se dedicam com afinco ao *labour* diário em atividades voltadas à agricultura familiar, há um contexto de certa insegurança alimentar na família, pois o acesso aos produtos reduz-se quase que apenas ao que se consegue obter no terreno, na roça, no quintal e no rio, ou seja, não contempla todos os elementos que se constituem como fundamentais para a garantia da alimentação balanceada. Nesse sentido é preciso considerar também os fatores culturais da comunidade, porém, é importante dizer que tanto no quadro exposto, como no relato da participante, há restrições quanto ao acesso de alguns itens básicos. Para Freitas e Pena (2007), o significado de segurança alimentar deve associar-se à cultura em sua complexidade e significados. Contudo, apesar disso, há critérios que permeiam o mínimo para a garantia do acesso à alimentação com seus aspectos

nutricionais relevantes.

3.2 Organização do Trabalho de Mulheres da comunidade São Francisco do Arapapá: “cada qual tem a sua função”?

O protagonismo das mulheres na comunidade São Francisco do Arapapá se configura como aporte relevante para a manutenção da comunidade. Diante disso, um ponto importante da pesquisa foi observar as formas de organização da comunidade. Ao indagar às mulheres, foi unânime: *estão planejando fazê agora uma associação de moradores e cooperativa. Tão tudo querendo fazê pra vê melhora mais nossa comunidade, né? Porque todas têm menos aqui. Tão tentando para ver se consegue* (Flor de Maracujá, 66 anos). *Nunca teve associação aqui não. A gente tá vendo uma pessoa se mobilizar e ele representa a gente, assina o que precisar por nós, mas não tem nada resolvido na forma da lei que possa dizer pra nós que ele é ou não é. A gente confia nele e o que precisar ele ajuda* (Flor de Laranjeira, 37 anos).

As afirmações das mulheres corroboram com as observações realizadas na comunidade, ou seja, não há uma associação de moradores formalizada no local, apenas uma pessoa que colabora respondendo informalmente pelas demandas comunitárias. Ao indagar se há participação das referidas junto ao líder, a resposta foi negativa, ou seja, há apenas uma pessoa que realmente responde pela comunidade e como não há formalização, inviabiliza a formação de um grupo que possa ter a representatividade. Chaves et al (2020) reflete que,

Os diferentes segmentos de povos tradicionais (indígenas, varzeiros, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores), na interlândia Amazônica praticam o manejo dos recursos dos ecossistemas locais, não apenas para a manutenção da subsistência, em termos físicos, materiais e territoriais, de seus grupos domésticos; a pluralidade de formas de manejo que dominam os povos amazônidas servem para garantir a continuidade da organização sociocultural que possuem, assegurando e preservando como fator fundamental para manutenção da identidade política de seu grupo. Nesta dinâmica, eles enfrentam inúmeros desafios quando se trata de acesso a bens e serviços sociais básicos, tais como Educação, Saúde, Assistência Social, Crédito, Assistência Técnica p.4).

As autoras iluminam uma discussão relacionada à relevância da organização comunitária e suas particularidades no que se refere à região amazônica. Entretanto, as comunidades tradicionais ficam à margem de muitas questões que poderiam ser

implementadas para a concretização de um trabalho coletivo, tais como: assessoria técnica, inserção em programas e projetos sobre práticas agrícolas, o significado da agricultura familiar em contexto brasileiro e amazônico, dentre outros. Para Chaves (2001), as comunidades apresentam uma forma particular de gestão de recursos, assim como a sua organização social, sendo um espaço de construção de identidades, como também de expressão das diversidades.

Lira e Chaves (2016) apontam que na realidade das comunidades tradicionais, o modo de ver o mundo, construir a história, se efetiva de maneira peculiar. Para as autoras, não há um caminho único nesse processo de construção, nem mesmo uma homogeneidade, mas sim, únicas em conformidade com a cultura, a história e o contexto social edificado pela população.

Ao questionar as mulheres sobre a possível organização formal da comunidade por meio de uma cooperativa, ponderou-se a inexistência da referida perspectiva, ressaltando que já houve uma tentativa de organização coletiva. A ideia não avançou, mas há novas iniciativas.

Tão tudo querendo fazer para a nossa comunidade. Estão lá fazendo contrato pra ver se consegue... eu sonho que meus netos possam conseguir fazer, por isso a gente se preocupa em passar tudo o que sabe pra eles... é a educação de casa que eles têm. Eu sei que mais tarde eles podem entender isso melhor que nós para ajudar (Flor de Maracujá, 66 anos).

Não há uma organização no âmbito da comunidade para pensar concretamente uma cooperativa, até pela falta de apoio técnico que possa auxiliar os moradores com conteúdos específicos que contemplem a proposta, que considere as formas de vida, o delinear das reflexões, as práticas agrícolas e divisão de tarefas, dentre outras.

Outro ponto relevante que aparece novamente no relato de uma das mulheres é a importância da educação (não formal) que perpassa o intergeracional. Elas ensinam o que sabem aos filhos e netos para que esses possam refletir à luz dos saberes tradicionais e em algum momento possam auxiliar a comunidade a crescer, seja por meio de uma cooperativa ou mesmo pela amplificação do conhecimento, acompanhando o movimento de subida e descida das águas da várzea amazônica. As famílias depositam nos filhos o devaneio de ver uma realidade mais alicerçada, confiando sobretudo nos seus saberes, de uma educação que não consta na matriz curricular das escolas formais,

no entanto, que impera como traço dos conhecimentos tradicionais.

Para Moraes (2016), falta apoio do Estado para reconhecer que os povos e comunidades tradicionais apresentam estratégias e processos peculiares no que se refere à educação. Não se trata apenas de considerar o que a escola apresenta, mas o conhecimento fecundo, advindo das experiências com a terra, e principalmente com as águas. Sobre isso, a Amazônia apresenta segredos que para nós pesquisadores ainda é algo não desvelado, todavia, para as mulheres entrevistadas, as quais fazem a simbiose com o tradicionalismo histórico da comunidade São Francisco do Arapapá, perfaz uma simbologia não apenas conhecida, como também, de forte expressão, que somente a empírica e a vida na Amazônia podem trazer.

Outro dado relevante da pesquisa aponta para o fato que, de acordo com as mulheres colaboradoras da pesquisa, não há uma distinção entre o trabalho do homem e da mulher, mas nos relatos aparecem elementos de diferença e divisão de papéis. Segundo as referidas, elas fazem parte de todos os processos laborativos no cotidiano da família. *A gente vai trabalhar, é assim: aí hoje eu vou pra tal canto. Aí cada qual têm a sua função. Aqui em casa eu que faço tudo. Minha roupa pra lavar, porque eu sei como é que eu faço. As vezes a (...) (filha) ajuda nas coisa em casa, mas nem todo tempo ela tá em casa. Ela só chega à tarde. E eu tô acostumada a fazê mesmo. Eu dou conta, graças a Deus* (Flor de Maracujá, 66 anos).

Algumas exceções em relação às atividades desenvolvidas no *labour* da agricultura familiar foram apresentadas quando as mulheres se referem ao período menstrual: *quando eu tava menstruada, era proibido entrar no roçado, três dias. Porque os antigos diziam que mulher menstruada não podia entrar nem roçado. Os dias que passava menstruada, não podia ir pro roçado. Quando passava eu já ia caminhando para o roçado* (Flor de Goiabeira, 58 anos).

O relato mostra que, na comunidade tradicional, a carga cultural e histórica com base nas crenças, aparecem de forma peculiar e assevera que as mulheres apresentam particularidades que são consideradas e respeitadas no âmbito da família. Para Moraes et al (2016) a relação homem (sentido genérico) - natureza se caracteriza pelas oportunidades e espaços de vivências, onde as identidades são ponderadas na simbiose que se caracteriza cotidianamente. Essa caracterização mostra que a agricultura familiar se coloca como o lugar da mulher, com suas particularidades e principalmente com seu

protagonismo, o qual faz ressoar sua voz e seu labor nas entranhas da Amazônia.

Considerações Finais

A temática da agricultura familiar e o *labour* de mulheres na Comunidade São Francisco do Arapapá fomentou uma experiência ímpar no que tange aos estudos da pós-graduação, sendo um tema pouco explorado em Programas de Pós-graduação em Serviço Social. Os ecos da sustentabilidade da vida trouxeram a ancoragem da segurança alimentar, que alavancada pela agricultura familiar, desenharam em cada fala, cada relato, como se evidencia o protagonismo de mulheres em uma comunidade tradicional de várzea amazônica.

Quanto aos objetivos expressos para o delineamento da pesquisa, buscou-se como foco geral, analisar os processos do trabalho de mulheres agricultoras familiares da comunidade pesquisada, na perspectiva do *labour*, na criação de ações sustentáveis promotoras de segurança alimentar. Os resultados mostraram que as práticas sustentáveis são corroboradas pelas mulheres no âmbito da comunidade.

Nas teias dos objetivos específicos a estratégia era discorrer acerca do *labour* de mulheres na produção agrícola na comunidade. No desenvolvimento da dissertação, o *labour* foi descrito e refletido a partir das vozes das mulheres, suas práticas diante da terra e das águas e sua simbiose na relação homem-natureza. Os resultados mostraram o protagonismo feminino diante da família, certa divisão de papéis e a preocupação com a educação não formal de filhos e netos, ao ressaltar a relevância de ensinar as formas de lidar com a terra e as águas na busca do sustento. Nesse âmbito, a educação aparece então como surpresa nos resultados da pesquisa, pois a temática foi evidenciada por todas as mulheres colaboradoras da pesquisa, achado este que merece ponderações de futuros estudos, seja em programas disciplinares ou interdisciplinares.

Como objetivo secundário foi importante ainda verificar as práticas sustentáveis na comunidade, seu alinhamento ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS - 02. Com isso foi alcançado com a discussão sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável, sua relação com as práticas de agricultura familiar a partir do olhar das mulheres e sobretudo ao considerar as particularidades da várzea amazônica. Buscou-se ainda identificar a correlação entre a produção agrícola, a geração de renda. Os resultados mostraram que algumas mulheres tiveram dificuldade de sinalizar dados sobre a renda, o quanto ganham, mas evidenciaram o apoio e a divisão familiar de todas as despesas.

A segurança alimentar apareceu como uma questão primária na pesquisa. As

famílias fazem uso do que produzem, dos frutos, legumes e verduras produzidos na terra, da criação de pequenos animais, da pesca em períodos permitidos por lei. Não há apoio técnico como suporte mais efetivo para a comercialização dos produtos, o que dificulta o escoamento da produção. Mas há determinação, sobretudo de mulheres, que à frente das famílias, trazem nos braços, a luta da mulher amazônida pelo próprio reconhecimento identitário. Apesar das iniciativas, as mulheres participantes da pesquisa não tiveram qualquer acesso a políticas de crédito, tais como o PRONAF. Há a inclusão apenas em programa de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e também o Seguro-defeso.

A perspectiva alimentar pode se delinear por perspectivas de insegurança, pois as famílias só têm acesso ao que produzem, ou seja, como se trata de pequenas produções, não há como estendê-la para contemplar os principais alimentos necessários, para que pudessem estar à mesa, o que ficou evidenciado no quadro que retratou os hábitos alimentares. Apesar de as famílias terem acesso a alimentos que fazem parte da cultura das comunidades tradicionais, a alimentação pode não ser completa no viés nutricional, o que demandaria novos estudos científicos, com acompanhamento mais efetivo junto às respectivas famílias, para que se possa compreender melhor a situação vivenciada nas várzeas da Amazônia.

A comunidade não dispõe de uma organização formal, seja como cooperativa ou associação comunitária, o que mostra a falta de acesso e apoio aos referidos sujeitos no que tange a possíveis políticas públicas que poderiam chegar até eles. Contudo ocorre, na informalidade, uma rede de apoio coletivo, que vai desde a representação comunitária até as estratégias de solidariedade coletiva, quando o assunto é algum membro morador.

Ponderou-se que as mulheres estão à frente do *labour* com relevante protagonismo, na busca de passar, a partir da intergeracionalidade, o conhecimento que permeia a educação não formal, que ensina sobre a terra e as águas, que desconstrói conceitos e ensina que mesmo diante das questões contemporâneas de insustentabilidade do planeta, é possível gerenciar a agricultura familiar e produzir de forma sustentável, ensinando desde tenra idade o que a escola não mostra, mas a realidade de várzea amazônica expressa nas entranhas da floresta.

*Tua Força, Mulher Amazônida
Vigora nos braços de rio
Que sustenta a fauna e a flora. Tua*

*luta traz em si o direito à vida e a
dor nascente em teu ser.
(Caroline Silvestre)*

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina e MURRIETA, Rui Sérgio Sereni e SANCHES, Rosely Alvim. **Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas.** Ambiente & Sociedade, v. 8, n. ja/ju 2005, p. 1-22, 2005.
- AGÊNCIA SENADO. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia.** Disponível em: <
<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>>. Acesso em 12 mar. 2023.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 5ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana.** Tradução de Roberto Raposo; revisão técnica: Adriano Correia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- ARF, Ariovaldo; BOLONHEZI, Antônio César. **Apostila de Agricultura Geral.** São Paulo: UNESP, 2012.
- BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. In **Soberania Alimentar: Biodiversidade, cultura e relações de gênero.** Dalva Maria da Mota, Emma Siliprandi, Maria Emília Lisboa Pacheco, editoras técnicas. Coleção Transição Agroecológica - Vol. 5. Brasília-DF: Embrapa, 2021.
- BENATTI, José Helder. **Várzea e as Populações Tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável.** In ALVES, Fábio. A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2016.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação como Cultura.** Campinas - São Paulo: Mercado da Letras, 2002
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Brasília/DF, 2006.
- BRASIL. **Resolução 2191 do Banco Central do Brasil que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf, Acesso em 23 de setembro de 2023.
- BURLANDY, Mônica de Castro. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade na

política social brasileira? In.: **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. 1 p. 86-94 jan./jun. 2007.

CENSO AGROPECUÁRIO, 2017. Disponível em <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>>. Acesso em 22. 12. 2022.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa - ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS – CONAFER (2021). Disponível em <<https://conifer.org.br/agricultura-familiar-em-alta-pib-do-setor-agropecuario-registra-elevacao-de-57-no>> Acesso em 22.12.2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/>. Acesso em: 02.08.22.

COSTA, Antônio Menezes da. **Implementação do Programa Mais Educação em Duas Escolas Estaduais no Campo em Manacapuru-Am.** Dissertação do programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2015.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 1-46, 2000.

SCHERER, Elenise Faria; OLIVEIRA FILHA, Maria Ferreira de; DIOGENES, Antônio Mara Raposo. Percurso Artesanal sobre Desigualdades Contemporâneas: notas de pesquisa. In: *Revista de Políticas Públicas*, 26(1), 165–180.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social.** Trad. Eduardo Brandão. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia:** Saberes e Práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI César Augusto Barcellos (orgs.). **Ciências Humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Global, 1984.

FERNANDES, J. G. S. **Interculturalidade e Etnossaberes.** Espaço Ameríndio, Porto

Alegre, v. 10, n. 2, p. 39-65, jul./dez. 2016.

FERNANDES, J.G.S. **Do oral ao escrito: complicações e complicações na transcrição de narrativas orais.** Outros Tempos (UEMA.Online), São Luís (MA), p. 156-167, 2005.

FERNANDES; FERNANDES. Imagens e palavras na escritura da narrativa etnofotográfica: notações metodológicas. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v.12, n1, jan-jul., 2019, p. 80. Disponível em

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/891/pdf>. Acesso em 22/11/2023. format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 nov.

2023.

FRAXE, Terezinha de Jesus P. **Homens anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1994.

Freitas MCS, Pena PGL. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Rev Nutr** 2007; 20:69-81.

GALBIATI, Lígia Amoroso et al. Rupturas a partir da política da boiada: uma análise segundo Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. Vol. 25, 2022. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/asoc/a/TkNTrXrWgJYrWvGm3shP93C/?> GODARD, Olivier.

A gestão Integrada dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente: conceitos.

Hernández, C.O. (2009) **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” das mulheres rurais?** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Porto Alegre-RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 248p.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias.** Texto bilíngue grego-português. Edição, tradução, introdução e notas de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.

HOWES NETO, Guilherme. Políticas Públicas: do conceito à sua impossibilidade na gramática do capital. In. **Perspectivas em Políticas Públicas**, V, XIII, n. 26, mai/ago 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **O que é a Amazônia Legal (2021).** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 23 de dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População Estimada (2018).** Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 30 de julho de 2022. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E

FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS – IDAM. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/uiac-articula-melhorias-para-a-producao-agricola-de-comunidades-em-manacapuru/>> Acesso em 27. 08. 202

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **A Agricultura Familiar e suas Múltiplas Interações com o território:** uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas. Texto para Discussão 2076. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Repositório de Conhecimento do IPEA.** Nota Técnica n. 100: Perfil da População Rural na pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 a 2018 e a evolução dos dados de insegurança alimentar – uma análise preliminar. IPEA, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. **Indicadores brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.** Disponível em <https://odsbrasil.gov.br/objetivo2/indicador212#>. Acesso em 13 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS. Nota Técnica Conjunto CPTEC/INPE e INMET. **Condições de Déficit de Chuva na Amazônia.** Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/uploads/notastecnicas/Nota_seca_AMZ_2023_INPE-INMET_V2-r.pdf#page=1&zoom=auto,-91,792>. Acesso em out 2023.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

JUNK, J. Wolfgang. **Áreas Inundáveis:** um desafio para a Limnologia. Acta Amazônica. v.10, n.4, p. 775-795, 1980.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** Companhia das Letras, 2019.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar:** comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. In: **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOURENÇO, J.C; LIMA, C.E.B. Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas. In: **Observatório de la Economía Latinoamericana**, nº 118. 2009. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>. Acessado em 01/02/2023.

MATO, Daniel. **Del “diálogo de saberes” a la construcción de modalidades de “colaboración intercultural”:** Aprendizajes y articulaciones más allá de la Academia. Lasaforum, summer 2017. Vol. XLVIII. ISSUE 3.

MATOS, Jonatas de Araújo; SANTOS, Fabiana Maria Machado S.; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. A Reprodução Social na Várzea do Careiro. A Relação com a Várzea como Estratégia de Reprodução na Comunidade Miracauera, Careiro Da Várzea-Am. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2012. MATURANA, Humberto Romesín;

- MELO, Lígia Albuquerque de. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar**: o caso do Pronaf em afogados da Ingazeira – PE. Tese de Doutorado em Sociologia. Recife, 2003.
- MÍES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.
- MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orientações sobre o Seguro Defeso. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/bolsa_familia/informes/faq_seguro_de_eso.pdf. Acesso em ago 2023.
- MORAES, Nelson Russo de. (Et. al). As Comunidades Tradicionais e a Discussão sobre o Conceito de Território. In. **Revista Spacios**, v. 38, n. 12, 2017.
- MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Tradução: Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- NODA, Hiroshi. et al. Agricultura e extrativismo vegetal nas várzeas da Amazônia. In: NODA, Hiroshi; NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura Familiar Tradicional e Conservação da Sociodiversidade Amazônica**. In.: INTERAÇÕES. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 4, n. 6, p. 55-66, mar. 2003.
- NODA, Sandra do Nascimento et al. Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazonense de várzeas. In: DIEGUES, Antônio Carlos & MOREIRA, André de Castro C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUBUSP, 2001.
- OMS, Organização Mundial da Saúde. **Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)**. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.
- PACHECO, Maria Emília. Em Defesa da Agricultura Familiar Sustentável com igualdade de gênero. In.: **Perspectivas de Gênero**: debates e questões para Ongs. Recife: GT Gênero/ Plataforma Contrapartes Niovic/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.
- PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. Capítulo 4. In: BOSCHETTI, Ivanete. Et. al. (orgs.) **Política social no capitalismo**: Tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez. 2009.
- PETERSEN, Paulo et al. **Método de Análise Econômico-ecológica de Agroecossistemas**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.
- SACHS, Ignacy - **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. (Capítulos 6, 7,8). São Paulo. Vértice. 1986.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. 1990: 71- 99.
- SHIVA, Vandana. **A semente e a Terra**: mulheres, ecologia e biotecnologia. In: OLIVEIRA, Rosiska; CORRAL, Taís (Org.). Terra Feminina. REDEH, 1992.
- SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **Políticas Públicas e Sustentabilidade**: desafios para uma abordagem em educação ambiental. Pensamento Real, Ano XIII, v. 25, n. 1, 2010.
- SILVA, Sandra H. **Autopoiese nos Agroecossistemas das Ilhas do Valha-Me-Deus e Chaves – Juruti/Pa**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – UFAM. Manaus-AM, 2015.
- SILVA, Rosa Adeyse; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Práticas Sustentáveis e Agricultura Familiar: estudo de caso de agricultores cooperados da Copapi Apodi – RN. Revista Ideas, Rio de Janeiro, v.12, 1-22, e018001, jan./dez. 2018.
- SOUZA, Isaque dos Santos. **Potenciais Impactos do Gasoduto Coari-Manaus no Município de Manacapuru**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90298>. Acessado em: 06.05.2015.
- THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. **Os românticos**. A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Edua, 2005.
- TORRES, Iraildes Caldas. Gênero e Sustentabilidade na Amazônia. In: TORRES, Iraildes Caldas. (org.). **O Ethos das mulheres da floresta**. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2012. UCHOA, Gisele Melo; MATEUS, Wagner de Deus; NODA, Sandra do Nascimento. A Configuração da Agricultura Familiar Amazonense na Região Metropolitana De Manaus (RMM): aspectos culturais e questões ambientais. In.: **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, São Luís, 2013.
- VARELA, Francisco García. **A Árvore do Conhecimento**. Trad. Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Workshopsy, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil**. Idéias. (Revista do IFCH/UNICAMP), 3, 2, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In.: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003: 42- 61.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS INSTITUTO
DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS**



PESQUISADORA: CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE OLIVEIRA
ORIENTADORA: PROFA. DRA. SANDRA HELENA DA SILVA

**ENTRE SUBIDAS E DESCIDAS DAS ÁGUAS O LABOUR DAS FLORES
MATIZADAS: SUSTENTABILIDADE DA VIDA, EDUCAÇÃO INFORMAL E
PROTAGONISMO FEMININO**

Instrumental de Pesquisa:

IDENTIFICAÇÃO:

1) Nome (fictício): _____

2) Faixa etária:

18 a 29 anos 30 a 39 anos 40 a 49 anos 50 a 59 anos 60 anos ou mais.

3) Escolaridade:

Fund. Incompleto Fundamental Completo Ens. Médio Incompleto Ens. Médio
Completo Ens. Superior Incompleto Ens. Superior Completo Especialização
Outra _____

4) Exerce trabalho remunerado? Sim Não

5) Em caso afirmativo, onde? O que faz?

6) Renda monetária

Até 1 salário 4 a 5 salários

De 2 a 3 salários mais de 5 salários

7) Agregação Familiar

- Reside sozinha
 Reside com pais
e/ou irmãos Reside
com amigo(a)s
 Reside com esposo e filho(a)s
 Outros
-

8) Quantas pessoas residem na sua casa?

1 a 3 4 a 6 7 a 10 11 ou mais pessoas.

9) Você sabe se na comunidade há associação de moradores? Sim Não

10) Em caso afirmativo, você participa? Sim Não

11) Há cooperativa na comunidade? Sim Não

12) Em caso positivo, você participa?

Sim Não

13) Sobre a comunidade, o que você sabe? Qual a origem?

14) Você ou alguém de sua família recebe algum auxílio financeiro ou benefício do Estado?

Sim Não

15) Em caso afirmativo: qual/quais?

16) Quais as estratégias que você utiliza para garantir que não falte alimento em sua casa?

17) Há divisão na renda adquirida com a produção na unidade familiar? () Sim () Não

18) Em caso positivo, como funciona essa divisão?

19) Quais espécies você cultiva junto a sua unidade familiar?
Alimentar:

Não alimentar:

Animal/extrativismo:

20) Com quantos anos você começou a trabalhar?

21) Quem exerce as atividades de trabalho na família?

22) A mulher exerce algum trabalho mais específico?

23) Em caso afirmativo, qual atividade e como é realizada? Onde?

24) Como ocorre a participação da mulher nas atividades de trabalho quando se estar gestante, amamentando ou na menstruação/menarca?

ANEXO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ECO DA SUSTENTABILIDADE DA VIDA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO ARAPAPÁ - MANACAPURU/AM: O LABOUR DE MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Pesquisador: CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71198023.1.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.202.521

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem como propósito analisar os processos de trabalho de mulheres agricultoras familiares na elaboração de ações sustentáveis para garantir a segurança alimentar de suas unidades familiares averiguando se há mecanismos de acesso às políticas públicas e seu alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS - 02 (fome zero e agricultura sustentável). O lócus é a comunidade São Francisco do Arapapá /Manacapuru-AM, na várzea do Rio Solimões. As áreas de várzea da Amazônia brasileira estão entre os mais complexos, biodiversificados e produtivos ecossistemas de água doce (SILVA, 2015), o que propicia fornecimento de hortaliças, frutas, pescados, entre outros bens ecossistêmicos, tanto para população local, quanto para a população externa às comunidades. Noda et al. (2007) aponta que as roças são caracterizadas como plantios com espécies de vegetações alimentares e não alimentares. Já a pesca artesanal¹, uma das tradições, que na Amazônia, há tempos imemoriais também faz parte do modo de vida dos povos que nela habitam, sendo a principal fonte de alimento e importante fonte de renda. As águas doces e barrentas, água branca (cor amarela ou turva), como se refere (SILVA, 2015), do Rio Solimões, apresentam uma enorme variedade de espécies de pescado, entre elas, o crustáceo², chamado de camarão regional, pescado para consumo; e para ser comercializado. Para Torres (2012) a economia doméstica na Amazônia dos povos originários é organizada por mulheres. Mesmo que para essas mulheres a compreensão de

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

suas práticas possam estar no campo da complementação do sustento e renda familiar, o trabalho delas é forrado por uma mística entrelaçada à natureza, que dá significado simbólico. Essas asserções sugerem a construção de um sistema integrado e harmonioso entre seres humanos e o meio ambiente, estabelecendo relação sustentável. Acerca disso, Boff (2012) assevera que a sustentabilidade é o conjunto de processos e ações que mantem a vitalidade e a integridade da Terra, a preservação dos seus ecossistemas para a existência e reprodução da vida, o atendimento das necessidades do presente e das futuras gerações, a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana. Sachs (1986) discorre que muito se tem feito para despertar a sensibilidade ecológica, porém, a busca predatória pela exploração da natureza, pelos “modelos” que visam apenas o plano estritamente econômico tem sido predominante, ao invés de uma produção sustentável de bens e pela divisão justa de riqueza para a melhoria da qualidade de vida das populações humanas. Há, portanto, necessidade de uma posição ética fundamental que seja voltada para as necessidades mais abrangentes, que dizem respeito ao cuidado com a conservação ambiental como uma responsabilidade para com as gerações que sucederão. Trata-se de um projeto de civilização, porque evoca um novo estilo de vida, conjunto de valores próprios, objetivos escolhidos socialmente e visão de futuro. Porém, o convite deve ser pautado numa visão de práticas ecológicas, de responsabilidade para com a Mãe Terra, com os povos tradicionais, a fim de se evitar o desperdício de recursos naturais.

Hipótese:

As mulheres da comunidade São Francisco contribuem para assegurar a alimentação de suas unidades familiares a partir de seu trabalho na agricultura familiar ainda que haja desafios para acesso às políticas públicas voltadas para a segurança alimentar.

O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos prepostos será a realização de um estudo exploratório, que segundo Triviños (2010), permite ao investigador a ampliação da sua experiência sobre um determinado problema em questão, pois parte de uma hipótese para aprofundar o estudo acerca de uma realidade que se pretende analisar. A relevância da pesquisa exploratória consiste no fato de que ao investigador é proporcionada maior familiaridade e flexibilidade no tratamento da temática (GIL, 2010). De acordo com o enfoque temático, esse tipo de pesquisa permite a amplitude que vai desde o levantamento bibliográfico, até o contato mais direto com pessoas por meio de entrevistas. A construção do conhecimento a partir de uma realidade se configura como um desafio. Pelas motivações expressas, a classificação da pesquisa quanto a

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

natureza dos dados se configura pela análise qualitativa, que de acordo com Goldenberg (2009), aponta para a análise concernente a complexidade do problema, permitindo assim o cruzamento de dados e informações de maneira mais precisa e flexível. A complementação deste processo será feita através da pesquisa bibliográfica, para estabelecer o corte teórico e as reflexões relevantes ao entendimento da temática, para embasar os achados encontrados em campo. Para Gil (2010), a vantagem deste tipo de pesquisa consiste na cobertura ampla de informações, fenômenos e dados. Entretanto é preciso ter cuidado com a veracidade das fontes, para que não se reproduza posicionamentos equivocados. A análise documental será utilizada como aporte no processo de levantamento de dados. Sobre esse tipo de pesquisa, (IBIDEM, 2010) ressalta sua relevância para as Ciências Sociais, visto que proporciona a reflexão sobre documentos elaborados com finalidades diversas. Para essa etapa, verificar-se-á junto às fontes secundárias, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para levantamento do quantitativo populacional, faixa etária, dentre outros; documentos do Portal da Confederação Nacional de Municípios, tais como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o qual aponta dados sobre saúde, educação, renda, bem estar e perspectiva de vida da população; a análise documental da referida confederação abrangerá ainda os dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS, relacionados ao município de Manacapuru-Am, para depois chegarmos ao contexto da realidade da comunidade São Francisco do Arapapá. Para contemplar a categoria Segurança Alimentar, a pesquisa conterà ainda com a análise documental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2022), o qual tem uma nota técnica que aponta dados preliminares sobre o perfil da população rural no que se refere ao processo de evolução da insegurança alimentar. A referida nota pode auxiliar o desenvolvimento da pesquisa com dados que tragam um pouco da realidade das famílias residentes em áreas rurais, pois apresentam análises sobre rendimentos, gastos com alimentos e a perspectiva da segurança alimentar na realidade em estudo.

Critério de Inclusão:

Inclusão: *Mulheres que representam suas unidades familiares;

*Faixa etária acima de 18 anos;

Que residam há pelo menos dois anos na comunidade;

Que exerçam atividades laborativas no setor primário (agricultura familiar).

Critério de Exclusão:

*Mulheres que não se identificam com atividades laborativas voltadas ao setor primário;

*Pessoas que, no momento da pesquisa, apresentam não estar em plena consciência das

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

faculdades mentais, seja pelo uso de álcool ou qualquer outra substância entorpecente.

Metodologia de Análise de Dados: No que tange a classificação da pesquisa segundo os métodos empregados, realizar-se-á levantamento de campo:As pesquisas desse tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas, por meio da entrevista, cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, mediante análise obterem-se as conclusões correspondentes (GIL, 2010, p. 35).Uma análise de viés qualitativo, que de acordo com Chizzotti (1991) tem vantagem porque o pesquisador participa, compreende e pode interpretar com maior veemência a realidade encontrada in loco. A complementação deste processo será feita através da pesquisa bibliográfica, para estabelecer o corte teórico e as reflexões relevantes ao entendimento da temática, para embasar os achados encontrados em campo. Para Gil (2010), a vantagem deste tipo de pesquisa consiste na cobertura ampla de informações, fenômenos e dados. Entretanto é preciso ter cuidado com a veracidade das fontes, para que não se reproduza posicionamentos equivocados. A análise documental será utilizada como aporte no processo de levantamento de dados. Sobre esse tipo de pesquisa, (IBIDEM, 2010) ressalta sua relevância para as Ciências Sociais, visto que proporciona a reflexão sobre documentos elaborados com finalidades diversas. Para essa etapa, verificar-se-á junto às fontes secundárias, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para levantamento do quantitativo populacional, faixa etária, dentre outros; documentos do Portal da Confederação Nacional de Municípios, tais como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o qual aponta dados sobre saúde, educação, renda, bem estar e perspectiva de vida da população; a análise documental da referida confederação abrangerá ainda os dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS, relacionados ao município de ManacapuruAm, para depois chegarmos ao contexto da realidade da comunidade São Francisco do Arapapá. Para contemplar a categoria Segurança Alimentar, a pesquisa conterà ainda com a análise documental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2022), o qual tem uma nota técnica que aponta dados preliminares sobre o perfil da população rural no que se refere ao processo de evolução da insegurança alimentar. A referida nota pode auxiliar o desenvolvimento da pesquisa com dados que tragam um pouco da realidade das famílias residentes em áreas rurais, pois apresentam análises sobre rendimentos, gastos com alimentos e a perspectiva da segurança alimentar na realidade em estudo.

Desfecho Primário: Contribuir com novos estudos sobre a Amazônia, numa visão crítica, voltada aos povos tradicionais, de modo a contribuir para futuras propostas de políticas públicas com

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

garantia de acesso por parte das famílias.

Tamanho da Amostra no Brasil: 5

Data do Primeiro Recrutamento: 16/08/2023

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)? Sim ID Grupo N° de Indivíduos Intervenções a serem realizadas Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro Mulheres agricultoras 5 Entrevista Detalhamento: Verificar-se-á junto às fontes secundárias, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para levantamento do quantitativo populacional, faixa etária, dentre outros; documentos do Portal da Confederação Nacional de Municípios, tais como Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o qual aponta dados sobre saúde, educação, renda, bem estar e perspectiva de vida da população; a análise documental da referida confederação abrangerá ainda os dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS, relacionados ao município de Manacapuru-Am, para depois chegarmos ao contexto da realidade da comunidade São Francisco do Arapapá. Para contemplar a categoria Segurança Alimentar, a pesquisa conterà ainda com a análise documental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2022), o qual tem uma nota técnica que aponta dados preliminares sobre o perfil da população rural no que se refere ao processo de evolução da insegurança alimentar. A referida nota pode auxiliar o desenvolvimento da pesquisa com dados que tragam um pouco da realidade das famílias residentes em áreas rurais, pois apresentam análises sobre rendimentos, gastos com alimentos e a perspectiva da segurança alimentar na realidade em estudo. Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa: 5

O Estudo é Multicêntrico no Brasil? Não

Propõe dispensa do TCLE? Não

Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco? Não

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

•Analisar os processos de trabalho de mulheres agricultoras familiares da comunidade São Francisco do Arapapá, Manacapuru - AM, na criação de ações sustentáveis promotoras de segurança alimentar em suas unidades familiares.

Objetivo Secundário:

Discorrer acerca do trabalho das mulheres na produção agrícola da comunidade tradicional São Francisco do Arapapá, Manacapuru, Am;

Verificar as práticas sustentáveis na comunidade e seu alinhamento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável do Milênio – ODS;

Identificar a correlação entre a produção agrícola, a geração de renda monetária e segurança alimentar nas unidades familiares.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Conforme o Manual de Pesquisa do Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas (s.d.), toda pesquisa com seres humanos apresenta riscos. Nesse sentido, a pesquisadora se compromete em considerar as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do CNS (Conselho Nacional de Saúde), as quais apontam que toda pesquisa com seres humanos apresenta riscos, os quais podem envolver a dimensão física, psíquica, social, moral, cultural ou espiritual do ser humano. Com o objetivo de amenizar os riscos supracitados, antes da realização das entrevistas, as participantes serão informadas e devidamente esclarecidas sobre o conteúdo da pesquisa. Além disso, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016, a participante pode desistir da pesquisa em qualquer etapa do estudo, sendo-lhe assegurada tal decisão, inclusive após a realização das entrevistas. Em conformidade com a Resolução 466/2012 do CNS (Conselho Nacional de Saúde), a pesquisadora se compromete e estará à disposição para qualquer esclarecimento antes, durante e após a realização da pesquisa. Caso as participantes sintam algum desconforto ou constrangimento a pesquisa será interrompida e, se necessário, a participante será encaminhado (a) para o Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA) da Faculdade de Psicologia-UFAM, na Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200, Bloco X, Coroado, Manaus/AM. Providenciaremos o termo de anuência do referido serviço, como embasamento ético para as participantes e a pesquisadora. Evidenciamos mais uma vez, que no que se refere ao tratamento ético da Pesquisa, as atividades de campo só terão início após concluídas todas as fases do Comitê de Ética em Pesquisa com seres

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

humanos, conforme as normativas das Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguramos ainda o compromisso de todos os trâmites, inclusive de assinatura do TCLE – termo de consentimento livre e esclarecido para todas as participantes. Para a anuência da pesquisa na localidade, providenciaremos o aceite da associação de agricultores da comunidade, já que não há uma organização específica que contemple apenas as mulheres.

Benefícios:

A pesquisa não apresentará qualquer tipo de benefício direto ou remuneração aos participantes. As pessoas que aceitarem participar contribuirão para a discussão científica sobre a realidade de mulheres e suas famílias na área rural, além de que, futuramente, a dissertação vai se pautar como documento importante para o conhecimento mais profundo sobre a temática e pode impulsionar a reflexão sobre futuros projetos sociais de inclusão, a partir das perspectivas apresentadas nos resultados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tipo de estudo: Projeto de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Caráter – acadêmico

Patrocínio – próprio

País de origem – Brasil;

Nº de participantes – -5 mulheres residentes em comunidade rural.

Equipe de Pesquisa

079.979.358-27 Sandra Helena da Silva (orientadora).

Centros de Pesquisas – Uma comunidade rural.

Previsão de início do estudo: agosto de 2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Instrumental de pesquisa – anexado em conformidade com a Resolução 466 de 2012.

*Folha de rosto – apresentada e adequada, com todas as informações e assinatura, conforme as recomendações da Resolução 466/2012;

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

*Projeto de pesquisa – apresentado e adequado, em conformidade com as normativas das resoluções 466/2012 e 510/2016.

Termo de anuência da instituição participante – apresentado e adequado conforme a resolução 466/2012.

*TCLE – apresentado e adequado.

O TCLE enviado está em conformidade com as resoluções sobre pesquisa com seres humanos vigentes.

*Cronograma e orçamento - adequados, em conformidade com as resoluções vigentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa apresenta relevância nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, com temática atualíssima e emergente no bojo do desenvolvimento das pesquisas na região Amazônica.

Ao analisar o protocolo, o Colegiado do Comitê de Ética em pesquisa considerou que todos os documentos apresentados foram reconfigurados e estão em conformidade com as normativas expressas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre Pesquisas com seres humanos no país.

Ressalta-se que após a aprovação do protocolo, a pesquisadora deve comprometer-se em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a sinalização do Item “XI – d” da Resolução 466/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a entrega dos relatórios parcial e final são exigências normativas.

Diante dos documentos ora apresentados ao Colegiado Multidisciplinar do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, considera-se que a pesquisa está aprovada.

SMJ

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2134310.pdf	06/07/2023 22:45:54		Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.202.521

Folha de Rosto	folhoderostoassinada.pdf	06/07/2023 22:44:55	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Outros	folhoderostoassinada.jpeg	06/07/2023 22:39:23	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia.jpeg	28/06/2023 18:25:20	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	16/06/2023 12:42:58	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	16/06/2023 12:41:13	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_detalhado.docx	16/06/2023 12:40:57	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Outros	Instrumental_de_pesquisa.docx	14/06/2023 11:13:38	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	24/05/2023 11:55:25	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_orientadora_Sandra_Helena_.pdf	24/05/2023 11:19:07	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Caroline.pdf	24/05/2023 11:17:39	CAROLINE DO SOCORRO SILVESTRE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 26 de Julho de 2023

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

CEP: 69.057-070

E-mail: cep.ufam@gmail.com